



Tiago Gil Alberto Gomes

# OS ACONTECIMENTOS DE RIO MAIOR E A DICOTOMIA NORTE-SUL ENTRE 1974 E 1976

Dissertação de Mestrado em História, na área de especialização em História Contemporânea,  
orientada pelo Doutor Rui Bebiano, apresentada ao Departamento de História, Arqueologia e Artes  
da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

2012



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Faculdade de Letras

# OS ACONTECIMENTOS DE RIO MAIOR E A DICOTOMIA NORTE-SUL ENTRE 1974 E 1976

## Ficha Técnica:

<b>Tipo de trabalho</b>	<b>Dissertação de Mestrado</b>
<b>Título</b>	<b>OS ACONTECIMENTOS DE RIO MAIOR E A DICOTOMIA NORTE- SUL ENTRE 1974 E 1976</b>
<b>Autor</b>	<b>Tiago Gil Alberto Gomes</b>
<b>Orientador</b>	<b>Doutor Rui Manuel Bebiano Nascimento</b>
<b>Júri</b>	<b>Presidente: Doutora Maria Margarida Sobral da Silva Neto</b> <b>Vogais:</b> <b>1. Doutor Miguel Gonçalo Cardina Codinha</b> <b>2. Doutor Rui Manuel Bebiano Nascimento</b>
<b>Identificação do Curso</b>	<b>2º Ciclo em História</b>
<b>Área científica</b>	<b>História</b>
<b>Especialidade</b>	<b>Época Contemporânea</b>
<b>Data da defesa</b>	<b>8-2-2013</b>
<b>Classificação</b>	<b>16 valores</b>



EB n° 40

## AGRADECIMENTOS

A meu pai, minha mãe e meu irmão. Sem eles e ela não teria sido possível escrever estas letras.

Ao Doutor Rui Bebiano, orientador científico desta tese, pelas preciosas indicações durante o processo de investigação em curso, que serviram como o “Norte” e o “Sul” do trabalho.

Ao Paulo Agostinho pela sugestão de tema. Ao Miguel Carvalho e ao Augusto Figueiredo pelos contactos e documentação.

A todos os entrevistados agradeço a partilha da sua memória oral.

À malta do Centro de Documentação 25 de Abril, incansáveis e briosos a fazer o seu meritório trabalho. A imensidade de documentos presentes no Centro deve ser valorizada pela conservação da(s) memória(s). Muitos foram os dias em que o Centro foi a minha “casa”.

Ao pessoal da Biblioteca Municipal de Coimbra e da Biblioteca Municipal de Rio Maior. Sem a existência destes serviços públicos, este trabalho também não teria possível.

Ao Museu do Casal de Monte Redondo, em particular ao João Moital.

Ao pessoal que respira comunhão e liberdade na casa da natureza de Rio Maior. Ao Luís Filipe e à Madalena pelo apoio. À família Jesus pelas boleias.

Aos colegas de Mestrado, Luciano Morais, Fernanda Canofre, Ana Correia, Ricardo Vicente, Edson de Brito e Mariana Ricardino.

Aos incansáveis trabalhadores da escrita: Kevin Silva, Néilson Ricardo, Nídia Menino, Pierre Marie e Sérgio Coimbra.

A todas/os as/os que acham que a dignidade de existência no meio envolvente tem de ser feito por todas/os e para todas/os. Sem hierarquias, com coordenação, sem autoritarismo, com respeito, sem perseguição, com partilha e solidariedade.

## RESUMO

Esta tese visa reconhecer a forma como os acontecimentos de Rio Maior influenciaram o equilíbrio social e político do período conturbado que em Portugal ocupou o período que vai de abril de 1974 aos inícios de 1976. As diferentes perspetivas dos acontecimentos estão relacionadas com as visões distintas características de um período de acesa disputa entre interesses e ideias. Depois do 25 de Abril e da revolução permitida por este golpe de Estado, até 1976, a ideia de divisão dicotómica do território entre Norte e Sul esteve presente, sendo certo que a vila de Rio Maior foi apelidada de “fronteira” uma vez que nela teve lugar um movimento de agricultores, contrários à Reforma Agrária, que insurgiram-se contra as ocupações de terras ocorridas no Alentejo e Ribatejo, acentuando a clivagem entre as regiões onde teve lugar a coletivização e aquelas onde esta esteve ausente ou foi recusada.

**Palavras – Chave: Revolução, Contrarrevolução, Rio Maior, Dicotomia, Norte e Sul.**

## **ABSTRACT**

### **The North/South dichotomy, on the Rio Maior events, taken place in 1974-1976 in Portugal**

The present thesis aims to recognize the way events in the village of Rio Maior influenced the unstable times that followed the Carnation Revolution in Portugal. The period between the *Coup d'Etat* and the beginning of 1976, was marked by an epoch of dichotomic division between the North and South regions of the country - Rio Maior was the “borderline” of that division. Moving against the Agrarian Reform that stated land occupations in Alentejo and Ribatejo, a front of farmers accentuated not only a divide of regions, but a divide of ideas and beliefs.

**Keywords: Revolution, Against Revolution, Rio Maior, Dichotomy, North and South.**

CD25A

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 – A direita

Quadro 2 - Cronologia dos principais acontecimentos de Rio Maior

Quadro 3 - Geografia das ações violentas no Norte e Sul em 1975

Quadro 4 - Geografia de voto nas eleições para a Assembleia Constituinte em 1975

Quadro 5 - Divisão política das forças armadas no 25 de Novembro

CD25A

## LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - O local do antigo Centro de Trabalho do PCP

Imagem 2 - Avenida 13 de Julho

Imagem 3 - Convocatória para o I plenário nacional de agricultores a 24 de novembro

Imagem 4 - Barricada de 24 de novembro em Rio Maior

Imagem 5 - Galvão de Melo e Freitas do Amaral em Rio Maior

Imagem 6 - A moca

Imagem 7 - II plenário a 14 de dezembro de 1975

Imagem 8 - Poema “Como vejo Rio Maior”

Imagem 9 - ZIRA

Imagem 10 - Monumento ao “Agricultor Livre”

Imagem 11 - A divisão agrícola proposta no II plenário

Imagem 12 - Divisão do território por dioceses

Imagem 13 - Geografia da violência

Imagem 14 – Norte e Sul

CD25A

## SIGLAS

APA - Associação de Produtores Agrícolas  
ALA- Associação Livre de Agricultores  
BEPT – Base Escola de Tropas Pára-Quedistas  
BPA - Banco Português do Atlântico  
CAE - Crédito Agrícola de Emergência  
CAP – Confederação dos Agricultores Portugueses  
CDS – Centro Democrático Social  
CR - Conselho da Revolução  
CRAC – Cruzada Renascida Anti Comunista  
CRRA – Conselho Regional da Reforma Agrária  
COPCON – Comando Operacional do Continente  
COPRIO – Comando Operacional de Rio Maior  
CT – Centro de Trabalho  
ELP – Exército de Libertação de Portugal  
EN – Estrada Nacional  
EPC – Escola Prática de Cavalaria  
EUA – Estados Unidos da América  
FIA - Frente Independente Alentejana  
FSP – Frente Socialista Popular  
GL - Grémio da Lavoura  
GP – Governo Provisório  
GNR – Guarda Nacional Republicana  
IRA- Instituto da Reforma Agrária  
INE – Instituto Nacional de Estatística  
LPMA - Liga dos Pequenos e Médios Agricultores  
MAP - Ministério da Agricultura e Pescas  
MDLP – Movimento Democrático de Libertação de Portugal  
MDP/CDE – Movimento Democrático Português/ Comissão Democrática Eleitoral  
MES – Movimento de Esquerda Socialista  
MFA - Movimento das Forças Armadas  
OTAN – Organização Tratado do Atlântico Norte



PCP – Partido Comunista Português  
PDC- Partido da Democracia Cristã  
PIDE - Polícia Internacional de Defesa do Estado  
PPD – Partido Popular Democrático  
PPM - Partido Popular Monárquico  
PREC - Processo Revolucionário em Curso  
PS – Partido Socialista  
RALIS - Regimento de Artilharia de Lisboa  
RI – Regimento de Infantaria  
RML - Região Militar de Lisboa  
RR – Rádio Renascença  
SADA- Serviço de Apoio e Desenvolvimento Agrário  
SNA – Secretariado Nacional de Agricultores  
UCP – Unidade Coletiva de Produção  
UDP – União Democrática Popular  
ZIRA – Zona de Intervenção da Reforma Agrária

CD25A

## ÍNDICE

SIGLAS.....	6
INTRODUÇÃO.....	10
<b>1. REVOLUÇÃO E CONTRARREVOLUÇÃO</b>	
<b>1.1. REVOLUÇÃO</b>	
1.1.1. 25 de Abril de 1974.....	15
1.1.2. Socialismo.....	17
1.1.3. A historiografia e a Revolução dos Cravos.....	19
<b>1.2. CONTRARREVOLUÇÃO</b>	
1.2.1. A direita e a extrema-direita .....	23
1.2.2. A contrarrevolução de 1975 na historiografia.....	25
<b>2. OS ACONTECIMENTOS DE RIO MAIOR</b>	
2.1.1. Rio Maior – caracterização do meio.....	28
2.1.2. 25 de Abril – entre a continuidade e a rutura .....	30
2.1.3. A expressão “acontecimentos de Rio Maior” .....	32
2.1.4. O início do “Verão Quente”.....	33
2.1.5. Os dias seguintes ao 13 de Julho .....	36
2.1.6. O início dos cortes de estrada.....	38
2.1.7. A barricada de 24 de novembro de 1975.....	40
2.1.8. A moca, um símbolo anticomunista .....	45
2.1.9. CAP e António Lopes Cardoso.....	47
2.1.10. Pós-acontecimentos de Rio Maior.....	50
<b>3. RIO MAIOR E A DICOTOMIA NORTE - SUL ENTRE 1974 E 1976</b>	
<b>3.1. RIO MAIOR NA REDEFINIÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA</b>	
3.1.1. O panorama agrário até ao 13 de Julho.....	52
3.1.2. A representação do Norte e do Sul na Reforma Agrária.....	53

3.1.3. A importância do GL na atividade agrícola.....	56
3.1.4. Que “agricultor livre”?.....	57
3.1.5. Dicotomia agrícola em Rio Maior.....	59
3.1.6. Política agrícola de partidos e sindicatos.....	62
3.1.7. Pequenos e médios agricultores contra a Reforma Agrária?.....	64
3.1.8. Caracterização sociológica da CAP.....	67
<b>3.2. A AÇÃO DA IGREJA</b>	
3.2.1. A Igreja até ao 25 de Abril em três eixos - Norte, Rio Maior, Sul.....	69
3.2.2. O 25 de Abril e a redefinição da Igreja.....	70
3.2.3. A Igreja e a sua influência política.....	72
3.2.4. Os acontecimentos de Rio Maior e a influência da Igreja.....	73
3.2.5. A Igreja e a violência de norte a sul.....	74
<b>3.3. A VIOLÊNCIA IDEOLÓGICA</b>	
3.3.1. A representação do inimigo – do antifascismo ao anticomunismo.....	76
3.3.2. 13 de Julho – padrão de violência?.....	81
3.3.3. A violência em Rio Maior.....	82
<b>3.4. O BOATO É UMA ARMA?</b>	
3.4.1. O boato e a imprensa.....	83
3.4.2. O poder da palavra nos acontecimentos.....	84
3.4.3. Boatos em Rio Maior.....	90
<b>3.5. O SUL “PROGRESSISTA” E O NORTE “REACIONÁRIO”?</b>	
3.5.1. Eleição para a Assembleia Constituinte.....	92
3.5.2. Cerco ao parlamento e a definição de dois blocos.....	95
3.5.3. Rio Maior, a fronteira.....	99
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	102
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	106
<b>ANEXO</b>	

## INTRODUÇÃO

Este trabalho aborda os acontecimentos de Rio Maior ocorridos entre 1975-1976, tendo em consideração a representação territorial, vivencial e política do Norte e do Sul de Portugal. A sua execução insere-se no estudo sobre a revolução e a contrarrevolução em Portugal, entre 1974 e 1976.

O tema foi definido através da constatação de diversos fatores. O primeiro dos quais se demonstra pelo número considerável de acontecimentos de carácter sociopolítico em Rio Maior e a sua publicação nos meios de comunicação social a partir de julho de 1975.

O segundo dos fatores está relacionado com o surgimento de um movimento de agricultores contrários à Reforma Agrária, que colocaram as ideias de expropriação, coletivização e autogestão da terra em causa na localidade ribatejana, abrindo um confronto com o Ministério da Agricultura e Pescas (MAP). O terceiro fator refere-se à capacidade de mobilização entre 1974-1975 de que os acontecimentos de Rio Maior são exemplo, que começou no dia 13 de julho de 1975, marcando o início do “Verão Quente”, segundo Josep Sanchez Cervelló (Cervelló, 1994: 12). A terminar, a barricada de 24 de novembro em Rio Maior coincide com o 25 de Novembro, uma ação civil e outra militar que ocorreram quase no mesmo espaço temporal.

De acordo com José Medeiros Ferreira, os estudos sobre o período entre “1974-75” são transversais a várias áreas do saber, desde a história, sociologia, economia, política e até direito (Ferreira, 2001:9). A natureza deste trabalho é historiográfica, por isso, privilegia a análise de trabalhos desta natureza, como, por exemplo, do próprio Medeiros Ferreira, Josep Sanchez Cervelló, Raquel Varela, Aniceto Afonso, Fernando Rosas, Philippe Schimtter, Valério Arcary, mas também os do ensaísta Eduardo Prado Coelho, da investigadora Maria Manuela Cruzeiro e do escritor contemporâneo Loren Goldner. Este leque de investigadores sociais é apenas uma amostra dos estudiosos desse período. Outros trabalhos existem da autoria de Manuel de Lucena, Joaquim Aguiar, António Reis, Boaventura de Sousa Santos, Manuel Gomes Canotilho, Vital Moreira, João Martins Pereira, Eduarda Dionísio, José Enes, John Hammond e António Costa Pinto.

Sobre os acontecimentos de Rio Maior, só uma obra existe – O Caso Rio Maior, testemunho pessoal da autoria de José Meira Burguete, na altura notário do cartório de Rio Maior e militante do Partido Socialista (PS). No livro O Poder Caiu na Rua Crise de Estado e

Introdução

Acções Colectivas na Revolução Portuguesa, da autoria de Diego Palácios Cerezales, cuja origem é uma tese de mestrado, o autor tem dois subcapítulos no capítulo “Reacção popular violenta e Estado revolucionário. O “Verão Quente” de 1975”, que se denominam “Desencadeamento do processo: o caso de Rio Maior” e “Porquê Rio Maior”, que serviram como base da sua publicação como artigo, que se intitula, “Um caso de violência política: o “Verão Quente” de 1975”.

Não raras vezes, as análises sobre os acontecimentos históricos concentram a sua visão nos centros urbanos com mais população porque aí consuma-se a mutação ou transferência de poder. A Reforma Agrária é um tema de transversalidade analítica, e por esse motivo, diversos trabalhos concentram a sua análise em centros populacionais de pequena dimensão. Disso são exemplos trabalhos que não são só escritos no âmbito da historiografia, mas sim da antropologia como, por exemplo, o exemplo do estudo sobre Baleizão por Margarida Fernandes e do Couço por Paula Godinho. No âmbito da museologia, a Reforma Agrária em Idanha-a-Nova por Cláudia Diogo. No âmbito da sociologia, Afonso Barros analisou a freguesia de Albernoa. Também na história a Reforma Agrária foi analisada, sendo o estudo que se debruçou sobre Avis, de Maria Almeida, um exemplo. Com uma abordagem mais geral, há um volume considerável de obras gerais sobre a Reforma Agrária no campo da historiografia, como, por exemplo, os diversos trabalhos de Constantino Piçarra.

Neste estudo, a análise a um movimento de agricultores assemelha-se aos estudos sobre movimentos sociais que tiveram como base de atuação a rejeição de mudanças profundas de organização social, como, por exemplo, o miguelismo e a revolta da Maria da Fonte. Vasco Pulido Valente identifica no estudo “Os levantamentos “miguelistas” contra a Carta Constitucional (1826-1827)”, a matriz popular de tais levantamentos, e, sobre a revolta da Maria da Fonte, refira-se o congresso realizado na Póvoa de Lanhoso e publicado em livro que contém intervenções de investigadores sociais de distintas áreas sobre a importância sociopolítica da movimentação popular da Maria da Fonte, à época.

A violência que se registou em 1975, em particular no período a que corresponde o “Verão Quente”, aliás esse é um dos motivos porque tal período tem essa designação, foi alvo de vários trabalhos de diversas áreas, como, por exemplo, na historiografia Diego Palácios Cerezales, no jornalismo Eduardo Dâmaso e Gunter Wallraff, jornalista alemão que se disfarçou de intermediário entre Spínola e a República Federal Alemã e nos testemunhos pessoais literários de Alpoim Calvão e Waldemar Paradela de Abreu.

Na abordagem que se propõe fazer, a presente tese pretende dar a conhecer o que aconteceu em Rio Maior durante o ano de 1975 e o início de 1976, a partir do estudo das ações coletivas que têm inerente os distintos *modus vivendi* da população.

O primeiro capítulo incide a análise nos conceitos de “revolução” e de “contrarrevolução”, como estes designam a realidade sociopolítica em Portugal no período entre 1974-75. Não é objetivo um estudo profundo sobre os conceitos, apenas contextualizar a realidade sociopolítica entre 1974-1975, em Portugal.

Perante as alternativas de organização social possibilitadas pelo 25 de Abril, a dicotomia como a revolução é encarada, que se reveste de socialismo por um lado, e por outro dá-se um choque com a velha ordem propagandeado pelo Estado Novo. Analisa-se o confronto entre os conceitos de revolução e contrarrevolução, sobretudo em trabalhos historiográficos, assim como se pode caracterizar o espectro partidário de direita e extrema-direita, emergido depois do fim do Estado Novo.

O segundo capítulo incide de forma exclusiva sobre os acontecimentos de Rio Maior. De natureza factual e descritiva, pretende compreender porque num meio social de pequena dimensão ocorreram acontecimentos significativos no panorama sociopolítico em Portugal, entre 1975-1976.

A caracterização do meio social, geográfico e demográfico de Rio Maior é imprescindível, assim como o 25 de Abril foi encarado pelos rio-maiorenses. Esclarece-se porque se utiliza a designação “acontecimentos de Rio Maior” e não outra. Incidindo os acontecimentos sobre barricadas, comícios, cortes de estrada, saneamentos, queima de jornais e sessões de esclarecimentos, o trabalho proporciona mais atenção a 13 de julho e a 24 de novembro de 1975, datas significativas dos acontecimentos de Rio Maior. O contencioso com António Bica e António Lopes Cardoso, responsáveis do MAP, e as suas repercussões também são acontecimentos referidos, assim como a representação de objetos que se tornaram ícones, como, a moca.

“Rio Maior e a dicotomia Norte-Sul entre 1974 e 1976”, designação do terceiro capítulo que se pretende de natureza interpretativa e relacional entre os acontecimentos de Rio Maior e os aspetos dicotómicos que proporcionaram a representação da divisão entre o território do Norte e do Sul, aspeto fundamental para Carlos Jalali, uma vez que a divisão entre Norte e Sul é efetuada para compreender o comportamento político em Portugal (Jalali, 2003: 558).

Afere-se a influência dos acontecimentos de Rio Maior no panorama sociopolítico em torno de cinco fatores, a Reforma Agrária e as suas consequências ao nível da dimensão da

propriedade entre minifúndio e latifúndio, propriedade e posse da terra e a legislação sobre as alterações no setor agrário.

O segundo fator diz respeito à reorganização da Igreja numa sociedade em mudança e como as suas tomadas de posição coincidem com o ambiente sociopolítico em Portugal no geral, em Rio Maior no particular. A violência de carácter ideológico e a suas motivações, objetivos e geografia, o exemplo de Rio Maior, a divisão da sociedade em dois blocos e o antifascista e o anticomunista são questões examinadas referentes ao fator violência.

O papel do boato na mobilização, como foi utilizado e com que objetivo, relacionando com a importância da comunicação social e nas redes de sociabilidade é o quarto fator. O quinto fator parte da ideia de divisão entre dois blocos e a representação de Rio Maior como fronteira., entre o Norte “reacionário” e o Sul “progressista”, ao fazer analogia com a separação do mundo entre “capitalismo” e “comunismo”. As eleições para a Assembleia Constituinte em 25 de Abril de 1975 e as consequências do cerco ao parlamento no dia 12 de novembro de 1975 são analisadas numa lógica que privilegia as diferenças e que atores de mutação social a acarretam.

A análise compreende não só as metamorfoses dos diversos atores de mutação social, mas também o seu relacionamento com os acontecimentos e as ideias que defenderam entre 1974 e 1976, por isso, o trabalho como estudo inter e transdisciplinar, tem uma considerável incidência em artigos de natureza jornalística, como, por exemplo, crónica, reportagens, notícias e entrevistas porque sou licenciado em Comunicação Social, tendo como referência a abordagem historiográfica.

Espera-se com esta dissertação contribuir para esclarecer algumas ideias e acontecimentos referentes às transformações verificadas na sociedade portuguesa entre 1974-1975, nomeadamente os que envolvem os acontecimentos de Rio Maior que estavam em processo de esquecimento e a sua influência no panorama sociopolítico entre 1975-1976

Assim, questiona-se a representação “reacionária” da população de Rio Maior e de todo o Norte, assim como se debate a representação de “progressismo” em Rio Maior e no Sul, tendo inerente a premissa – Rio Maior foi um reflexo da dicotomia vivencial presente no Portugal de 1974-1976.

Para responder à interrogação “porquê Rio Maior?”, importa perceber que consequências tiveram os acontecimentos que ocorreram a partir de 13 de julho de 1975, quer nos que foram originados a partir das questões agrárias, quer ainda os que envolveram disputa política. De forma a compreender a sua importância numa perspetiva nacional, importa perceber o tratamento jornalístico a que foram sujeitos através de comunicados e de peças

jornalísticos. Outro aspeto relativo ao processo comunicativo presente nos acontecimentos de Rio Maior foi o boato, que importância teve nas mobilizações em Rio Maior num contexto de disputa pelos órgãos emissores de mensagens.

A consciência da importância das vias de comunicação, EN1 e EN114, explicam a dimensão do movimento de agricultores que se gerou e a sua projeção mediática, por exemplo, na barricada de 24 de novembro, ação civil mais notória que ocorreu em concomitância com o 25 de Novembro, analisando-se se foi uma ação casual ou premeditada.

As características geográficas do concelho de Rio Maior são analisadas tendo presente a ideia de fronteira terrestre no território de Portugal continental, assim como, que atores de mutação social aproveitaram as diferenças territoriais para criar um discurso de disputa entre o Norte e o Sul, em que esteve presente a possibilidade de uma guerra civil em 1975.

Apesar de se privilegiar fontes primárias como periódicos, a “memória oral” é utilizada como ponto de partida ou como complemento ao longo do estudo. Tal técnica pode ser efetuada em dois tempos distintos: de forma concomitante com os acontecimentos e posterior aos acontecimentos. Naturalmente, sendo este estudo realizado neste momento, as dez entrevistas efetuadas a pessoas que ou estiveram envolvidas nos acontecimentos ou viveram-nos de perto, são registos áudio posteriores aos acontecimentos.

Tal escolha pela “memória oral” deve-se ao facto das fontes orais permitirem avaliar pistas que de outro modo não possíveis (Cardina: 2008:16), relacionadas como, por exemplo, com a relação do indivíduo em determinado contexto social, político, económico e cultural como referem Luisa Passerini e Alessandro Portelli (2011, apud Cardina: 24). De forma natural, privilegiou-se pessoas com opções políticas distintas, como forma de procurar uma aproximação factual da realidade, mas tendo presente a ideia referida por Miguel Cardina sobre a opção por “memória oral” no seu estudo sobre contestação juvenil em Coimbra - “se toda a memória é um espelho deformado também o são os documentos, toldados pelo contexto da sua produção e pelos interesses e pré-conceitos de quem os produzir” (Cardina, 2008:19). A memória oral permite suprimir a carência de fontes sobre acontecimentos relevantes que ocorreram em meios sociais de pequena dimensão, que, não raras vezes, merecem pouco destaque em fontes primárias, e por conseguinte, em fontes secundárias.

A opção pela fonte entrevista foi assumida como meio de registar documentos de intervenientes do objeto de estudo, tema este que estava a entrar em processo de esquecimento nos estudos sobre a importância histórica do período entre 1974 e 1976.



## **CAPÍTULO I - REVOLUÇÃO E CONTRARREVOLUÇÃO**

### **1.1. REVOLUÇÃO**

#### **1.1.1. 25 de Abril de 1974**

No dia 25 de Abril de 1974, durante o cerco efetuado pelas diversas unidades militares que se tinham juntado à Escola Prática de Cavalaria de Santarém (EPC), comandadas pelo capitão Salgueiro Maia, aquando da passagem simbólica de poder exigida pelo Presidente do Conselho de Ministros, Marcelo Caetano, este exigiu que um general de alta patente recebesse o “poder” das suas mãos “para que o poder não caísse na rua” (Cervelló, 1993: 183). Otelo Saraiva de Carvalho, um dos estrategas do plano para derrubar o regime, decidiu que o melhor seria ceder a esta exigência de Caetano e comunicou com António de Spínola. Tal ato simbólico tinha inerente uma ideia - que apesar do golpe de Estado e das consequentes mudanças políticas, transição de poderes e consequente mudança de regime, o exercício de poder continuaria na posse da classe dominante.

As aspirações de Caetano saíam goradas porque pessoas ligados ao Estado Novo foram saneadas e impossibilitadas de continuar a exercer o seu poder na sociedade portuguesa, como, por exemplo ocorreu, nas universidades, nas fábricas e noutros serviços públicos, pelo menos, durante específicos períodos no processo revolucionário. Refira-se ainda que apesar de contactos permanentes com o governo de Caetano, uma vez que tiveram posições de relevo na Guerra Colonial, nem Spínola, nem Costa Gomes estiveram diretamente envolvidos com o Golpe de Estado. Apesar das divergências públicas com Caetano, os dois generais que assumiram posições contrárias ao regime pertenciam às classes elitistas em virtude da sua patente de general, ao contrário dos militares do Movimento das Forças Armadas (MFA).

Atendendo ao contexto de ditadura política em que o golpe de Estado foi efetuado, sem haver certeza de qual seria o desfecho, “a maioria dos oficiais participou num golpe militar [...] sem saber que estava a desencadear uma revolução”; ou seja, não havia perceção da real importância do ato que acabavam de realizar, porque a ideia inicial era levar a cabo “um golpe de estado contra o governo” mas, tal movimento acabou por resultar num “acto revolucionário que derrubava o regime”. Tais palavras de Melo Antunes explicam o apoio que o MFA teve por parte da população e a sinergia que se criou entre o ato e a população, porque assim que esta se apercebe do que estava a acontecer tratou de ocupar as ruas. Assim, no

entender do major Melo Antunes, à data, a expressão “25 de Abril” refere-se ao golpe de Estado e a “Revolução dos Cravos” à dinâmica e às alterações sociais possibilitadas pelo golpe de Estado (1989, apud Cruzeiro).

Assim, de forma propositada, a revolta transformara-se em golpe de Estado por possibilidade dos próprios militares, mas o desenrolar dos acontecimentos acabou por transformar o golpe militar numa revolução. Apesar da sua instrução política, os militares não podiam nem deviam controlar tudo o que se desenrolou no dia 25 de abril de 1974, sobretudo pela envolvimento destes perante os acontecimentos e os seus significados. No entanto, não foram indiferentes às ocupações de rua e a todas as movimentações que existiram nesse dia por parte da população, apesar dos vários comunicados transmitidos via rádio e televisão que a aconselhavam a permanecer em casa. Alguns dos exemplos que explicam o início da dinâmica revolucionária, ou seja, ações da população com o objetivo de alterar de forma profundas as estruturas do Estado, foram a tentativa de assalto à sede da Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE), no qual resultaria o assassinio de seis pessoas por agentes “pidescos” depois de atirarem balas através das janelas, assim como a libertação dos presos políticos da prisão de Caxias, que não estava nos planos do MFA, mas ocorreu através de pressão popular feita por concentrações de pessoas que se encontravam nas imediações do edifício.

A revolta de 25 de Abril fora planeada pelo MFA, movimento de militares, sobretudo oficiais de média patente, ou seja, “300 oficiais, que são esmagadoramente capitães, alguns majores, dois tenentes coronéis e um único coronel, Vasco Gonçalves” e oficiais milicianos (Rosas, 2004: 9). De forma inicial, o movimento fora constituído como plataforma reivindicativa em relação à Guerra Colonial, em virtude das decisões políticas e militares que vinham sendo tomadas pelos responsáveis do regime. Segundo Vasco Gonçalves, o principal objetivo do MFA era o “fim da guerra”, que na sua ótica só poderia ser realidade com o “derrubamento do governo fascista”. Em relação à transformação das estruturas sociais, o coronel Vasco Gonçalves esclarece que no surgimento do MFA, este não tinha como objetivo ser “um movimento de revolução social” porque a “democracia política” que pensavam que se iria implementar, não “significava a realização de profundas transformações nas relações económicas e sociais” no interior da sociedade (Gonçalves, 1994: 80).

Além da questão colonial, também as movimentações sociais com grande participação juvenil, nomeadamente em França, 1968, e nos Estados Unidos da América (EUA) na década de sessenta e inícios de setenta, influenciaram a dinâmica revolucionária das alterações políticas em Portugal, como, por exemplo, o slogan do MFA “Desenvolvimento,

Descolonização e Democracia” tinha inerente ideais como, a paz, liberdade e a dignidade, ideais que estiveram na origem das movimentações sociais na Europa e na América. O conhecimento de outras formas e maneiras de estar na organização social efetuado através da vivência dos acontecimentos e das manifestações culturais diversas que tinham começado a globalizar-se, chocou com os valores sociais característicos das classes dominantes, o que permitiu o confronto e a mutação de valores dentro da sociedade portuguesa, confronto esse que, apesar de ter começado antes do 25 de Abril, como, por exemplo, festivais de música que tinham inerentes ideais libertários, se acentuou depois de dia 25 de abril de 1974.

### **1.1.2.Socialismo**

Um dos aspetos mais interessantes que o período entre 1974-75 proporcionou foi o confronto de realidades sociopolíticas divergentes nos meios a utilizar para atingir determinado fim. No seguimento de toda a informação e contrainformação característica de 1974-75, os binómios foram associados a diversas interpretações, gerando confusão num processo de mudanças da organização social. Porém, houve uma palavra aparentemente comum na sociedade: a palavra socialismo. Se fosse possível contabilizar as palavras mais escritas e pronunciadas entre 1974-1975, a palavra socialismo seria com toda a probabilidade uma delas.

O ensaísta Eduardo Prado Coelho menciona as possibilidades de utilização da palavra socialismo consoantes os interesses dos atores de mutação social. Escreve, “Alguns dizem: queremos o socialismo em liberdade. Outros respondem: disparate, o socialismo é a liberdade.” (Coelho, 1976: 114). Neste aparente jogo de palavras, discussão sobre o conceito, constata-se a frequência de discutir o socialismo, até porque as “massas” se mostravam recetivas a tal comunicação por parte dos partidos e militares, uma vez que foi uma forma de integrar a população na revolução e na construção de “algo novo” no interior da organização social com o objetivo de legitimar opções políticas. A dicotomia de vivências e contrastes entre as “bases” determinou a postura e as ações das forças partidárias na defesa ou não do socialismo.

Um dos exemplos que reflete o aparente respeito de todas/os perante o Socialismo está refletida na Constituição de 1976, redigida em 1975 na Assembleia Constituinte por forças partidárias diversas: desde a União Democrática Popular (UDP) ao PS, do Partido Comunista Português (PCP) ao Centro Democrático Social (CDS), do Movimento Democrático Popular/Centro Democrático Eleitoral (MDP/CDE) ao Partido Popular Democrático (PPD) e ainda

pela Associação para a Defesa dos Interesses de Macau, se bem que o CDS não votou favoravelmente a proposta de Constituição em 1976.

No preâmbulo da Constituição está inscrita a vontade de “abrir caminho para uma sociedade socialista”, no artigo 1º refere-se a necessidade da “transformação de uma sociedade sem classes” e no artigo 2º indica-se que o caminho da sociedade portuguesa deve ser um “Estado democrático” e transitório “para o socialismo” através do “exercício democrático do poder pelas classes trabalhadoras”. Apesar da escolha do socialismo ter sido em última instância uma decisão dos partidos políticos que compunham a Assembleia Constituinte em 1975-76, esta opção pelo socialismo não foi resultado apenas dos debates na Assembleia Constituinte, mas sobretudo da pressão popular que se fez no espaço público derivada da intensa discussão ideológica e de como se poderia organizar a sociedade. A ação política democratizou-se porque esta foi feita na rua, nas fábricas e em ações de dinamização cultural. Mas não foi só o socialismo que foi discutido. Outros “ismos” relativos à sociologia política foram permanente debatido, como, por exemplo, o que tinha sido o fascismo português, o comunismo, o marxismo, o significado de esquerda, direita e como se poderiam aplicar de forma pragmática na realidade.

No documentário À Procura do Socialismo de Alípio de Freitas e Mário Lindolfo finalizado em 1993, os diferentes líderes partidários foram unânimes em reconhecer o socialismo como modelo de organização política a implementar na sociedade portuguesa, mas a concretização de tal fim foi fator de distinção entre os partidos, o que deu azo às mais diversas interpretações. Manuel Serra, líder da Frente Socialista Popular (FSP), referiu que a sociedade socialista emerge “da sociedade velha, do capitalismo e do imperialismo”; Sá Carneiro sustentou que o caminho a seguir era o “da libertação do homem, da realização integral da pessoa, libertação de toda a alienação, exploração e opressão”; Arnaldo Matos mencionou a necessidade das classes desaparecerem, Salgado Zenha indicou o “socialismo em liberdade”; Álvaro Cunhal explicou a simbiose entre a necessidade dos trabalhadores intervirem na vida política, económica e social para que o governo tivesse uma perspetiva revolucionária; e Freitas do Amaral reconheceu a importância das ações dos partidos socialistas na “melhoria das condições de vida dos trabalhadores” e o desejo da “sociedade sem classes”.

Até nas Forças Armadas, que foram até 1974 uma estrutura organizada segundo parâmetros rígidos de disciplina duros, com o esclarecimento de posições no seu interior após o 25 de Abril a palavra socialismo foi incorporada no juramento de bandeira realizado no Regimento de Artilharia de Lisboa (RALIS) a 21 de novembro de 1975. Como é possível

visualizar no já referido documentário À Procura do Socialismo, os ímpetus socialistas fizeram-se ouvir numa voz que ecoou pelo microfone, e outras seguiram de forma assertiva o seguinte trecho: “Nós, soldados, jurámos, [...] estar sempre, sempre, ao lado do povo, ao serviço da classe operária, dos camponeses e do povo trabalhador”.

### **1.1.3. A historiografia e a “Revolução dos Cravos”**

Os atos revolucionários são entendidos neste trabalho como os “únicos acontecimentos políticos” que permitem enfrentar a questão de um novo começo de organização social, tal como Hannah Arendt refere no seu estudo “Sobre a Revolução”. No entanto, a alemã, que se radicou nos EUA, refere a necessidade de lucidez no processo revolucionário em virtude do “poderoso remoinho” que a revolução pode originar, sendo necessário discernimento para saber quando e como se estabelecer “a liberdade na terra” revolucionária (Arendt, 2001: 22 - 64).

Porém, é necessário ter presente as implicações políticas da revolução em toda a sociedade. Na opinião da investigadora Maria Manuela Cruzeiro, a ideia de começo proporcionada pela “revolução política” refere-se ao objetivo de transformar “toda a estrutura social” (Cruzeiro, 2011:100) ou seja, o que diz respeito à política têm inerente um significado lato que se refere à própria existência de toda a matéria. A mesma ideia pode ser encontrada em Karl Marx, quando é referido que “o estado e a estrutura da sociedade, do ponto de vista político, não são duas coisas diversas: o estado é a estrutura da sociedade” (1966 apud Campos:12). Assim, torna-se simplista analisar só as mutações ocorridas no espectro político em períodos de mudança de sistemas políticos, porque a organização política define a organização social e todos os aspetos vivenciais inerentes. Ao extrapolar para a realidade portuguesa entre 1974-1975, constata-se que a “Revolução dos Cravos” permitiu um diferente começo diferente na organização social que por inerência mutuou as estruturas da sociedade.

Na historiografia sobre Portugal o termo “revolução” não é unânime para designar as dinâmicas de organização social a seguir ao 25 de Abril. No entanto, o número de historiadoras/es que classifica o período de 1974-75 como revolucionário é considerável.

O historiador António Reis adjetiva a revolução como “a Revolução do 25 de Abril”. Reconhece que além da Guerra Colonial, o MFA pretendia “estabelecer um regime político democrático”, embora tendo havido dificuldades porque este se dividiu em diferentes “correntes ideológicas e partidárias”, em particular na “corrente hegemónica pela linha de Vasco Gonçalves” a partir de 11 de Março, data em que este era primeiro-ministro (Reis, 1992:13).

O historiador catalão Josep Sánchez Cervelló, no seu estudo que analisa a influência da revolução portuguesa na transição espanhola, justifica que a revolução teve dois aspetos fundamentais, a ação dos militares permitiu-lhes uma “hegemonia” na sociedade e a “subalternidade civil”. A “hegemonia militar” verificou-se nas estruturas de poder porque todos os órgãos de soberania ficaram dependentes dos militares.

A “subalternidade civil” submeteu os partidos políticos, quer ao nível comunicativo, quer ainda ao nível de ação, porque tiveram que adaptar os seus interesses aos dos militares, em virtude da perceção favorável que estes tinham conquistado na sociedade, e por conseguinte, as suas ações foram submetidas aos “desígnios” dos militares, o que explica a participação de militares nas decisões políticas de 1974 a 1982, embora com menos fulgor a partir da publicação da Constituição de 1976 (Cervelló, 1993: 185 -191).

De forma a perceber “os caminhos da revolução”, o investigador analisa a revolução em três “tempos” distintos<sup>1</sup>. O primeiro período é delimitado pelo exercício de Presidente da República pelo general António de Spínola, entre 25 de abril de 1974 e 30 de setembro, sendo classificado como “Spínola contra o MFA” em virtude de Spínola querer sobrepor o seu exercício de poder ao MFA.

Com o falhanço da manifestação da “maioria silenciosa”, estratégia de apoio a Spínola, que teve como consequência a sua renúncia do cargo de Presidente da República a 30 de setembro de 1974, inicia-se outro período revolucionário que se prolongou até 11 de março de 1975, caracterizado pelo reforço do poder do MFA, através da criação e reestruturação de órgãos político/militares. A juntar ao Conselho de Estado, constituiu-se o Conselho Supremo do MFA ou também conhecido Conselho dos Vinte. Além do objetivo de organizar o MFA, a sua criação foi um meio do MFA ter poder de decisão nas questões políticas e nas Forças Armadas.

O terceiro período que Cervelló classifica de “MFA contra MFA”, começa com a tentativa de putsch comandada por Spínola a 11 de Março até ao contragolpe de 25 de Novembro. A ideia de divisão no MFA perpassou também toda a sociedade imiscuída em medidas revolucionárias como a nacionalização de todas as “instituições de crédito”, através do Decreto-Lei 132-A/75, de 14 de março, a nacionalização dos bancos com exceções dos pertencentes a capital de origem estrangeira, assim como a nacionalização das companhias de

---

<sup>1</sup> Diversos trabalhos de investigação também reconhecem os três tempos distintos, como, por exemplo, o estudo de António Reis sobre o 25 de Abril, o MFA, a revolução e a democratização (Reis, 1992), o artigo de Maria Manuela Cruzeiro que analisa o 25 de Abril e a ideia de revolução (Cruzeiro, 1999), as relações luso-americanas entre 1974 e 1975, tese de doutoramento da autoria de Tiago Moreira e Sá (Sá, 2007) e a postura da extrema-esquerda na revolução da autoria de Jorge Fontes (Fontes, 2012).

seguro através do Decreto-Lei 135-A/75 de 15 de março de 1975. Este período de aceleradas alterações sociais, políticas e económicas, em que a ideia de guerra civil “pairou no ar” culminaria com o golpe de 25 de Novembro, onde uma nova correlação de forças e das estruturas milito/revolucionárias se redefiniria, à exceção do Conselho da Revolução (CR) (Cervelló, 1993: 193-260).

O historiador José Medeiros Ferreira utiliza uma perspetiva metodológica que coloca em capítulos diferentes “as políticas”, a “sociedade e economia” e as “alterações institucionais”, apesar de considerar que as “políticas” e as suas “alterações institucionais” alteraram a “sociedade e a economia”. No entanto, ao referir a existência de mudanças na sociedade depois do 25 de Abril, na relação espacial e geográfica do território português, nos indicadores económicos, na reorganização de Portugal na cena internacional, na ideia de identidade nacional e na relação do Estado com a Igreja, o historiador denomina o que aconteceu como “revolução imperfeita”, ou seja, considera que as alterações são evidentes, mas só uma análise que investigue um prolongado espaço temporal permitirá avaliar se os acontecimentos e ideias daquele período terminaram naquele momento ou se prolongaram no tempo (Ferreira, 2001: 9 - 223).

Uma dessas alterações que a revolução permitiu foi a redefinição das estruturas de poder descentralizado dependentes da administração central. Ao reorganizar o “poder local”, ela possibilitou um “processo de transformação” nas estruturas locais em todo o território e “levou à emergência do poder das autarquias locais, sobretudo dos municípios” o que nunca tinha sucedido nos anteriores processos de transformação política (Ferreira, 2001:161).

A mesma opinião tem o historiador Aniceto Afonso ao referir que a seguir ao “25 de Abril seguiu-se um período revolucionário que transformou radicalmente o Estado e a sociedade portuguesa”, quer no “sistema político”, quer ainda “nas relações sociais e económicas”. Tal período é balizado até 25 de novembro de 1975, quando se regista um “esvaziamento” do confronto de realidades por parte de “movimentos espontâneos” surgidos de necessidades vivenciais e quer ainda de “grande manifestações resultantes do seu enquadramento sindical ou partidário”, recorrentes durante o Processo Revolucionário em Curso (PREC)<sup>2</sup> (Afonso, 1997:35-58).

Num trabalho recente da investigadora Maria Manuela Cruzeiro, em que esta analisa o 25 de Abril numa metodologia claramente historiográfica, Manuela Cruzeiro refere que “entre

---

<sup>2</sup> Segundo os jornalistas José Pedro Castanheira e Adelino Gomes, a sigla PREC surgiu quando o PS se pronunciou sobre a tentativa de putsch de 11 de Março, ao referir-se “à irreversibilidade do processo revolucionário em curso” (Castanheira e Gomes, 2006:26)

25 de Abril e o 25 de Novembro algo de radicalmente novo aconteceu, cuja natureza não pode ser só avaliada apenas pelo resultado final”. A sua afirmação tem implícita a complexidade dos acontecimentos decorrente das constantes alterações em toda a sociedade. Portanto, uma só ideia avaliadora de 1974-1975 tomaria um significado redutor e de falta de respeito pelo que aconteceu (Cruzeiro, 2011: 108).

Fernando Rosas confere à ação da população a dinâmica necessária ao ato revolucionário e não a “uma operação de Estado Maior”, nem a “uma decisão de um Comité Central”. É esse aspeto referente à dinâmica de movimentação social que concede “uma poderosíssima energia de transformação social”, movimento revolucionário de cariz “telúrico, subversivo e que leva tudo por diante”, que se pode constatar em Portugal quando “no dia 25 de Abril, as massas perceberam o que nenhum partido disse, que o Estado não tinha mais força para atacar”, uma vez “que o exército estava a passar de campo” ao deixar o campo da repressão.

Na opinião deste historiador a transferência de “campo” do exército ocorreu porque este “tinha-se transformado de espinha dorsal da violência organizada do estado num movimento militar revolucionário” e o saneamento de “responsáveis pela repressão e pelas perseguições durante o fascismo” criou condições sociais para que a população sentisse que podia “mudar o mundo com as suas mãos” (Rosas, 2004: 7 – 12).

Eduardo Prado Coelho identifica dois entendimentos possíveis do conceito “revolução”; a “revolução justiça” e a “revolução desejo”. O primeiro, a “revolução-justiça”, caracteriza-se pela criação de um estado que possibilite o mínimo de dignidade vivencial para todos, mas dentro de uma perspetiva de capitalismo progressivo, portanto sem uma transformação a todos os níveis da organização social. A “revolução-desejo”, é no entender do ensaísta, a libertação por parte das classes mais baixas de todos os meios opressores (Coelho, 1976:35).

Philippe Schmitter confere à revolução portuguesa um caráter de exceção no contexto europeu da época. Depois da reorganização geopolítica decorrente da II Guerra Mundial, a descolonização na África, as “longínquas” revoluções cubana e chilena, a revolução portuguesa tornou-se uma oportunidade para os cientistas sociais europeus presenciarem uma revolução “ao vivo”. A “autoestrada no final da Europa”, metáfora que se refere à experiência revolucionária portuguesa do século passado, representa para Schmitter uma “nova vaga de democratização”, em virtude da influência que exerceu nas mudanças de regime posteriores em Espanha e Grécia. Este aspeto foi uma das principais diferenças entre outras transições ocorridas noutros países, que mudaram de sistema político após o 25 de Abril, bem como a



não existência de pactos entre as forças armadas e partidos políticos, à data do golpe de Estado (Schmitter, 1999:337 - 347).

A historiadora Raquel Varela refere que a “Revolução dos Cravos” teve quatro características: o “papel dos militares”, a “extrema radicalidade dos métodos e objectivos”, a “escassa violência com que se desenrolou e terminou” e a “multiplicação de organismo de poder dual“. O “derrube do Estado Novo” e a “independência das colónias”, permitiu que se transformasse uma “revolução política” numa “revolução social” de forma rápida, que não só acabou com o regime de ditadura, como também colocou o próprio Estado surgido depois do 25 de Abril em crise, num espaço geopolítico de influência da Organização Tratado Atlântico Norte (OTAN) (Varela, 2012: 8).

## **1.2. CONTRARREVOLUÇÃO**

### **1.2.1. A direita e a extrema-direita**

A reorganização da direita e da extrema-direita foi efetuada por intermédio de duas estratégias distintas: a violenta e a sua ação política.

Por um lado, António Reis refere que desde a “maioria silenciosa” a 28 de setembro, setores de direita “não haviam cessado de conspirar e se preparavam para um confronto violento”, tendo como a sua demonstração mais visível, o surgimento do Exército de Libertação de Portugal (ELP)<sup>3</sup> (Reis, 1992:37). Até 28 de setembro, o general Spínola “desempenhou um papel destacado” enquanto governou. A direita e a extrema-direita começaram a organizar-se fora da guarnição de Spínola quando este deixou a Presidência da República a 30 de setembro de 1975, uma vez que até então se tinha aglomerado em redor do general (Cervelló, 1993:192).

Por outro lado, Pedro Cardoso<sup>4</sup>, chefe da 2ª Divisão, divisão de informações do Estado-Maior General das Forças Armadas, refere que ações militares violentas foram contempladas a partir de março de 1975, ao afirmar que a contrarrevolução tentou o seu início em Tancos, na noite de 7 para 8 de março com o planeamento de ação militar a 11 de Março de 1975 (Dâmaso; 1997: 24). No seguimento desta tentativa falhada de golpe, Spínola,

---

<sup>3</sup> De acordo com António Reis, o ELP foi divulgado a 6 de Janeiro de 1975, como “uma organização de militares e civis de extrema-direita que se propõe realizar ações de desestabilização e se demarca politicamente tanto dos partidos democráticos como de Spínola” (Reis, 1992:37).

<sup>4</sup> O jornalista Eduardo Dâmaso refere que Pedro Cardoso era próximo de Spínola porque foi secretário-geral da Guiné, quando Spínola era governador (Dâmaso, 1997:24).

juntamente com outras personalidades militares fundou o Movimento Democrático de Libertação de Portugal (MDLP)<sup>5</sup> (Cervelló, 1994:10).

No entender de Valério Arcary, uma das estratégias da direita para levar avante a contrarrevolução foi aproveitar o vocabulário, à época, marcadamente de cariz revolucionária, ou seja, “como o pêndulo da política girou para a extrema-esquerda, o discurso da direita girou para o centro, e o do centro para a esquerda, e o da esquerda moderada para a esquerda radical” (Arcary, 2012:29), como já referido, por exemplo, no documentário supracitado *À Procura do Socialismo*, onde Sá Carneiro clama a “libertação do homem, da realização integral da pessoa, libertação de toda a alienação, exploração e opressão” e Freitas do Amaral a melhoria “das condições de vida dos trabalhadores” e a “sociedade sem classes”.

Josep Sanchez Cervelló divide a atividade política associada à direita em três motivações distintas que se reorganizam ou surgiram dos escombros do Estado Novo; “o democrático, o filo-marcelista ou tecnocrático, e o salazarista” (Cervelló, 1993:198-199).

### Quadro 1 – A direita<sup>6</sup>

Movimento/Partido	Sigla	Data surgimento	Tipo
Partido Popular Democrático	(PPD)	7.5.1974 -	Democrata
Partido Popular Monárquico	(PPM)	23.05.1974 -	Democrata
Partido Social Democrata Independente	(PSDI)	25.05.1974 <sup>7</sup>	Democrata
Centro Democrático Social	(CDS)	19.07.1974	Filo - marcelista
Partido Cristão Social Democrata	(PCSD)	05.05.1974	Filo - marcelista
Partido da Democracia Cristã	(PDC)	10.05.1974	Filo - marcelista
Movimento Federalista Português <sup>8</sup>	(MFP)	06.05.1974	Salazarista
Partido do Progresso	(PP)	19.07.1974	

<sup>5</sup> De acordo com Cervelló, o MDLP surgiu a 5 de Maio de 1975, tendo Spínola como presidente, dividido em “quatro sectores: Estado Maior com Dias Lima; Ultramar com Santos e Castro; Operativo, com Alpoim Calvão; Político com José Miguel Júdece, Vale de Figueiredo e Pacheco de Amorim” (Cervelló, 1994:10).

<sup>6</sup> Elaborado a partir da leitura do subcapítulo “Os caminhos da revolução” na obra *A Revolução Portuguesa e a sua influência na transição espanhola* (Cervelló, 1993).

<sup>7</sup> Data de publicação do primeiro manifesto.

<sup>8</sup> O Movimento Federalista Português (MFP) alterou a sua designação para Partido do Progresso (PP).

## Os acontecimentos de Rio Maior

Movimento Popular Português	(MPP)	15.05.1974 <sup>9</sup>	Salazarista
Partido Liberal	(PL)	28.05.1974	Salazarista
Partido Nacionalista Português	(PNP)	24.07.1974	Salazarista
Partido Trabalhista Democrático Português	(PTDP)	03.05.1974	Salazarista

### 1.2.2. A contrarrevolução de 1975 na historiografia

Nos documentos analisados são argumentadas duas ideias distintas que servem de sustento ao não reconhecimento de um ato revolucionário em Portugal entre 1974 e 1975: a utilização de outros termos que procuram explicar a mudança de regime e o reconhecimento de um processo pré revolucionário.

Quanto à primeira ideia, Maria Manuela Cruzeiro refere dois exemplos de como uma tendência historiográfica não reconhece a existência de uma revolução entre 1974-1975. Aquando das comemorações dos anos 30 do 25 de Abril, em que a comissão presidida por António Costa Pinto utilizou o conceito “evolução” em detrimento de revolução, ao escolher o lema “Abril é evolução” para as comemorações dos 30 anos do 25 de Abril. A investigadora refere que tal “manipulação da história”, ocorreu por propósitos “neo-conservadores” e “neo-liberais”, que têm como premissa a “amnésia e a mentira”. O outro exemplo é uma obra historiográfica coordenada por Rui Ramos, História de Portugal. Em conjunto com Bernardo Vasconcelos e Sousa e Nuno Gonçalves Monteiro, a obra defende a tese de “evolução na continuidade”, situando o ano de 1961 como o início do “movimento reformista” que se prolonga até 1997 quando considera Portugal um “país desenvolvido”<sup>10</sup> (Cruzeiro, 2011: 124-127).

Num estudo mais recente, Raquel Varela nota que o conceito “revolução” não é assumido em diferentes estudos relativos às transformações sociais no período 1974-1975, mas sim outros conceitos que têm significados diferentes e até contraditórios como, por exemplo, “transição”, “processo de democratização” e “normalização democrática”. Assim como distingue Tocqueville, historiador francês que se dedicou ao estudo da Revolução Francesa em 1789, “duas fases” em relação à Revolução Francesa: na primeira a abolição de

<sup>9</sup> Data de publicação do primeiro manifesto.

<sup>10</sup> Recentemente, a polémica em torno da obra dirigida por Rui Ramos ressurgiu nas páginas do Público. A discussão tem sido essencialmente entre o autor e Manuel Loff, mas também Fernando Rosas, Luís Reis Torgal, António Araújo, Maria Filomena Mónica, António Costa Pinto, Manuel de Lucena, Irene Pimental, João Avelãs Nunes, António Barreto e Dalila Mateus se pronunciaram sobre a obra.

tudo o que recordava o passado e na segunda a recuperação de alguns hábitos (Tocqueville, 11:1989), Raquel Varela refere que “houve de facto duas ruturas em Portugal entre 1974 e 1976: passou-se do regime fascista para um período revolucionário [...] e desse para outro democrático liberal”, ou seja, uma revolução no biénio 1974-1975 e uma transição de poderes que se consuma através do início de um processo “democrático liberal” em novembro de 1975, que tem por base “dois pressupostos radicalmente distintos do período revolucionário: a democracia representativa e o respeito pela propriedade privada dos meios de produção” (Varela, 2012: 190 - 194).

Na opinião da mesma autora, o processo contrarrevolucionário iniciou-se com o golpe de 25 de Novembro de 1975. Uma das principais consequências do golpe foi o carácter severo das medidas aplicadas aos paraquedistas que participaram na ocupação das unidades militares, em protesto contra o Chefe de Estado Maior da Força Aérea, Morais e Silva, e contra a destituição de Otelo como comandante da Região Militar de Lisboa (RML). No entanto, como processo que se prolonga no tempo, não se pode balizar unicamente o 25 de Novembro como um marco de viragem, uma vez que as lutas sociais nos campos prolongaram-se para além do golpe e a privatização da banca ocorreu passado uma década (Varela, 2012:195)

O historiador brasileiro Valério Arcary refere que no período entre o 11 de Março e o 25 de Novembro de 1975, os responsáveis pela contrarrevolução se modificaram, pois muitos “burgueses” foram obrigados a sair de Portugal. Apoando-se na “base social agrária no Norte e algumas partes do Centro do País”, o discurso de cariz anticomunista primário endureceu até que a 25 de novembro de 1975 “o movimento militar dirigido por Ramalho Eanes [...] tomou o poder”. No entanto, identifica a ação política de António Spínola como crucial para parar o processo revolucionário, dividindo-a em três momentos distintos. O primeiro refere-se à tentativa de reforço do poder presidencial de António de Spínola através do Primeiro-ministro Adelino de Palma Carlos. A Comissão Coordenadora do MFA não aceitou e o Primeiro-Ministro e o I GP por ele liderado cessou funções. O segundo refere-se à “maioria silenciosa”, expressão que classifica de “recurso teórico de um apelo à contraofensiva dos sectores mais reaccionários de um Portugal rural profundo”. As barricadas levantadas por militantes do PCP e da esquerda radical impediram que manifestantes de direita chegassem à Lisboa. Spínola renunciou e os conspiradores foram detidos. O terceiro momento que o historiador designa por putsch “korniloviano”, ocorreu a 11 de Março, dia em que o Regimento de Artilharia Ligeira 1 foi bombardeado e cercado por paraquedistas. Os objetivos do putsch saíram gorados, representando “a segunda derrota de Spínola” e permitindo uma

clara aceleração do processo revolucionário, que pode equiparar-se com ”uma situação revolucionária semelhante à que procedeu o outubro russo” (Arcary, 2012:13-31).

Em relação ao não reconhecimento de um processo revolucionário mas sim de um processo pré-revolucionário em Portugal entre 1974-1975, Loren Goldner atribui às três correntes pelas quais se dividiam as Forças Armadas, a que se agrupou em torno do “grupo dos Nove”, a de “Carvalho/extrema-esquerda” e a “Gonçalvista”, matrizes contrárias à revolução, porque considera que as suas ações políticas nunca questionaram a organização capitalista da sociedade, tendo sido tentativas do capitalismo se reinventar. O “documento dos Nove” ou “documento Melo Antunes”, tendo o suporte e o entusiasmo do PS, propôs um “desenvolvimento estatístico tecnocrata da economia portuguesa” funcionando como ponto de partida da direita para uma solução “Bonapartist” do poder.

O documento do Comando Operacional do Continente (COPCON), publicitado por Otelo e pelo Partido Revolucionário do Proletariado – Brigadas Revolucionárias, com o suporte da extrema-esquerda, foi uma tentativa do mesmo tipo de solução “Bonapartist”, mas de esquerda, baseada na “democracia direta”, como, por exemplo, a autogestão. Por fim, Goldner considera que o “gonçalvismo”, a facção que detinha o poder, se baseou numa solução burocrático em linha com o PCP (Goldner, 2011).

O 25 de Abril é considerado como um golpe de Estado nos diversos documentos consultados. Salvo Loren Goldner, por considerar que existiu uma situação pré-revolucionária e não revolucionária e António Costa Pinto e Rui Ramos, preferindo o primeiro considerar o 25 de Abril como “evolução” e o segundo não utilizar o período entre 1974 e 1976 para balizar qualquer mudança política, há quase unanimidade em classificar de revolução as mudanças na sociedade a seguir ao 25 de Abril. No entanto, Raquel Varela e Valério Arcary asseveram de forma clara a existência de uma contrarrevolução, tendo a primeira considerado que a “revolução falhou” (Varela, 2012: 8) e o segundo considera que “a contrarrevolução recorreu à mobilização de sua base social agrária no Norte e algumas partes do Centro do País” (Arcary, 2011:16). No concelho de Rio Maior, essa “base social agrária” organizou-se tendo por base a ideia de revolução, confrontando um dos aspetos revolucionários que o 25 de Abril possibilitou - a Reforma Agrária.

## **CAPÍTULO II - OS ACONTECIMENTOS DE RIO MAIOR**

### **2.1.1. Rio Maior – caracterização do meio**

A Estrada Nacional (EN) 1 surgiu a partir de uma antiga estrada romana que foi transformada na Estrada Real de D. Maria I, que ligou Lisboa a Coimbra, a partir de 1789. Tal via de comunicação teve em consideração a localização central de Rio Maior e serviu para os seus habitantes escoarem serviços e produtos, assim como serviu de passagem de mala-posta, (Pinto, 2006: 34). Fernando Duarte, relator da história de Rio Maior, refere que nesta localidade, as forças de Napoleão encontraram grande resistência aquando das Invasões Francesas (Duarte, 1979: 23).

A criação do concelho de Rio Maior surgiria dezoito anos depois, a 18 de novembro de 1836, data também do feriado municipal. Como se verá adiante, o dia 18 de novembro não foi feriado municipal entre 1976 e 1985 devido aos acontecimentos de Rio Maior.

Em 1893, surgiu o primeiro jornal de Rio Maior denominado de O Riomaioense. Tal como em boa parte dos concelhos de Santarém, nas eleições para a Presidência da República em 1958, em Rio Maior, o general Humberto Delgado obteve mais votos do que o almirante Américo Thomaz, sob retaguarda e proteção de João Calado da Maia, presidente da câmara municipal de Rio Maior e responsável da Acção Nacional Popular no distrito de Santarém, que interveio em defesa dos “insubordinados” rio-maiorenses, ao recusar fornecer informações à PIDE (Visão, 2010: 907, 46).

Rio Maior localiza-se numa posição central no território a que corresponde Portugal uma vez que Lisboa dista setenta e cinco quilómetros, Leiria cinquenta, Santarém trinta e Caldas da Rainha vinte e quatro. Ao contrário de outros distritos, o relevo de Santarém não corresponde a nenhuma região “natural” ou “tradicional”, inserindo-se o território correspondente nas antigas divisões e círculos eleitorais da Estremadura e Alentejo (Cerezales 2003a:158) e na antiga província do Ribatejo, criada com a divisão do território em 1936<sup>11</sup>. Meira Burguete refere que apesar de ser o “último concelho ribatejano”, as maiores afinidades são com os territórios localizados no ponto mais oeste da Europa continental, vulgarmente referido como “Oeste” (Burguete, 1978:11) que mais tarde se constituiu como Nut de tipo III.

---

<sup>11</sup> As antigas províncias portuguesas foram substituídas pelos atuais distritos em 1959. Sobre a inserção do Ribatejo numa organização territorial, Leite de Vasconcellos, considerou que em virtude da divisão provocada pelo rio Tejo ao nível do repartimento, se devia constituir o Ribatejo Transtagano e o Ribatejo Cistagano (1995, apud Pereira: 32).

O nome do concelho advém do rio que atravessa o concelho e que desagua no rio Tejo ser o maior afluente na bacia do Vale da Azambuja. Assim, apesar de se situar na margem norte do rio Tejo, que divide o distrito de Santarém, o concelho de Rio Maior é uma espécie de “fronteira” ao nível do clima e do relevo do território, em virtude das diferentes características que a existência de serra, Aire e Candeeiros, proporciona a norte e a influência das planícies a sul, situando-se “numa área de transição, onde as influências do Ribatejo e do litoral se misturam” (Pinto, 2006: 111-13). A orologia do território tem influência na boa qualidade das terras, o que levou o presidente da câmara municipal de Rio Maior em 1944, José António Vieira, a considerar Rio Maior um “El Dorado”. Sobre o subsolo de Rio Maior, o redator da história de Rio Maior, Fernando Duarte, considera-o “riquíssimo” e enumera as matérias-primas que estão no solo e no subsolo:

“águas magnesífera e salina, alumínio, antracite, apatita, caolino, carbonato de zinco, carvão de pedra, cloreto de sódio, cobre, enxofre, ferro, fosfato de cal, forforo, lenhite, manganês, magnésia, matérias salinas, nitro, ouro, pederneira, pedra de gesso, pedras litográficas, petróleo, potássio, sal gema, sal mineral, sais de potássio, silicatos, calcários manganíferos, silicatos de zinco, talco, teschinites azotados, fosfatados, potássicos e silicatados e ainda tripolo” (Duarte, 1979:9)

O recenseamento de população realizado em 1970 pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) indica que Rio Maior teria cerca de 18245 pessoas, mais de metade, 9340, só na freguesia de Rio Maior. Sobre a sua estrutura social, numa reportagem publicada no semanário Vida Social a 15 de dezembro de 1975, Alberto dos Santos Goucha, presidente da Comissão Administrativa de Rio Maior até às eleições autárquicas em 1976, constatou a ligação dos habitantes de Rio Maior com as atividades do setor primário, ao referir que existiam 3500 agricultores, pouco menos de um quinto de toda a população residente, acrescentando ainda a lavra de 18000 pipas, a criação de 6000000 frangos por ano e 10000 porcos por mês (Vida Social, 4, 2), o maior número por metro quadrado em Portugal, à época (Visão, 2010: 907, 46). Em relação ao setor secundário, numa entrevista concedida a 21 de Outubro de 2012, Augusto Figueiredo refere que o aparecimento de três empresas relacionadas com a metalomecânica proporcionou empregou a cerca de 1500 operários entre 1974/1975, a saber a “Basrio”, “Rimol” e “Sitrol”.

### **2.1.2. 25 de Abril de 1974 – entre a continuidade e a rutura**

O Presidente da República, almirante Américo Thomaz, tinha previsto um périplo por Tomar e Rio Maior, nos dias 27 e 28 de abril de 1974, que não se chegou a realizar porque se deu o golpe de 25 de Abril (Duarte, 1979: 220). A sua vinda a Rio Maior serviria para inaugurar o novo edifício da Cooperativa Agrícola dos Produtores de Carnes e Ovos.

A seguir ao 25 de Abril, a atividade política neste concelho ribatejano esteve associada ao PDC, apesar de a sua ação ter sido boicotada e denominado de “batata podre” por algumas forças “esquerdistas” (Burguete, 1978: 21). Um dos principais militantes foi Marcolino Nobre, um dos proprietários das “Carnes Nobre”, empresa que empregava mais pessoas, juntamente com a “J.T. Barbosa”, mais conhecida hoje por “Caves Dom Teodósio”, que surgiram em 1957 e 1928, de forma respetiva (Lopes, 2005:18).

Apesar da sua fachada religiosa que se constata nas suas ações práticas, como, por exemplo, o envolvimento do seu secretário-geral José Sanches Osório na tentativa de golpe a 11 de Março de 1975, o primeiro comício do PDC foi realizado em Rio Maior, envolvendo-se na sua realização o próprio Marcolino Nobre e João Machado da Cruz, um dos futuros integrantes da Comissão Administrativa do concelho de Rio Maior e cronista do semanário de cariz anticomunista, “O Zé”. No documento que tem como título “Os Bispos dizem-se atentos à vida do povo”, que se encontra nos recortes de imprensa sobre Igreja no Centro de Documentação 25 de Abril, datado de 4 de maio de 1974, originário de Manuela Silva e assinado por um grupo de cristãos, padres, religiosos e leigos, que ocupavam cargos de serviço apostólico, estes discordavam que “um grupo de cristãos” de Rio Maior se auto intitulasse “Democracia Cristã”, uma vez que os seus membros defendiam “opções políticas diversas”.

Depois do 25 de Abril de 1974, e saneados alguns dirigentes do Estado Novo, em algumas câmaras municipais, até à realização das primeiras eleições autárquicas a 12 de dezembro de 1976, as câmaras municipais foram dirigidas por comissões administrativas. Numa fase inicial, o MDP/CDE “ocupou a maioria das câmaras municipais e afastou os seus antigos dirigentes” ligados ao Estado Novo. Para proceder à sua nomeação foram elaboradas listas, de seguida, a população reunida em assembleia era confrontada se concordava que determinadas pessoas dirigissem o concelho, tomando a decisão através do método de votação conhecido como “braço no ar”. Depois das eleições para a Assembleia Constituinte, o PS e os partidos de direita utilizaram o resultado das eleições para exigirem posições de relevo nas comissões administrativas (Pinto, 1999: 31- 36). No entanto, a influência partidária dependeu



sempre do contexto social e das estruturas partidárias com mais influência nos diversos concelhos.

Em Rio Maior, o MDP/CDE não ocupou a Comissão Administrativa até porque a sua atividade política se reduzia a dois militantes: João Rafael e Rui Andrade. A 1 de maio de 1974, a Comissão Administrativa de Rio Maior sob impulso de um grupo de pessoas, das quais o antigo militante do MDP/CDE, Rui Andrade, fez parte, foi eleita depois da realização de uma Assembleia Popular que esgotou a Casa do Povo. Na entrevista concedida pelo próprio a 14 de maio de 2012, conta que depois de alguns contactos informais, de “braço no ar” foram escolhidos os sete integrantes da comissão administrativa: Arlino Santos (PS), Alberto Santos Goucha, conhecido republicano, Francisco Barbosa, médico, José Pulquério (PPD), Mário Santos Goucha (PPD), e também João Fróis (PPD) e João Machado da Cruz (PDC) que não puderam integrar a comissão porque Rio Maior fora considerado um concelho de terceira ordem e só podia deter cinco elementos mandatários.

A 29 de junho de 1975, cerca de oitenta e nove elementos da PIDE fugiram da Colónia Penal de Alcoentre<sup>12</sup>, o que fez catapultar a vila de Rio Maior<sup>13</sup> para o espaço público, uma vez que as forças militares e militarizadas decidiram procurar em redor os cinquenta e seis que ainda faltavam capturar no primeiro dia de julho (A Capital, 1975: 2574, 3). Apesar de alguns terem sido recapturados com a ajuda de alguma população de Rio Maior, como, por exemplo, populares que cercaram alguns fugitivos na freguesia de Rio Maior, lugar de Asseiceira (O Jornal, 1975:33414, 3), e da população ter ajudado a capturar dois pides através de patrulhas (A Capital, 1975:2581, 1-24), outros conseguiram fugir, o que permitiu azo, no desenvolvimento dos acontecimentos de Rio Maior, a esta localidade ser considerada “albergue de pides”, sobretudo por forças políticas de esquerda.

O ambiente político antes do início dos “acontecimentos de Rio Maior” era pacífico. As datas marcantes de mobilização social em todo o país, como, por exemplo, o 25 de Abril e o 1º Maio de 1974 foram também festejadas em Rio Maior. Mesmo quando as diferenças e lutas partidárias começaram a ser frequentes e sectárias, como, por exemplo, em Lisboa, Meira Burguete conta que o 1º de Maio de 1975 foi festejado num clima de convivência pacífica entre as fações políticas e população sem filiação. O PPD, o PS, o PCP e a FSP detinham sede no concelho. O PDC já não. O MDP/CDE não, porque não conseguiu arranjar

---

<sup>12</sup> O compositor Fernando Tordo dedicou uma música à fuga dos pides de Alcoentre. Com letra de Ary dos Santos, o “fado de Alcoentre” dedicou os seguintes versos “que se passa, que não eram uma ameaça, ali houve mãozinha da reça, deixaram fugir mais oitenta e nove, os pides desceram pela corda alegremente, os guardas andavam passeando em Alcoentre ...”

<sup>13</sup> Alcoentre dista cerca de 18 quilómetros de Rio Maior.

militantes (Burguete, 1978: 22-23). Tal ambiente pacífico é confirmado numa entrevista concedida por José Pulquério a 10 de maio de 2012, fundador do PPD em Rio Maior. O antigo integrante da Comissão Administrativa e antigo presidente da Câmara Municipal de Rio Maior, entre 1976-1979, refere que até dia 13 de julho de 1975 não se tinha registado nenhuma ação violenta na vila, o que ajuda a perceber uma história curiosa contada em entrevista no mesmo dia por fonte anónima. Um médico que vivia em Lisboa seu conhecido, tinha uma filha que lhe perguntou para que localidade deveria ir estagiar, tendo o pai aconselhado Rio Maior porque considerava a localidade ribatejana uma terra sossegada. A sua vinda para Rio Maior coincidiu com o início dos acontecimentos de Rio Maior, o que desfraldou as suas expectativas de sossego na localidade ribatejana.

Além da Associação de Produtores de Carne e Leite, a seguir ao 25 de Abril também se constituiu a APA (Associação de Produtores Agrícolas) de Rio Maior, composta por 2500 agricultores (O Tempo, 1975: 8, 20)<sup>14</sup>. Ao contrário do que é afirmado na biografia da CAP, a APA não dirigia o Grémio da Lavoura (GL) de Rio Maior (Caseiro, 2000:27) isto porque, sendo as instalações públicas, tinha sido imposto pelo Ministério da Economia e Trabalho o Decreto-Lei nº 482/74 de 25 de setembro, que permitiu o uso das instalações de antigos GL por parte de “entidades que aceitassem ser suas herdeiras institucionais” (Mansinho, 1979:1), portanto espaços públicos onde associações de agricultores podiam reunir-se, mas não as dirigiam.

### **2.1.3. A expressão “acontecimentos de Rio Maior”**

A expressão “acontecimentos de Rio Maior” abrange todo um complexo de acontecimentos com alguma influência no contexto sociopolítico de Portugal, que ocorreram no concelho de Rio Maior a partir de 13 de julho de 1975. A designação da expressão adquiriu forma na crónica “As Barricadas os fantasmas e o futuro”, da autoria do jornalista José António Saraiva, publicada a 24 de julho de 1975 na revista Vida Mundial (Vida Mundial, 1871: 45-47). José Meira Burguete, apesar de titular o seu livro como “O caso Rio Maior”, também utiliza a expressão “acontecimentos de Rio Maior” nas suas considerações iniciais (Burguete, 1978:8).

---

<sup>14</sup> A APA da Região de Rio Maior foi registada no Cartório Notarial de Rio Maior a 29 de novembro de 1974. A escritura encontra-se na edição de 21 de novembro de 1974 do Jornal do Oeste (Jornal do Oeste, 762, 9-10).

Os acontecimentos de Rio Maior referem-se a ações coletivas que envolveram disputa de ideias, mas também confronto, na maior parte das vezes não só retórico mas também físico.

### Quadro 2 – Cronologia dos principais acontecimentos de Rio Maior

<b>Data</b>	<b>Acontecimento</b>
<b>1975/1976</b>	
13 de julho	Barricada ao Grémio da Lavoura/ Assalto sede PCP e FSP
14 de julho	Saneamento BPA <sup>15</sup> / Queima do Diário de Lisboa e do Diário Popular
13 de agosto	Comício do PS
26 de agosto	Interceção de militantes do PCP providos do Couço que iam em direção a Leiria
12 de novembro	Corte de estrada – Cerco ao Parlamento
24 de novembro	Plenário de Agricultores / Barricada
8 de dezembro	Comício CDS
11 de dezembro	Movimentações na Quinta do Brinçal entre população de Rio Maior e ocupantes
14 de Dezembro	II plenário da futura CAP em Rio Maior
22 de Janeiro	Registo da CAP no Cartório Notarial de Rio Maior
26 fevereiro	Sessão de esclarecimento por parte do Ministro da Agricultura e Pescas, António Lopes Cardoso, acerca da pontuação dos solos no Decreto-Lei nº 406/ 75 de 29 de julho

#### 2.1.4. O início do “Verão Quente”

No dia 13 de julho de 1975 constata-se a primeira barricada efetuada por população a um GL, em Portugal. A reunião foi organizada pelo secretariado da Liga dos Pequenos e Médios Agricultores (LPMA) de Santarém, com sede em Alpiarça (A Capital, 1975:

<sup>15</sup> Banco Português do Atlântico (BPA)

2584:15), reunião promovida pelo MAP (Jornal de Notícias, 1945: 45, 3). A Comissão Liquidatária do GL<sup>16</sup> de Rio Maior era constituída por um elemento de cada partido político (Tempo, 1975:8,20), não existindo hegemonia de um setor político. O objetivo da LPMA seria substituir a Comissão Liquidatária daquele organismo (O Século: 1975, 33423,2; Diário de Lisboa: 1975,18814, 1-20). No entanto, começou a circular no meio social de Rio Maior que a reunião seria uma “golpada comunista destinada a tomar conta de um organismo propriedade da lavoura concelhia, tudo efectuado nas costas dos quase três milhares de agricultores seus associados”, boato ainda reiterado na edição de 13 de julho de 1976 do semanário O Zé<sup>17</sup> (O Zé, 33, 6). O agricultor Joaquim Nazaré Gomes acrescenta em entrevista concedida a 20 de maio de 2012, que não era só o motivo de serem pessoas ligadas ao PCP e a outras forças de esquerda a participar na reunião, mas também que pessoas estranhas à realidade do concelho de Rio Maior não teriam discernimento para lidar com as necessidades concelhias das atividades agrícolas. Nazaré Gomes, numa crónica publicada no Correio da Manhã e que foi disponibilizada pelo próprio, esclareceu que a mobilização foi efetuada por dois agricultores que tomaram conhecimento de véspera, passaram a palavra e acabaram por juntar-se cerca de 300 às portas do GL.

Além de Rio Maior, os participantes da reunião no GL eram oriundos de localidades onde os partidos de esquerda tinham conseguido bons resultados, em particular de Alpiarça, onde conseguiram cerca de noventa e quatro por cento dos votos<sup>18</sup>, mas também Almeirim, Santarém e Cartaxo, ao contrário de Rio Maior onde os partidos considerados de esquerda conseguiram cinquenta e quatro e os de direita quarenta e seis por cento dos votos<sup>19</sup>.

---

<sup>16</sup> As “Casas do Povo” e os “Grémios da Lavoura” surgiram como uma tentativa do Estado Novo incorporar os sindicatos agrícolas nascidos nos finais do séc. XIX, copiando o modelo italiano. De forma geral, existiu uma “Casa do Povo” por freguesia e um “Grémio da Lavoura” por concelho. (Cardoso, 1976: 34 - 68).

<sup>17</sup> No seu dicionário político sobre o 25 de Abril, John Andrade considera que o semanário regional O Zé, “como porta-voz da resistência anti-comunista a norte do Tejo.” (Andrade, 2002:435).

<sup>18</sup> Em Alpiarça, nas eleições para a Assembleia Constituinte em 1975, o CDS obteve 66 (1,2%) votos, a FSP 70 (1,2), o MDP/CDE 641 (11,2 %), o Movimento de Esquerda Socialista (MÊS) 118 (2,2), o PCP 2941 (58%), o PPD 251 (4,4), o PPM 46 (0,8), o PS 1196 (21%) e a UDP 31 (0,5%).

<sup>19</sup> Em Rio Maior, nas eleições para a Assembleia Constituinte em 1975, o CDS obteve 837 (7,4%), a FSP 367 (3,2%), o MDP/CDE 247 (2,2%), o MES 193 (1,7), o PCP 562 (5%), o PPD 4182 (36,9), o PPM 210 (1,9), o PS 4645 (41%) e a UDP 98 (0,9%).

### **Imagem 1 - O local do antigo Centro de Trabalho do PCP**



Entretanto, também comerciantes e população das redondezas, em particular da Benedita e de Alcobaça juntaram-se e resolveram assaltar as sedes do PCP e da FSP por volta das 18h30 (O Primeiro de Janeiro: 1975, 41, 5), estando estas “desguarnecidas” (Jornal de Notícias: 1975, 42, 3). Augusto Figueiredo em entrevista realizada a 21 de outubro de 2012 refere que população de Minde, Porto de Mós e Cadaval também participou na barricada, levando tal tática para essas mesmas localidades dias depois. Tais ações coletivas ocorreram em simultâneo com o jogo de futebol que opôs a União Desportiva de Rio Maior ao Vitória de Setúbal. Durante a realização do encontro não existiram informações do que estava a suceder, uma vez que João Narciso e a sua esposa só tomaram conhecimento do sucedido através de dois amigos depois do jogo, conta o militante comunista em entrevista realizada a 18 de maio de 2012. Na mesma entrevista, narra que depois de tomar conhecimento dirigiu-se ao Centro de Trabalho (CT) do PCP e viu o “espólio na rua em cinzas”. Também outro militante comunista, João Damiano, em entrevista realizada no mesmo dia, conta que ao chegar da praia ao final da tarde, um homem começou a provocá-lo porque sabia que ele era militante do PCP, tendo decidido fechar-se em casa porque teve conhecimento que estavam a perseguir pessoas.

Rio Maior situava-se na zona de intervenção da Regimento de Infantaria 5 (RI) das Caldas da Rainha, apesar de muitas vezes ter sido intervencionado pela EPC de Santarém, curiosamente unidades militares determinantes na tentativa de golpe a 16 de março e no golpe de Estado de 25 de abril de 1974. Em relação à atuação das forças militarizadas, testemunhas oculares referem “uma certa hesitação nas forças de ordem” de forma a apaziguar os acontecimentos (Diário de Notícias, 1975: 39214, 1), pois não evitaram os atos de violência registados, tanto as forças militarizadas, assim como os elementos da GNR que trabalhavam em Rio Maior (Diário Popular, 1975: 18816, 11), tendo estes solicitado a presença de uma força do RI5 de Caldas da Rainha (O Comércio do Porto, 1975: 41, 5), assim como Rui Andrade. O antigo militante do MDP/CDE, refere na supracitada entrevista, que depois de ser abordado pela multidão que trazia destroços dos assaltos nas mãos, dirigiu-se às instalações do RI5 e comunicou o que estava a acontecer. Em entrevista realizada a 15 de maio de 2012, também o militante do PS, Arlino Santos, que chegou a Rio Maior juntamente com a sua esposa, sem saber o que tinha acontecido, perguntou aos militares o porquê destes estarem a controlar os carros e a acalmar os ânimos, tendo o militar respondido que o CT do PCP e a sede da FSP tinham sido incendiados, o que causou preocupação à sua esposa, uma vez que a sua casa era ao lado do CT do PCP. Apesar dos assaltos, ninguém foi detido e há registo de cinco militantes do PC feridos.

### **2.1.5. Os dias seguintes ao 13 de Julho**

No dia seguinte, alguns funcionários que trabalhavam no BPA foram impedidos de entrar na sucursal. Tanto o gerente, Afonso Franco, como o funcionário Carlos dos Santos eram militantes do PCP, sendo o último destes, membro da Comissão Liquidatária do GL. Ainda antes do 25 de Abril, estavam a ser acusados pelos agricultores de Rio Maior de cortarem o acesso a crédito, tendo a contestação aumentado a partir da nomeação de Carlos dos Santos para a Comissão Liquidatária do GL (Burguete, 1978: 25-46). Trinta e sete anos passaram, mas o militante socialista em entrevista realizada a 15 de maio de 2012, Nuno Carvalho, lembra que a partir desse saneamento às instalações do banco, o funcionário do banco deixou Rio Maior e nunca mais voltou, assim como o gerente, que foi gerir outra sucursal do mesmo banco perto de Lisboa, refere Rui Andrade na entrevista já citada, amigo pessoal do Carlos.

A sucursal situava-se na Praça da República, que se situa no centro de Rio Maior, tendo ocorrido no mesmo local e dia, aquando da distribuição do Diário Popular e Diário de Lisboa, a queima de exemplares vespertinos da edição de 14 de julho de 1975 por pessoas que

estavam lá concentradas. A população parou a carrinha, consultou os jornais e ao constatarem que as notícias não eram do seu agrado, “esfrangalharam” os periódicos, conta Nuno Carvalho na entrevista supracitada, que presenciou os acontecimentos e recorda-se que “apesar de a imprensa ser tendenciosa, nada do que estava escrito era mentira”. A carrinha destinava-se também a fazer a distribuição dos jornais no Norte, pelo que a maioria dos centros populacionais não teve acesso às edições desses dois jornais redigidos em Lisboa, como, por exemplo, Coimbra.

À noite, seguiu-se uma reunião na câmara municipal com a Comissão Administrativa, o Governador Civil, Fausto Sacramento Marques, elementos do MFA, elementos da EPC de Santarém e do RI5 de Caldas da Rainha e também Luís Madeira, futuro outorgante e dirigente da CAP e tesoureiro da APA.

Entretanto, surgiram em Rio Maior patrulhas que vigiavam quem tinha atividade política. A sua denominação, tal como a organização de Comandos Operacionais de Defesa da Civilização Ocidental está sarcasticamente para a Comissão Dinamizadora Central da 5ª Divisão, o Comando Operacional de Rio Maior (COPRIO) está para o COPCON. A empresa “Carnes Nobres” fomentou tal atividade em virtude do boato de que as suas instalações e a sua exploração agrícola seriam ocupadas.

Além da atividade política, as funções do COPRIO passavam por vigiar o trabalho dos jornalistas em Rio Maior. O “enviado especial” do jornal O Diário numa reportagem efetuada a 5 de abril de 1976, refere que nos dias em que esteve em Rio Maior, dois, foi “seguido e vigiado”<sup>20</sup>. Mesmo que não fosse em atividade partidária, quem era conotado com ação política era vigiado de forma constante. Arlino Santos em entrevista já citada, conta que foi perseguido ao voltar de uma ida ao cinema a Santarém, juntamente com a sua esposa e Gourgette Goucha, cabeça de lista do PS de Rio Maior às eleições autárquicas de 1976. Mesmo em 1976, já depois do “Verão Quente”, João Narciso conta que quando estava a distribuir propaganda do PCP juntamente com outros camaradas, eram abordados na rua por elementos do COPRIO, tendo inclusive recorrido a caratecas para conseguir colar os cartazes. Porém, o objetivo do COPRIO seria garantir a segurança em Rio Maior através de um controle nas saídas localizadas a sul e norte, conta o agricultor Alberto Santos, que fez parte do COPRIO.

---

<sup>20</sup> Numa das deslocações a Rio Maior, um jornalista local referiu-me que essa reportagem foi escrita por um jornalista de nacionalidade brasileira porque se fosse português não teria obtido a informação que pretendia. De facto, o registo linguístico da reportagem tem características sintáticas e gramáticas do português brasileiro.

Além da EN1, também a EN114 tinha importância uma vez que permitia a mobilidade entre o oeste, Peniche, e o leste, Évora. Apesar das estradas não se cruzarem em Rio Maior, elas distam muito pouco uma da outra, sendo possível controlar duas vias de comunicação essenciais no mapa rodoviário em Portugal, à época. Perto desse local, na EN1, a sul de Rio Maior e na direção a Lisboa, esteve presente uma placa que em vez de indicar o número de quilómetros até Lisboa, tinha escrito “Moscovo – 73km” (Visão, 2010: 907, 46). Uns dias depois, no sentido de sul para norte, na EN1, foi colocado um cartaz que referia “Portugal começa aqui” como refere a rubrica “Freixe de Notícias” na edição de 3 de dezembro de 1975 do jornal Vida Social (Vida Social, 2,4).

### Imagem 2 - Avenida 13 de Julho<sup>21</sup>



#### 2.1.6. O início dos cortes de estrada

Um mês depois dos assaltos, decorreu um comício do PS que contou com a participação de Iva Delgado, Jaime Gama, António Reis, Maria Barroso, Manuel Alegre e Mário Soares. Arlino Santos, que também interveio no comício do PS, em entrevista já referida, conta que foi o comício com mais assistência alguma vez realizado em Rio Maior,

---

<sup>21</sup> Perto deste local situou-se a marcenaria do Abílio das “Mocas”, local onde foram torneadas as mocas.



porque os discursos do secretário-geral estavam a torná-lo numa espécie de “reboque de toda a contestação que havia ao “gonçalvismo””, tendo assistido ao comício os militantes do PS e de todo o espectro de direita.

Os acontecimentos sucediam-se e doze dias depois, a 25 de agosto, militantes do PCP do Couço que iam em auxílio de militantes comunistas em Leiria, foram barrados em Rio Maior, numa ação que na perspetiva do militante socialista Nuno Carvalho, teve como finalidade evitar violência em Leiria, uma vez que tinham recebido um telefonema a avisar que os militantes do PCP iam armados, esclarece em entrevista supracitada. Depois de desarmarem os militantes do PCP, alguma da população de Rio Maior quis agredi-los e, em virtude da irrelevância que a GNR detinha para manter respeito entre a população, o militante socialista lembra que ao proteger militantes do PC, ficou espantado por uma pessoa conotada com a extrema-direita também o ter feito.

De forma posterior, o PCP e o MDP/CDE realizaram em Leiria uma conferência de imprensa, em que consideraram Rio Maior e Alcobaça um “baluarte” da reação, ao constatarem a “forte implementação do ELP” nesses concelhos (Burguete, 1978:74-75). Na reportagem publicada no jornal O Diário a 5 de Abril de 1976, este refere que Rio Maior “está praticamente ocupada por caceteiros da CAP-ELP-MDLP”. O jornalista observa que numa parede ao pé da Câmara Municipal, além do PS e do CDS, também o ELP tinha um mural com recortes de imprensa (O Diário, 73, 1-5). Na mesma reportagem jornalística, Nuno Carvalho esclarece que não seriam mais do que 20/30 “arruaceiros” que ocuparam a vila, o que vai de encontro à afirmação de João Narciso na entrevista já mencionada, quando este refere que a população de Rio Maior mobilizou-se de forma considerável só nas primeiras semanas, porque começaram a discordar dos métodos utilizados e conta mesmo a história de um amigo dele, que diz-se muito arrependido de ter andado de espingarda em punho “naquele tempo”.

O aumentar do clima “anticomunista” atingiu o auge entre finais de agosto a novembro. Nas entrevistas de Rui Andrade, João Narciso e João Damiano, todos se recordam que uma faixa de carácter anticomunista esteve pendurada em finais de agosto no Largo da República. A faixa serviu para avisar que os comunistas e os seus “atrelados” deviam sair de Rio Maior até determinado dia. Tal expressão comprova a rotulagem de toda a atividade da esquerda como “comunista”, em Rio Maior.

### **2.1.7. A barricada de 24 de Novembro de 1975**

De forma concomitante porque foi uma consequência dos anteriores acontecimentos, reuniões que envolveram os agricultores de Rio Maior começaram a realizar-se a partir de 13 de julho (Caseiro, 2000:40). O também participante das reuniões, Nazaré Gomes confirma que a APA estabeleceu contactos com outras associações agrícolas no país, o que contribuiu para o surgimento de um Secretariado Nacional de Agricultores (SNA).

Numa das reuniões marcadas pelo SNA, dia 6 de novembro de 1975, ocorreu em Santarém uma reunião de agricultores e rendeiros do distrito. Depois dessa reunião houve confrontos com elementos do Sindicato dos Operários Agrícolas do distrito de Santarém que provocaram dois mortos. A edição de 22 de novembro de 1975 do jornal de Coruche O Sorraia, de onde eram originárias as pessoas assassinadas, refere que ficou decidido “deslocar a Lisboa e convidar o Ministro da Agricultura a assistir a uma reunião dos mesmos agricultores a realizar no sábado 15 do corrente mês” (O Sorraia, 352, 1). A reunião realizou-se em Rio Maior, tendo os participantes decidido marcar um plenário a realizar dia 24 de novembro de 1975, com o objetivo de discutir questões agrícolas, tendo sido exigido a participação de um elemento do CR e os ministros do Comércio Interno e da Agricultura, Joaquim Magalhães Mota e António Lopes Cardoso (Vida Social, 1975: 1,1), sob ameaça de corte do abastecimento de água e do trânsito para Lisboa (Burguete, 1978: 81).

Também no mesmo dia, realizou-se uma reunião onde participaram regressados das ex-colónias. Em virtude do propósito de criar condições de subsistência aos regressados das ex-colónias, estes estabeleceram cooperação com os principais proprietários de fábricas de Rio Maior (Vida social, 1975: 1,1). O jornal Vida Social de 3 de dezembro de 1975 notícia que apareceram panfletos da Cruzada Renascida Anti Comunista (CRAC) a apelar aos regressados das ex-colónias e caçadores para a realização de um plenário em Rio Maior. A CRAC refere que estava implantada em alguns meios sociais, dos quais destaca Rio Maior como “a futura CIDADE-LIVRE”, num comunicado datado de 26 de novembro de 1976.

No dia 13 de novembro de 1975, foi montado em Rio Maior um posto de controlo de trânsito, “com o objetivo de detectar viaturas que transportassem armas” aquando do cerco à Assembleia Constituinte de dia 13 de Novembro (Vida Social, 1975:1, 1). Nuno Carvalho na entrevista supracitada conta que os militantes do PS<sup>22</sup> foram avisados que trabalhadores se deslocariam a partir da zona norte para “carregar” sobre Lisboa, onde estavam sitiados os deputados. De imediato, a sua principal preocupação foi evitar qualquer conflito armado.

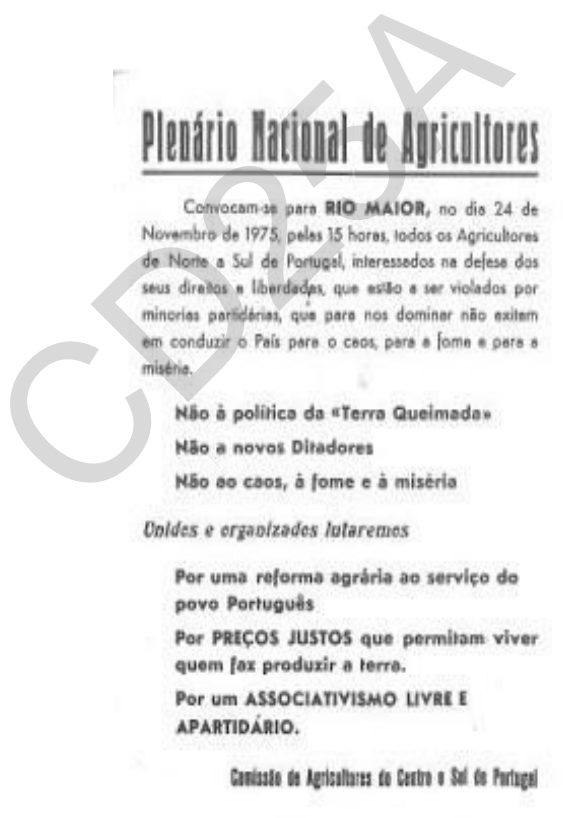
---

<sup>22</sup> Além do PS, também militantes do PPD estiveram envolvidos (Cruzeiro et al., 1997: 286).

Com a ajuda da GNR e do RI5 de Caldas da Rainha procederam à vistoria dos veículos que circulavam na EN1, não tendo encontrada qualquer arma. O militante socialista observa que as pessoas que se deslocaram para o Parlamento tiveram conhecimento do que se passava em Rio Maior, de maneira que decidiram mudar de direção, deslocando-se por Alcobaça e Caldas da Rainha.

Três dias antes do 25 de Novembro, o jornal Vida Social convocou todos os “agricultores portugueses” a comparecer em Rio Maior dia 24 de novembro, pelas 15 horas. A mensagem de contestação à Reforma Agrária começou a ganhar forma, através da exigência dos agricultores de uma “uma reforma agrária ao serviço do povo Português”, por outras palavras, está subentendido que os agricultores não reconheciam à Reforma Agrária que se estava a efetuar, virtudes para resolver os seus problemas.

### Imagem 3 – Convocatória para o I plenário nacional de agricultores a 24 de Novembro<sup>23</sup>



O plenário realizou-se no dia 24 de novembro de 1975. Foram aprovadas medidas contra a Reforma Agrária e discutida a criação de uma confederação de agricultores. O semanário Expresso refere que cerca de 25000 a 30000 pessoas oriundas de todo o país terão

<sup>23</sup> A imagem localiza-se no blogue Cidadania RM, tendo sido retirada no blogue de José Pacheco Pereira Ephemera, onde não está disponível, de momento.

participado no I Plenário de Agricultores (Expresso, 155, 6) e Meira Burguete confirma que os proprietários e rendeiros estiveram presentes (Burguete, 1978:82). Segundo o jornal rio maiorense Vida Social, foi a maior concentração até à data em Rio Maior (Vida Social, 1975: 2,1).

No plenário ficou decidido cortar as estradas de acesso a Lisboa como forma de mostrar a “força dos agricultores<sup>24</sup>” (Burguete, 1978:82), ato que teve a conivência de militares do RI5 das Caldas da Rainha, da EPC de Santarém, mas também de Lisboa, com o objetivo de pressionar o MAP. Tal ação ficou conhecida como a barricada de Rio Maior, a maior ação civil no 25 de Novembro (Cervelló, 1994:16). Também a EN114, entre Santarém e Alcanena foi cortada.

O capitão Duran Clemente e antigo membro da 5ª Divisão, que nesse dia tomou a emissão da RTP, refere que por motivos ideológicos, ao contrário dos diversos acontecimentos inerentes ao “25 de Novembro”, questiona porque “o levantamento reaccionário na região de Rio Maior na noite de 24 para 25 que conduziu ao corte de todos os acessos rodoviários e ferroviários a Lisboa não suscitou nenhuma medida de emergência?” (Clemente, 1976:32), tendo só o RALIS, uma das unidades conotadas com a esquerda, comandada pelo capitão Dinis de Almeida, montado “o seu dispositivo de alerta” perante a barricada (Cruzeiro, 2005).

No entanto, o CR tinha elementos à paisana na assistência ao plenário. Nazaré Gomes esclarece na crónica já referida que publicou no Correio da Manhã, que o CR ao tomar conhecimento do corte de estrada, por intermédio desses elementos à paisana “imediatamente pediram que fosse uma Comissão dos Agricultores a Lisboa ao Palácio de Belém, onde o Conselho estava reunido”, tendo-se deslocado a Lisboa o próprio, José Manuel Casqueiro, Luís Madeira e Guilherme Jacinto, quatro futuros outorgantes da escritura de associação da CAP. Os quatro reuniram com Pedro Pezarat Correira, comandante da Região Militar Sul e o capitão Vasco Lourenço, indigitado novo comandante da RML três dias antes, tendo estes em representação do CR exigido o abastecimentos dos fornos de vidro que se situavam na Marinha Grande, através da Covina em Lisboa, de forma a evitar o isolamento de Lisboa, conta Nazaré Gomes em entrevista já citada.

Enquanto isso, os agricultores e as forças militarizadas vasculhavam os carros das pessoas que estavam à espera. Na entrevista já mencionada, João Damiano enquanto esperava

---

<sup>24</sup> É possível visualizar um excerto de uma reportagem de Jaime Neves da Costa para a Rádio Televisão Portuguesa sobre a barricada de Rio Maior no dia 24 de Novembro de 1975 no Centro de Documentação 25 de Abril em: <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/media/Videos/V10667.swf>.

na fila para se dirigir a Rio Maior, ouviu alguém dizer que os “comunistas” corriam riscos de saúde caso contactassem com os “agrários” que estavam a barricar a estrada, tendo decidido seguir para as Caldas de Rainha à procura de proteção, uma vez que relacionou o clima sociopolítico português com a situação chilena de 1973. Tal percepção foi motivada pela visualização do filme *Chove sobre Santiago* de Helvio Soto de 1975, concluindo que caso “a direita ganhasse, a contrarrevolução poderia ter chacinado os de esquerda como aconteceu no Chile”.

A ideia de guerra iminente “pairou no ar”. Meira Burguete refere que a Torre Bela foi amplamente vigiada (Burguete, 1978:88). O jornal regional *Correio do Ribatejo* menciona que a EPC encontrou caçadeiras num carro de matrícula estrangeira ao pé da Torre Bela e que se registavam muitas movimentações no interior da cooperativa (*Correio do Ribatejo*, 4413,5). Na entrevista supracitada, Alberto Costa refere que o COPRIO chegou a vigiar a Torre Bela mas não se recorda quando. Mas não foi só a Torre Bela. Na entrevista já citada, João Narciso recorda que nas ruas de Rio Maior chegou a ouvir que era preciso atacar Tancos, numa referência à Base Escola de Tropas Pára-quedias (BETP), com garrafas de brandy, gasolina e tochas, combinação essa que resulta em coquetéis molotov, isto porque na BETP, na madrugada de 25 de novembro de 1975, os paraquedistas saíram dessa unidade militar com destino a outras unidades.

A edição de 25 de novembro de 1975 do jornal *A Capital*, refere que a barricada começou às 18h30 e terminou às 6h de dia 25 de novembro, ou seja, “até serem conhecidos os resultados alcançados por uma comissão que entretanto se deslocou à capital” (*A Capital*, 2697:4), ao mesmo tempo que os paraquedistas de Tancos germinavam o seu protesto contra Morais e Silva que resultaria no “25 de Novembro”. Nazaré Gomes, na crónica publicada no *Correio da Manhã*, conta que depois de conseguirem “o compromisso de que os 13 pontos apresentados eram aceites pelo Conselho da Revolução”, as barricadas foram levantadas depois de chegarem a Rio Maior, na manhã de 25 de novembro de 1975.

**Imagem 4 – Barricada de 24 de novembro em Rio Maior**<sup>25</sup>



**2.1.8. A moca, um moca a símbolo anticomunista**

O fim de semana de 7 e 8 de dezembro de 1975 foi preenchido por ações políticas de dois partidos de direita: no sábado, uma sessão de esclarecimento do PPM e no domingo, um comício do CDS. Na sessão de esclarecimento do PPM que o jornal Vida Social reportou na edição de 15 de dezembro de 1975, Gonçalo Ribeiro Telles reafirmou que a Reforma Agrária era um meio que visava expropriar os latifundiários e os pequenos e médios agricultores de forma a “instaurar um Estado totalitário idêntico ao da URSS” promovido pelo PCP (Vida Social, 1975: 4,3)

No dia 8 de dezembro realizou-se em Rio Maior um comício do CDS, onde 40 mil pessoas assistiram (Vida Social, 1975: 3,1) que foi aproveitado pelo “independente” Calvão de Melo, deputado nas listas do CDS na Assembleia Constituinte, para afirmar a necessidade de “atirar os comunistas ao mar” (1997, apud Cruzeiro et al.: 306), ao mesmo tempo que segurava uma moca, tendo elevado dessa maneira a moca como símbolo de resistência anticomunista (Visão, 2010: 907,48). Recorde-se que Rio Maior estava inserido na RML e que o estado de sítio tinha sido levantado só de forma parcial a 29 de novembro de 1975.

<sup>25</sup> A imagem localiza-se no blogue Cidadania RM, tendo sido retirada no blogue Ao correr deste Rio, onde não está disponível, de momento.

**Imagem 5 – Galvão de Melo e Freitas do Amaral em Rio Maior<sup>26</sup>**



A moca surgiu em Rio Maior então como meio de defesa “anticomunista”, mas acabou por ser utilizado como meio de agressão. Na reportagem publicada pela edição de 5 de abril de 1976 do jornal O Diário, o “enviado especial” observou duas mocas penduradas no café Celeste, uma delas de grandes dimensões. A moca surgiu depois do Abílio das “Lenhas”, rebatizado depois como Abílio das “mocas”, mandar um empregado tornear um pau para “rachar a cabeça aos comunistas”. O “enviado especial” numa conversa com Abílio, conta que este lhe mostrou um “livro de honra” com opiniões sobre a moca, a maioria delas de pessoas que assinavam como militantes do CDS, deixando escrito vernáculo mortal para os comunistas. Arlino Santos em entrevista já mencionada, conta que dois camaradas seus foram agredidos com a moca e que o “Abílio das mocas” foi manietado por forças de extrema-direita.

Também o jornal propriedade de João Pereira Lopes, Vida Social, utilizou a moca como símbolo político através da mudança gráfica que efetuou na transição de 1975 para

<sup>26</sup> A imagem pertence à Corbis e localiza-se em: <http://www.corbisimages.com/stock-photo/rights-managed/42-18365624/portugal-after-carnation-revolution?popup=1>.

1976. O cabeçalho onde se inseria o nome do jornal Vida Social foi substituído pela imagem da moça segurada pelo “Zé Povinho”, assim como o nome do jornal alterado para O Zé. Na edição de 27 de dezembro de 1975, o jornal de Rio Maior justificou tal opção pelas referências constantes ao povo, por parte dos “tantos se dizem seus defensores e todo o mundo quer [sic] estar ao lado desse mesmo Povo”, assim como, à própria projeção dos acontecimentos de Rio Maior na esfera pública uma vez que o jornal se propôs a ser “voz de Rio Maior” para chegar a todo o País, de forma a “lembrar a existência de uma terra que está dando o seu valioso contributo para um Portugal livre e democrático” (Vida Social, 1975: 5, 4). O jornal esteve à venda em todo o país.

**Imagem 6 – A moça** <sup>27</sup>



---

<sup>27</sup> Foto possível graças à gentileza de Nuno Santo, no café Avenida, Rio Maior.



### 2.1.9. CAP e António Lopes Cardoso

Meira Burguete e Nuno Carvalho conscientes do que representa ou podia representar o movimento de agricultores que se estava a organizar, decidiram deslocar-se a Lisboa para alertar Lopes Cardoso, Ministro da Agricultura e Pescas, que se mostrou relutante para receber os agricultores. Depois de cinco tentativas, e sem uma resposta em relação aos 13 pontos aprovados no plenário de 24 de novembro de 1975, os agricultores decidiram convocar outro plenário para dia 14 de dezembro de 1975.

Assim, no II plenário também realizado em Rio Maior, os “agricultores” descontentes com as (não) respostas e ações do poder político em relação ao caderno de reivindicações do I plenário, tomaram uma posição radical perante a política agrária do MAP, ao exigirem a suspensão imediata da lei da Reforma Agrária (Almada, 1984:280). Numa outra fotografia publicada na edição de 22 de julho de 2010 da Visão, é possível ler que na faixa que tem “Beja” como letras grandes, está escrito abaixo - “Não aos roubos. Reforma Agrária Sim!!!” (Visão, 907:48).

**Imagem 7 – II plenário a 14 de dezembro de 1975<sup>28</sup>**



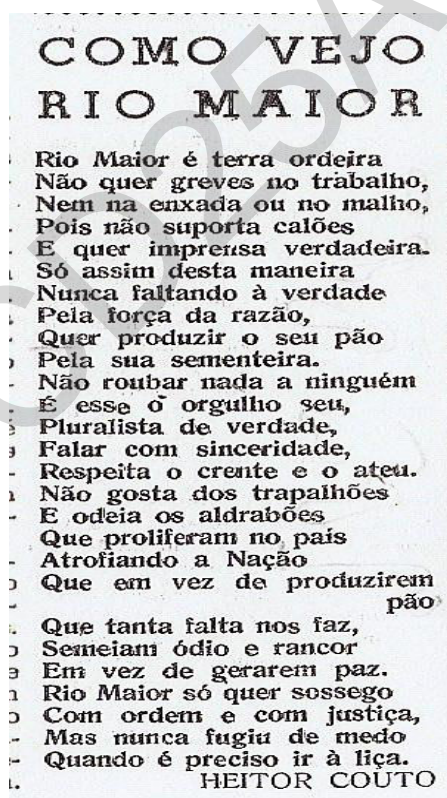
<sup>28</sup> A fotografia encontra-se disponível no blogue Império Nação Revolução.

Os acontecimentos de Rio Maior

A edição de 16 de dezembro de 1975, do jornal francês Le Monde, recorte de imprensa do espólio de António Lopes Cardoso que se encontra no Centro de Documentação 25 de Abril, publicou uma reportagem de Dominique Pouchin sobre o plenário. O jornalista refere que 10 mil pessoas assistiram ao plenário, adjetivando-o de koulak. Envolto num ambiente de hostilidade perante as ocupações, um camponês exclamou que era preciso colocar “fim à anarquia” nos campos. Pouchin constata que o objetivo da futura confederação de agricultores era representar os camponeses independentes de Portugal. Lopes Cardoso foi considerado por um agricultor de “comunista infiltrada”. Já António Bica, Secretário de Estado da Reforma Agrária foi acusado de “querer fazer aqui o mesmo que Estaline fez aos koulaks na Rússia”.

Com orgulho na sua “resistência”, distribuíram aos estrangeiros poemas, sendo, o que Pouchin transcreve na reportagem, também publicado na edição de 3 de dezembro de 1975 do Vida Social (Vida Social, 2, 4).

**Imagem 8 – Poema “Como vejo Rio Maior”**



No mesmo dia do plenário, Jaime Neves, comandante do Regimento dos Comandos almoçou em Rio Maior com Alberto dos Santos Goucha, presidente da Comissão Administrativa de Rio Maior, a convite dos bombeiros.

A 22 de janeiro a CAP foi registada no cartório notarial de Rio Maior por Meira Burguete. A 19 de fevereiro os integrantes da confederação decidiram que nas próximas ações reivindicativas, utilizariam o boicote como meio reivindicativo (Almada; 1984:313), o que sucedeu a 26 de fevereiro, com a deslocação de Lopes Cardoso a Rio Maior a convite de Nuno Carvalho para uma sessão de esclarecimento sobre os critérios em que as propriedades poderiam ser expropriadas. Em entrevista supracitada, Nuno Carvalho conta que o objetivo era “desmentir pessoas com responsabilidade”, que, de forma advertida, influenciaram os pequenos agricultores através de boatos.

Sobre a forma como os agricultores abordaram a sessão de esclarecimento de Lopes Cardoso, não foi só uma questão local, mas também regional, porque “grupos de activistas dos concelhos vizinhos” foram enviados “com o propósito de boicotar o esclarecimento” (Burguete, 1978:105). Nazaré Gomes em entrevista já mencionada, conta que procederam de tal maneira porque Lopes Cardoso defendia uma política de coletivização das terras. As pessoas que estavam envolvidas nas ações dos agricultores acreditavam que as suas propriedades poderiam ser ocupadas em virtude de todo o movimento de ocupação registado no Alentejo, no âmbito da Reforma Agrária. Tal entendimento deveu-se à interpretação feita pelos agricultores, que depois se espalhou pelas redes de sociabilidade, uma vez que no Decreto-Lei 406/75, de 29 de julho, a expropriação poderia acontecer em propriedades com área de 700 hectares ou 50000 pontos, ao que era referido algumas localidades e especificadas as suas culturas, mas não havia qualquer referência ao concelho de Rio Maior<sup>29</sup>.

A sessão de esclarecimento de Lopes Cardoso desenvolveu-se em ambiente agitado (Almada, 1984:317), acrescentando Nuno Carvalho na entrevista supracitada que “foi uma verdadeira afronta às liberdades e à democracia”, visto que os “caciques da terra” andaram a difundir falsa informação durante a noite através do processo comunicativo “boca a boca” ao argumentarem que “eu estava a trair o povo da minha terra”.

Meira Burguete considera que a rápida projeção da CAP se deveu a José Manuel Casqueiro, seu secretário-geral. Na altura vivia em Santarém e era regente agrícola, casado com uma senhora do concelho de Rio Maior, recorda Rui Andrade na entrevista já referida, que tinha um pai com “razoáveis bens de fortuna”. Desde 1974, Casqueiro participou em reuniões da Associação Livre de Agricultores (ALA) (Caseiro, 2000:29). Este antigo

---

<sup>29</sup> A zona de intervenção da Reforma Agrária só seria definida no Decreto-Lei nº 236-B/76 de 5 de abril, pelo que o concelho as propriedades de Rio Maior ficaram excluídas de expropriação.

trabalhador do Centro Regional da Reforma Agrária (CRRA<sup>30</sup>) de Santarém, terá ficado motivado a assumir uma postura contra a Reforma Agrária, depois do Instituto da Reforma Agrária (IRA<sup>31</sup>) ter deslocado o seu local de trabalho para Alcobaça, uma vez que residia em Santarém. A sua personalidade aumentou a projeção da CAP e a sua proveniência transmitiu a ideia que a CAP não era dominada pelos “grandes agrários”. “Homem inteligente” que saiu vencedor do confronto retórico com Lopes Cardoso, porque no entender de Meira Burguete, “Casqueiro é mais astuto. Lopes Cardoso mais sincero!” (Burguete, 1978:106).

### **2.1.10. Pós-acontecimentos de Rio Maior**

Em 1976, a Assembleia Municipal de Rio Maior aprovou a data de mudança do feriado do concelho de 6 de novembro, data da fundação do concelho, para 13 de julho, data da barricada à frente do GL e do assalto ao CT do PCP e à sede da FSP. Os eleitos do PS, Arlino Santos e Georgette Goucha, votaram contra, o que lhes valeu uma provocação por parte de alguns elementos à saída da sessão, tendo sido Arlino Santos identificado como Álvaro Cunhal, devido às suas parecenças físicas. Apesar do clima de hostilidade em relação aos “comunistas” ter apaziguado no final de 1976, até porque muitos deixaram Rio Maior, nota João Narciso na entrevista já citada, que os acontecimentos não estavam esquecidos em períodos eleitorais, porque, muitas vezes, as forças políticas de direita argumentavam com os militantes do PCP, “vocês não são do PCP”. Os acontecimentos criaram divisão em muitas famílias. Na entrevista supracitada, Nuno Carvalho observa que muitos familiares ainda hoje não se falam entre si por causa dos conflitos.

Todos os partidos, à exceção do PPD e CDS, experimentaram extremas dificuldades para fazer campanha nas freguesias localizadas no norte do concelho. Na entrevista já mencionada, Arlino Santos conta que era mais fácil estabelecer contacto e divulgar informação nas freguesias localizadas a sul do concelho, concelho onde o PS teve mais votos em quatro, o PPD igual valor e o CDS uma, nas eleições autárquicas de 1976<sup>32</sup>. Apesar deste

---

<sup>30</sup> O objetivo dos CRRA foi apoiar a “ação das classes trabalhadoras no processo da reforma agrária”, acompanhando o seu processo e informando o MAP. Só os distritos abaixo do Tejo e Castelo Branco tiveram tal organismo, que podia situar-se sem ser na capital de distrito. Foram criados a partir do Decreto-Lei nº 251/75, de 23 de maio.

<sup>31</sup> O IRA englobava na sua dependência o funcionamento tanto o SADA como os CRRA. Também definiu que as Comissões Liquidatárias do GL ou cooperativas podiam atribuir o Crédito Agrícola de Emergência (CAE), mas a sua principal função foi gerir a relação entre os proprietários e os rendeiros, como indica o Decreto-Lei nº 201/75, vulgo lei do arrendamento rural. Foi criado pelo 2º GP, em setembro de 1974.

<sup>32</sup> Nas eleições autárquicas de 1976, o PS obteve mais votos para a Assembleia de Freguesia em Arroquelas, São João da Ribeira, Azambujeira e Marmeleira, freguesias que se situam no sul do concelho. O PPD obteve

aparente equilíbrio, o militante socialista narra que em algumas freguesias foram recebidos com apupos, como, por exemplo, “são iguais aos comunistas”.

O PCP só conseguiu ter um CT em 16 de Outubro de 1993. Até 1983 os militantes do PCP de Rio Maior não conseguiram um espaço para transformar no seu CT, porque as pessoas tinham receio de alugar-lhes um edifício. Em 1983, conseguiram alugar um espaço a um emigrante. No entanto, passados uns dias, o emigrante recuou porque a sua filha foi ameaçada na escola. Os militantes do PCP optaram por comprar um terreno e em 1993, Álvaro Cunhal<sup>33</sup> inaugurou o CT. Enquanto passeava nas ruas, um militante socialista dirigiu-se a ele e saudou-o por finalmente ter sido possível o PCP ter um CT em Rio Maior, refere uma edição do jornal Avante que se encontra no arquivo da secção do PCP de Rio Maior (Avante, 16).

O surgimento da CAP em Rio Maior, um movimento de agricultores onde também estiveram inseridos latifundiários, demonstra que Rio Maior foi o centro social onde a organização da “base agrária” foi conseguida, numa altura em que as ocupações de terra no Alentejo e Ribatejo estavam em curso. O espaço temporal em que os acontecimentos de Rio Maior surgem, coincide com o início do “Verão Quente”, a partir de 13 de julho de 1975, prolongando-se até a discussão pública entre o Ministro da Agricultura e Pescas, António Lopes Cardoso e a recém-criada CAP, sobretudo na figura de José Manuel Casqueiro.

O concelho de Rio Maior, localizado entre os minifúndios no Norte e os latifúndios no Sul, foi “paragem obrigatória” de diversas forças políticas, que, por razões distintas, acabaram por participar nos acontecimentos. No entanto, a origem dos acontecimentos extravasa a questão da Reforma Agrária, uma vez que houve outros fatores que no capítulo seguinte são analisados e que estiveram relacionados com os acontecimentos, tais como, a ação da Igreja, a violência do “Verão Quente” de 1975, o boato e a representação da ideia dicotómica de Norte e Sul.

---

mais votos em Rio Maior, Alcobertas, Fráguas e Outeiro da Cortiçada e o CDS em Arruada dos Pisões, freguesias que na sua maioria, se situam no norte do concelho.

<sup>33</sup> É curioso notar que Álvaro Cunhal viveu na clandestinidade na zona de Rio Maior na década de 40. De acordo com as suas palavras ao jornal Região de Rio Maior de 22 de Outubro de 1993, foi “sempre muito bem recebido e tratado pelos camponeses dessa região” (Região de Rio Maior, 264, 7).

## **CAPÍTULO III - RIO MAIOR E A DICOTOMIA NORTE-SUL ENTRE 1974 E 1976**

### **3.1. RIO MAIOR NA REDEFINIÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA**

#### **3.1.1. O panorama agrário até ao 13 de Julho de 1975**

Durante o último século, os trabalhadores agrícolas no Alentejo tentaram concretizar várias greves, de que é exemplo a ocorrida em 1962, que teve como objetivo reivindicar “oito horas de trabalho diário e a obtenção de melhores salários”. A. de Vale Estrela refere que as péssimas condições de trabalho e o papel do PCP permitiram que grande parte da população do Alentejo tivesse “consciência política”, o que se constata nas movimentações em torno das atividades e propriedades agrícolas logo após o 25 de Abril de 1974, motivadas pela necessidade de “transferência de poder político, social e económico e a consequente redução da desigualdade entre classes existentes no seio da população rural” (Estrela, 1978: 222 -237). Até a data de 25 de abril de 1974, as propriedades de grande dimensão continuaram na “mão” dos “grandes capitalistas agrícolas” estrato social que suportou o poder do Estado Novo durante a ditadura, como refere o Decreto-Lei n.º 406-A/75 de 29 de julho, vulgar lei da Reforma Agrária. Uma das pessoas que esteve ligada ao Estado Novo foi Agostinho Barbieri Cardoso, antigo diretor da PIDE e operacional do MLDP, que detinha uma quinta no concelho de Rio Maior, a quinta do Brinçal. Numa visita à quinta, é possível ver um azulejo com a face de Salazar, que chegou a fazer férias na quinta.

As “portas que Abril abriu”<sup>34</sup> permitiram uma quase unanimidade na necessidade de alterar as estruturas agrícolas, com o objetivo de melhorar a produção na agricultura, em virtude do estado desequilibrado da balança comercial<sup>35</sup>. As diversas movimentações de trabalhadores agrícolas a seguir ao 25 de Abril, além da reivindicação da condição débil de quem trabalhava a terra, tiveram como lema “a terra a quem a trabalha”, o que demonstra vontade das/os próprias/os em tomar as decisões nas questões agrícolas.

---

<sup>34</sup> Título de um poema da autoria de José Carlos Ary dos Santos que passou a ser utilizado como analogia das conquistas revolucionárias possíveis com o 25 de Abril.

<sup>35</sup> Em 1973, as importações agrícolas registaram um valor de 443 milhões de dólares, enquanto que as exportações se cifraram na ordem dos 272,9 milhões (Cardoso, 1976: 73). O relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, que o antigo Ministro da Agricultura e Pescas cita intitulado “O desenvolvimento da agricultura na Europa meridional”, indica que “95 % das explorações ocupam somente 32% da superfície total” e que “metade das terras aráveis está concentrada [...], em 1% das explorações” (Expresso, 75:15), o que também é possível consultar num quadro da autoria do antigo secretário de Estado da agricultura, António Bica (Bica, 1975:8).

O processo de alteração das estruturas relacionadas com a atividade agrícola, a saber a ocupação de antigas sedes de sindicato, casas do povo, assim como a divulgação de “um manifesto de trabalhadores da canção que exige a realização de uma reforma agrária” foram o início de um grande movimento que ocorreu no Sul de Portugal (Almada, 1984:35-42).

A situação agrícola em Rio Maior diferia dos trabalhadores agrícolas do Alentejo uma vez que o desemprego e o trabalho mal pago não eram frequentes. Diversas atividades económicas, tanto do setor primário como do secundário permitiam que praticamente não houvesse desemprego em Rio Maior. A oferta de trabalho, maior que a procura está relacionada com a qualidade dos solos no concelho, que se deve à extração mineira que existiu durante dois séculos (Pinto, 2006:9). Rio Maior era em 1975, o concelho com maior número de criação de porcos (Visão, 2010: 907, 46) e certamente números acima da média no que diz respeito à criação de frango e produção de vinhos (Vida Social, 1975: 4,2). Portanto a ideia de mudança e melhorias da organização agrária não estava presente nos agricultores. A relação de Rio Maior com outras localidades que trabalhavam matérias originárias do concelho, quer fosse através da extração de matérias-primas, quer ainda através da agricultura e pecuária, era de dependência, como, por exemplo, a indústria vidreira dependia da atividade laboral em Rio Maior, facto que esteve presente na reunião do CR com os representantes do plenário de 24 de novembro de 1975, quando Vasco Lourenço e Pezarat Correia pediram que o abastecimento à empresa “Covina”, fábrica de vidros da Marinha Grande não fosse cortado<sup>36</sup>. Apesar de este aparente bem-estar em 1975, o militante comunista João Narciso, em entrevista concedida a 18 de maio de 2012 adverte que os salários eram baixos.

### **3.1.2. A representação do Norte e do Sul na Reforma Agrária**

Quando se refere “Norte” e “Sul” indica-se a representação disseminada pelos meios de comunicação social e por algumas das forças em disputa entre 1974 e 1976, aplicada ao território a que corresponde Portugal, excluindo as ilhas e os territórios coloniais ainda de regência portuguesa em 1974<sup>37</sup>. Porém, tal representação idealizada tomou forma na esfera legislativa no Decreto-Lei 236-B/ 76 de 5 de abril, através da representação de uma Zona de Intervenção da Reforma Agrária, (ZIRA) com base no tamanho da propriedade.

---

<sup>36</sup> O concelho de Rio Maior tem grandes quantidades de areias siliciosas quaternárias que se caracterizam pela elevada pureza na sua constituição e podem ser utilizadas na produção de vidro, cerâmica, entre outras utilidades.

<sup>37</sup> As tentativas de representação física do Norte e do Sul remetem para divisões efetuadas em contextos de disputa de território, marcando o rio Mondego em 1066 e o rio Tejo em 1147 a fronteira entre o “Norte” e o “Sul”.

A ZIRA, compreendia o espaço territorial referente ao Alentejo, os concelhos da Azambuja e de Vila Franca de Xira no distrito de Lisboa, os concelhos de Castelo Branco, Idanha-a-Nova e Vila Velha do Ródão no distrito de Castelo Branco, os concelhos de Abrantes, Almeirim, Alpiarça, Benavente, Chamusca, Constância, Coruche, Entroncamento, Golegã, Salvaterra de Magos e Vila Nova da Barquinha no distrito de Santarém, as freguesias de Alcoutim, Perreiro, Giões e Martim Logro no concelho de Alcoutim, as freguesias de Alte, Ameixial e Salir no concelho de Loulé, as freguesias de S. Bartolomeu de Messines e São Marcos da Serra no concelho de Silves, as freguesias de Alferce, Monchique e Marmeleite no concelho de Monchique e a freguesia de Odeceixe no concelho de Aljezur. Rio Maior não se localizava na ZIRA, mas o concelho fronteiriço da Azambuja, localizava-se.

**Imagem 9 - ZIRA<sup>38</sup>**



Assim, a representação do Norte e do Sul refere-se sobretudo à dicotomia do seu espaço físico, ou seja, as áreas acima e abaixo do rio Tejo representadas pelo minifúndio e o

<sup>38</sup> Imagem extraída do Decreto-Lei n.º 236-B/76 de 5 de abril de 1976. A ZIRA está a cinzento. O concelho de Rio Maior encontrasse circundado a preto.



latifúndio, de forma respetiva, organização e dimensão de propriedade que tem influência no *modus vivendi* da população. Tais dicotomias sobressaíram no discurso político entre 1974-1976 ao nível da Reforma Agrária, mas também na influência da Igreja e na representação política do Norte e do Sul através da exploração da “dualidade de culturas políticas entre o Norte-Sul, província/capital”, que asseveravam o Norte trabalhador e católico contra o Sul do universo urbano da capital e do Alentejo arabizante, não cristianizado e “vermelho” constata o politólogo António Costa Pinto (Pinto: 1999,37). No entanto, o investigador José Manuel Sobral indica no seu estudo sobre a representação da identidade nacional portuguesa que a ideia da divisão entre o Norte e o Sul tem origem muito antes de 1974, por “diversos intelectuais influentes” de forma a perceber a nacionalidade de Portugal (Sobral, 2004: 255).

A brasileira Luciana Soutelo numa análise comparada sobre as palavras mobilizadoras nas questões agrícolas no Sul e do Norte depreende-as através dos *modus vivendi* das populações. Para ela, no Sul exigiu-se socialismo e emprego enquanto que no Norte religião e propriedade foram os meios mobilizados (Soutelo, 2009:47). Tais ideias, mais do que subentenderem que atores de mutação social tinham considerável influência em tais espaços, os dois primeiros representavam a idealização de sociedade mais defendida e os dois últimos a forma pragmática como se organizavam as pessoas na representação desses dois meios sociais. Dessa forma, a maioria da população no Sul entre socialismo e religião escolhia a conceção de organização social como comprovam as ocupações de terra sob o lema “A terra a quem a trabalha”<sup>39</sup>, entre 1974 e 1975, e a fraca influência da religião nos meios populacionais abaixo do rio Tejo, ao contrário do Norte, onde a religião tem influência na sociabilidade. No Sul, o “hábito” das greves tinha uma ideia inerente: exigir emprego como forma de sobreviver, uma vez que tanto a propriedade como a posse da terra eram quase inacessíveis, o que tornava complicado a prática da atividade agrícola, reivindicação que é possível aferir na elevada participação nas lutas em pleno salazarismo, tendo sido a procura do emprego a “bandeira pela qual se fez a reforma agrária” (Piçarra, 2012:91).

---

<sup>39</sup> Não se conhece a origem da expressão “A terra a quem a trabalha” porque também foi utilizada em reformas agrárias na América Latina, mas no período entre 1974-1976, além de ter sido utilizado como lema das ocupações, foi modificada consoante o contexto em que era utilizada. Por exemplo, no filme *Que farei Eu com esta Espada*, de 1975, realizado por João César Monteiro, ficou popularizada a expressão “A terra é de quem a trabalha, os fascistas come palha”.

### **3.1.3. A importância do GL na atividade agrícola**

Maria Inês Mansinho refere que as movimentações em torno dos GL foram divididas em três fases: a primeira refere-se à substituição da organização corporativa por comissões administrativas, a segunda na luta de diversas forças partidárias, sindicais ou cooperativas pelo controlo dos GL e a terceira pela perda de importância dos GL na organização da lavoura. Os acontecimentos de 13 de julho de 1975 em Rio Maior situam-se na segunda fase, um “período [...] participado em busca de uma solução para as estruturas em liquidação e seus variados problemas”, aglomerando-se à volta “conflitos entre grupos animados por intenções partidárias diversas” através de “tomadas de posição mais ou menos radicais” com o objetivo de encontrar “soluções preconizadas para a extinção” do próprio GL (Mansinho, 1979:556).

O GL era um centro decisivo para a atividade agrícola. Maria Inês Mansinho constata três características dos GL que não se alteraram depois do 25 de Abril. A primeira era de “casa comercial”, por outras palavras, local de troca, compra e venda de produtos agrícolas, funções que são confirmadas pelo agricultor de Rio Maior Alberto Costa em entrevista realizada em 20 de outubro de 2012, que classifica tais funções de vitais para a subsistência do agricultor. Em segundo lugar, era também local de “celeiro obrigatório” por parte de muitos agricultores que não tinham espaços adequados para conservar os produtos resultantes das suas atividades agrícolas. Por último, a sua função de “repartição pública” permitia ao Estado recolher os valores inerentes à atividade agrícola com o objetivo de deter perceção da sua realidade, facto que podia ajudar a tomar melhores decisões em termos de política agrária. Assim, o GL definisse como “estrutura híbrida” uma vez que quase todos os concelhos tinham de organizar o seu GL consoante as culturas efetuadas pelos associados, ao mesmo tempo que o Estado tinha a sua influência.

Para perceber a importância do GL de Rio Maior é preciso recuar até aos primórdios do Estado Novo. Em 1932 surgiu a Associação Agrícola de Rio Maior, associação que se constituiu ainda antes da criação dos GL, chegando a ter 273 sócios, mas que só durou 7 anos. Num relatório redigido por Fernando Casimiro Pereira da Silva, advogado rio-maiorense, “os dirigentes da colectividade propuseram a dissolução da Associação, pois consideram inútil a sua existência, devido à criação dos Grémios da Lavoura”, pelo que o saldo, 570\$29 mil escudos e os bens móveis da associação passaram para o GL (Duarte, 1979:120-121).

No final de 1974, o Decreto-Lei nº 482/74 de 25 de setembro indica a constituição de comissões liquidatárias por todo o país de forma a acabar com os GL até dia 31 de dezembro de 1974, salvaguardando o prolongamento das suas funções em situações excepcionais. No

entanto, apesar do objetivo de liquidação, as ligas e os sindicatos tinham como objetivo assegurar representatividade de forças de esquerda nas comissões liquidatárias. Uma nova função do GL tornou ainda mais imprescindível tal representação, o CAE. Com o início das ocupações e a necessidade de crédito, as comissões liquidatárias dos GL passam também a ter a função de avaliar quem tinha acesso ou não ao CAE, além de regulador dos preços, tornando-se o GL um organismo essencial na atividade agrícola (Mansinho, 1979: 571-593).

A reunião do dia 13 de julho de 1975 marcada pela LPMA teria como objetivo assegurar que pessoas da área da esquerda continuassem na Comissão Liquidatária do GL de Rio Maior, o que colidiu com as pretensões da APA de Rio Maior, que no livro que conta a história da CAP, é referido que esta dirigia o GL (Caseiro, 2000: 27). Tal facto entrou em choque com o objetivo de representação das forças de esquerda na Comissão Liquidatária. Meira Burguete refere no seu livro que a Comissão Liquidatária do GL de Rio Maior foi constituída entre outros, por Carlos dos Santos, membro do PCP e funcionário do BPA, banco gerido por Afonso Franco, afeto ao PCP, pessoas criticadas há muito pelos agricultores de Rio Maior que acusavam o gerente do banco de só conceder créditos aos elementos do PCP (Burguete, 1978: 25).

#### **3.1.4. Que “agricultor livre”?**

José Medeiros Ferreira não tem dúvidas em afirmar que “o que aconteceu nos campos portugueses [...] foi um fortíssimo indício da diversidade social, cultural e política da realidade nacional”, que comprova a importância considerável do “mundo agrícola” nas tomadas de decisão políticas (Ferreira, 2001; 97). Em primeiro lugar porque foi uma das mudanças que maior mobilização proporcionou tanto a favor como contra. Em segundo porque teve uma influência muito considerável no desenrolar dos acontecimentos a seguir ao 25 de Abril de 1974, influentes na transformação social pelo leque de alternativas de organização social que possibilitaram – as “herdades coletivas”, as cooperativas e as Unidades Coletivas de Produção (UCP). Apesar do início das ocupações não ter esperado pela legislação, a produção legislativa sobre agricultura está carregada de marcas ideológicas assertivas, como, por exemplo, a lei do arrendamento rural no Decreto-Lei 201/75 de 15 de abril, a lei de expropriação de terras nos Decretos-Lei 406-A/75 e 407-A/75 de 29 Julho; a lei de reconhecimento administrativo das UCP no Decreto-Lei 406-B/75 de 29 de julho; as leis de Crédito Agrícola de Emergência nos Decretos-Lei 251/75 de 23 de maio e no 586/75, de 18 de outubro, em que os “grandes agrários” ou latifundiários são indicados como a classe que obstrui a melhoria das condições de produção agrícola, assim como representam a

exploração laboral em virtude da extrema dependência de muita população em relação ao trabalho que mal ou não proporcionavam. A ideia de fundo das movimentações agrícolas foi o questionamento de todo o sistema de organização social que a Reforma Agrária permitiu no Sul – a sacralidade e inviolabilidade da propriedade privada para quem tem o poder de escrever as leis e o dinheiro para comprar a propriedade de terra, como refere o geógrafo Orlando Ribeiro (Ribeiro, 1991:83).

Numa estátua que se localiza na Largo da República de Rio Maior, depreende-se que uma das principais motivações dos acontecimentos de Rio Maior, se não mesmo a principal, foi o respeito da propriedade, apesar da residual inexistência de latifundiários, que colide com a ideia de questionar a propriedade privada presente na Reforma Agrária. Na base da imagem que se localiza abaixo deste parágrafo estão as seguintes palavras: ”Monumento ao agricultor/Aqueles que da terra garantiram/A iniciativa privada e a liberdade”. Na reportagem efetuada pelo jornalista César da Silva publicada na edição de 29 de julho de 1975, um dos trabalhadores da Sitrol afirma que na população de Rio Maior existe um “arreigado instinto de propriedade, característico do pequenos proprietário, que, podendo ser liberal, não será, certamente, revolucionário no sentido mais restrito do termo” (Diário Popular, 11704, 7). Não deixa de ser notar que na base da estátua se indique primeiro o objetivo conseguido por parte dos agricultores, a iniciativa privada, por outras palavras, a recusa de qualquer “coletivização” da terra, referindo-se só depois a “liberdade”, que se refere à possibilidade de domínio da terra através da propriedade privada, ideia contrária a modelos de autogestão e de posse cooperativa.

### **Imagem 10 – Monumento ao “Agricultor Livre”**



#### **3.1.5. Dicotomia agrícola em Rio Maior**

Podem detetar-se três aspetos referentes a realidades agrícolas distintas discutidas entre 1974 e 1975, com influência nos acontecimentos de Rio Maior, que ajudam a perceber que o 13 de Julho de 1975 e os acontecimentos seguintes são uma tomada de posição de cariz agrícola contra as ocupações de terras<sup>40</sup>. A predominância do minifúndio no concelho de Rio Maior, apesar do contacto palmo a palmo com grandes quintas, como, por exemplo, a Quinta do Brinçal, a ostentação de uma ruralidade no modo de vida que contrasta com a representação do operário agrícola e a distribuição da população no concelho de Rio Maior

A primeira questão referente à Reforma Agrária presente nos acontecimentos de Rio Maior, está relacionada com a dimensão das propriedades agrícolas. O Inquérito às Explorações Agrícolas publicado pelo INE em 1968, refere que no distrito de Santarém, 97,3 por cento das explorações agrícolas não excediam os 20 hectares, ao contrário dos distritos a que correspondem o Sul, sobretudo os que estão localizados no Alentejo. Apesar de uma considerável percentagem de explorações de grandes dimensões que ocupavam um quinto do

---

<sup>40</sup> Em bom rigor, a Reforma Agrária só foi reconhecido na legislação dia 29 de julho pelo Decreto-Lei nº 406-A/75, de 29 de julho, 16 dias depois dos acontecimentos de 13 de julho de 1975.

distrito de Santarém, 82 por cento das propriedades eram exploradas por conta própria e só 18 por cento por arrendamento (Cardoso, 1976:72-75)<sup>41</sup>.

A ocupação mais mediática da Reforma Agrária, a herdade da Torre Bela, mediatização proporcionada pelo documentário Torre Bela do realizador alemão Thomas Harlan de 1977, apesar dos seus 900 hectares se localizarem na sua maioria na Azambuja e por isso localizada dentro da ZIRA, distribui-se também pelos concelhos de Rio Maior e Cartaxo, concelhos fora da ZIRA. Outros exemplos de propriedades de tamanho considerável, que apesar de não se situarem no concelho de Rio Maior, envolvem a zona circundante do sul do concelho, algumas delas ocupadas ou intervencionadas, como foi exemplo a Quinta do Pombal, ocupada em 30 de julho de 1975, na Azambuja (A Capital, 1975: 2598, 4).

Num documento do antigo cooperante José Rabaça Gaspar, a criação da União Cooperativa de Produção Agrícola da Azambuja, tinha como objetivo a cooperação entre a cooperativa agrícola de produção ferraria, na Ameixoeira, a cooperativa agrícola popular da Torre Bela, a agropecuária herdade do Brinçal e a cooperativa agrícola da Marquesa (Gaspar, 1976, 2). A Quinta do Brinçal, com cerca de 600 hectares, em que a maioria do chão se localiza no concelho de Rio Maior, acabou por ser intervencionada pelo Estado (Almada, 1984: 279), porque alguma da sua terra se localiza no concelho da Azambuja, ou seja, dentro da ZIRA. Além da Quinta do Brinçal, no sul do concelho de Rio Maior, situam-se a Quinta de Santa Barbara, a Quinta de São Jorge e os arrozais de São João da Ribeira, cada uma destas propriedades com mais de 100 hectares.

Não só a dicotomia entre o tamanho de propriedade esteve presente nos acontecimentos de Rio Maior, mas também a dicotomia entre o campo e a cidade, ligada ao confronto entre as atividades de agricultor e operário. Na intervenção do fundador do PPM, no plenário de agricultores realizado a 24 de novembro de 1975, em Rio Maior, Gonçalo Ribeiro Teles referiu que quem vive na cidade é privilegiado ao afirmar que “a crise do mundo rural que atravessamos, é devida a que os impostos que se pagaram no interior do País foram todos para fazer obras no litoral e nas grandes cidades” (A Capital, 1975: 2697:4). Tal referência é dirigida aos habitantes da cintura industrial de Lisboa, onde segundo o próprio, todos os “operários têm automóvel”, por outras palavras vivem bem “à custa de todo o interior” (Vida Social, 1975: 2, 1). Tal representação de Lisboa e da sua área envolvente influenciou a decisão de cortar os acessos a Lisboa, no dia 24 de novembro de 1975, por parte dos agricultores na barricada efetuada.

---

<sup>41</sup> Lopes Cardoso, o antigo Ministro da Agricultura e Pescas, fez vários gráficos relativos à questão agrícola no seu livro Luta pela Reforma Agrária (1976).

Numa reportagem publicada a 29 de julho de 1975 no Diário Popular, o jornalista César da Silva analisa os aspetos vivenciais dos proletários de Rio Maior numa visita à empresa “Sitrol”, empresa que abastecia 90% da indústria vidreira. A conclusão que retira esclarece que os operários de Rio Maior não estavam “interessados na aquisição de mentalidade proletária” porque muitos são pequenos agricultores que “têm os seus porcos e as suas vacas nas terras onde plantam vinhos e produtos hortícolas, colhem trigo”, de onde retiram o “principal rendimento da sua subsistência”, ao contrário dos que trabalhavam na cintura industrial de Lisboa (Diário Popular, 1975: 11704, 7).

Outro aspeto que é importante considerar prende-se com a distribuição da população do concelho. Nas cinco freguesias do concelho de Rio Maior localizadas a norte, a saber Alcobertas, Fráguas, Outeiro da Cortiçada, Aruada dos Pisões e também Rio Maior<sup>42</sup> concentravam-se cerca de 14310 mil habitantes e nas restantes freguesias localizadas no sul do concelho, a saber Arroquelas, Marmeleira, Azambujeira e São João da Ribeira, só 3835 habitantes. Ao consultar o quadro referente à evolução da população do concelho de Rio Maior, por freguesia, entre 1950 e 2001, localizado no trabalho Diagnóstico Social do Concelho de Rio Maior, depreende-se que a população em todas as freguesias localizadas no sul do concelho diminuiu até 1970, enquanto as freguesias localizadas a norte do concelho mantiveram a população com variações estáveis. Em entrevista concedida a 21 de Outubro de 2012, Augusto Figueiredo lembra que a emigração não era prática comum no concelho de Rio Maior, muito embora, nas freguesias localizadas no sul do concelho fosse comum o êxodo de população para Lisboa.

Não é possível confirmar em dados estatísticos, mas as variações da população indicam que a emigração não era frequente no concelho de Rio Maior. Tal fator contrasta com as práticas da população do Norte, que António Barreto analisou e concluiu que a emigração era a solução frequente perante a débil condição social, uma vez que “são poucas as famílias rurais cujo rendimento e património não incluem uma parte significativa originária de trabalho de emigrantes” (Barreto, 1994:1052). A juntar à emigração, a “maior relação com o mercado”, que se praticava numa relação de compra e venda nas feiras e a “industrialização” nas cidades do norte litoral, mas sem que os trabalhadores habitassem nos meios citadinos, ou mesmo que habitassem não conviviam a todo o tempo com os colegas de trabalho (Baptista, 1978:81). Portanto, as suas relações sociais não obedeciam à “tipificação operária”, que tinha presente o sentido comunitário a trabalhar, a comer e a habitar no mesmo local como é

---

<sup>42</sup> Em bom rigor, a freguesia de Rio Maior localiza-se tanto a norte como no sul do concelho. No entanto, a distribuição da propriedade assemelha-se mais com as freguesias localizadas no norte do concelho.

possível constatar nos trabalhadores agrícolas nas cooperativas e nas UCP, alguns deles outrora com experiência operária na “cintura industrial de Lisboa”, ou seja, de proletários do setor industrial tornaram-se trabalhadores agrícolas. Assim, depreende-se que a “realidade” do “Sul” era conhecida por parte dos habitantes de Rio Maior que outrora habitaram nas freguesias mais a sul, e também, os que habitavam nos concelhos limítrofes inseridos na ZIRA, em virtude da condição de trabalhador agrícola, que se constata nas ocupações de terra.

### **3.1.6. Política agrícola de partidos e sindicatos**

Depois da saída de Fernando Oliveira Baptista do cargo de Ministro da Agricultura e Pescas, depois da grande remodelação que existiu entre o V e o VI GP em setembro de 1975, o cargo de Ministro passou a ser exercido por António Lopes Cardoso, militante do PS, partido que se tinha retirado do IV GP dias antes do início dos acontecimentos de Rio Maior, não tendo visto nem aprovado a lei da Reforma Agrária, Decreto-Lei nº 406-A/75, de 29 de julho<sup>43</sup>. Na verdade, os moldes em que a Reforma Agrária se desenvolveu não foram unânimes no interior dos próprios partidos, nomeadamente o PS; por exemplo, assim que foi nomeado Ministro da Agricultura e Pescas, António Barreto tomou medidas de governação que colidiram com as tomadas por António Lopes Cardoso.

António Barreto ao identificar quem esteve envolvido nas movimentações agrícolas<sup>44</sup>, observa que “o Partido Comunista não estava sozinho no trabalho de organização, sensibilização e recrutamento dos assalariados” porque outras pessoas pertencentes a partidos de espectro político de esquerda, PS, MES e UDP também se envolveram (Barreto: 1984:43), apesar de referir que “foi uma “reforma agrária” estatal, de carácter coletivista, organizada pelos dirigentes comunistas” (Visão - História, 2010: 9,71). Em relação à LPMA, estrutura que convocou a reunião para o GL de Rio Maior, o MES, PCP, MDP/CDE tomaram posições conjuntas com as ligas, e por conseguinte, estas estavam conotadas com as ocupações de propriedades no Alentejo e Ribatejo. Arlino Santos, militante do PS, em entrevista realizada a 15 de maio de 2012, refere que as pessoas se mobilizaram para a frente das instalações do GL

---

<sup>43</sup> O MDP/CDE, o PCP e também o PPD viram e aprovaram o decreto-lei da Reforma Agrária. Em Conselho de Ministros, deram o aval pelo MDP/CDE Francisco Pereira de Moura e José Joaquim Fragoso, Álvaro Cunhal pelo PCP, Joaquim Magalhães Mota pelo PPD, o militar primeiro-ministro Vasco Gonçalves e os “independentes” Mário Murteira e Fernando Oliveira Baptista.

<sup>44</sup> António Barreto foi o Ministro da Agricultura e Pescas que ficou conhecido pelas alterações no Decreto-Lei 406-A/75, de 29 de julho, vulgo Lei da Reforma Agrária, através do Decreto-Lei nº 77/77 de 29 de setembro, lei conhecida com o seu nome, “lei Barreto”, que alterou o sistema de pontuações e de reserva aos proprietários, retomando uma correlação de forças desfavorável aos operários agrícolas.



porque pensaram que a reunião no GL seria o primeiro passo para as propriedades de Rio Maior serem ocupadas.

Em relação à ação dos partidos de direita, a influência do PPD e do CDS nas dinâmicas de movimentação social da Reforma Agrária foi nula ou reduzida, em virtude da quase inexistência destes dois partidos no Alentejo (Barreto, 1984:43). Na escritura de associação da CAP, a passagem mais visível da sua opção política é referida quando os seus outorgantes referem a sua doutrina apartidária, acusando a LPMA que tinha marcado a reunião de dia 13 de Julho de 1975, de um excessivo partidarismo conotado com o “comunismo”. No entanto, os três partidos de direita, PPM, CDS e PPD tentaram uma aproximação aos acontecimentos de Rio Maior. Pelo PPM, Gonçalo Ribeiro Telles, o seu secretário-geral, participou como interlocutor no I plenário a 24 de Novembro, em Rio Maior, e voltou a Rio Maior a 7 de dezembro de 1975 para uma sessão de esclarecimento sobre as questões agrárias.

Numa notícia publicada no jornal Vida Social a 9 de dezembro de 1975, sobre o comício do CDS em Rio Maior, o seu secretário-geral, Freitas do Amaral tentou uma aproximação aos acontecimentos de Rio Maior ao referir-se à “justa luta do povo de Rio Maior [...] desde a exigência de uma informação livre até à luta dos agricultores por uma reforma agrária, que seja uma reforma do interesse ao País”. Também agricultores discursaram, como, por exemplo, João Sagueiro Relvas (Vida Social, 3,1). No dia 11 de janeiro de 1975, houve um plenário de agricultores em Braga onde o CDS tentou ligar os agricultores à sua ação política (Burguete, 1978: 110).

Quanto ao PPD, na reportagem sobre o II plenário de agricultores, publicada na edição de 17 de dezembro de 1975 do Expresso, na análise sobre o mesmo, o jornalista Augusto de Carvalho considera que o PPD ganhou “uns pontos”. Inserido no meio da multidão conversou com um elemento do MDLP que lhe garantiu que o partido que deveria ser apoiado era o PPD de Sá Carneiro porque era “o único que teve a coragem de se declarar, abertamente, antimarxista” (Expresso, 160, 2).

A demasiada mistificação da condição operária foi a razão ideológica da tomada de posição dos agricultores contra a Reforma Agrária. No discurso do fundador do PPM, o arquiteto Gonçalo Ribeiro Teles, que se pode consultar na edição de 3 de dezembro de 1975 do jornal Vida Social, constata-se a representação construída com base na dicotomia do “agricultor” e do “proletário”, também denominados por “camponês” e “assalariado”. Ribeiro Teles repudiou a condição de operário, quando este afirma que era necessário ocupar os campos com agricultores, ao revés de “transformar o agricultor num proletariado”, o que

demonstra que a condição de operário era entendida como inferior porque os agricultores não queriam “descer a proletários, mas subir a agricultores” (Vida Social, 2, 1).

Tal mistificação do assalariado agrícola ou do proletário em que a Reforma Agrária foi imbuída não teve em consideração que no Norte não se pode delimitar a condição a que pertence um trabalhador agrícola, visto que uma só pessoa poderia ser “proprietário, rendeiro, empresário e trabalhador rural”, variando a sua ocupação consoante a posição social que conseguisse na comunidade onde se movimentava, mas sempre com uma ideia presente – a propriedade permitia-lhe tranquilidade na sua vida, muitas propriedades permitiam-lhe reconhecimento e estatuto social (Rodrigues, 1976: 9), o que não coincidia com a condição de operário agrícola.

### **3.1.7. Pequenos e médios agricultores contra a Reforma Agrária?**

O 13 de Julho em Rio Maior surgiu como uma tomada de posição por parte dos pequenos e médios agricultores contra as ocupações de terras<sup>45</sup>. António José Saraiva na sua crónica sobre a situação do país, afirmava na edição da Vida Mundial de dia 24 de julho de 1975, que os acontecimentos de Rio Maior são um exemplo que “a pequena burguesia rural começa a ver-se ameaçada não vislumbrando por outro lado alternativas de subsistência”, no fundo, a “base social” que devia de estar com a revolução “começara a apresentar ruptura dificilmente reparáveis” (Vida Mundial, 1871: 47). A referência à “burguesia rural” refere-se sobretudo aos pequenos e médios agricultores, em abundância no Norte, como, por exemplo, se constata nos distritos de Viseu e Guarda, onde o setor da agricultura representava 65% e 60%, de forma respetiva na atividade económica (Freitas, 1995:49).

A definição da luta contra a Reforma Agrária tomou forma no I plenário a 24 de novembro de 1975, em Rio Maior. A barricada de 24 de novembro por parte dos pequenos, médios agricultores e latifundiários representou um endurecimento da posição perante a Reforma Agrária do já constituído SNA. Os participantes aplaudiram uma moção com treze pontos relacionados com as questões agrícolas de todo o país, os problemas que Saraiva aborda de forma superficial, moção essa que se pode encontrar na edição de 25 de novembro do jornal A Capital. Nela, os agricultores tomam uma posição de repulsa perante a questão dos 50 mil pontos, nível de pontuação pelo qual era possível expropriar os prédios rústicos, principal motivo para rever a lei da Reforma Agrária. No segundo e terceiro ponto, exigiram a

---

<sup>45</sup> Recorde-se que o decreto-lei da Reforma Agrária, Decreto-Lei nº 406/75 de 29 de julho, foi publicado a 29 de julho de 1975, dezasseis dias depois do início dos acontecimentos de Rio Maior, por isso o 13 de Julho não pode ser considerado uma tomada de posição contra a Reforma Agrária.

proibição de ocupação de qualquer propriedade que estivesse cultivada e a revisão das “ocupações selvagens já verificadas”. A ação dos sindicatos não era poupada, exigindo-se a proibição das “distribuições de pessoal” reclamadas pelos sindicatos nas estruturas de produção agrícola. Para compensar a perda da posse das propriedades, os participantes exigiam indemnizações aos investimentos feitos. As Comissões Liquidatárias dos GL deviam ser substituídas por Comissões de Agricultores, o que inviabilizava a participação dos trabalhadores agrícolas na atribuição do CAE, assim como colocaria nos seus lugares pessoas de determinada região agrícola. A definição da proposta de um mapa agrícola em regiões agrícolas distintas acabou por ser efetuada no II plenário<sup>46</sup>.

### Imagem 11 – A divisão agrícola proposta no II plenário



(S/a, Expresso, 1975:160:9)

O sétimo ponto da moção refere-se a uma imprecisão que não está contida nos decretos-leis referentes à atividade agrícola, a diferenças entre pequeno e médio agricultor. O ponto seguinte crítica a ligação partidária clara entre as LPMA<sup>47</sup> e os partidos de esquerda, em

<sup>46</sup> Os agricultores também propuseram a repartição do território nacional por regiões agrícolas tendo em atenção os territórios fronteiriços entre o minifúndio e o latifúndio, que a ZIRA viria a considerar cinco meses depois com o Decreto-Lei n.º 236-B/76 de 5 de abril.

<sup>47</sup> As LPMA ou Liga de Pequenos Agricultores surgiram em Junho de 1974. Tomaram posições em defesa dos seareiros, de repúdio perante a sabotagem dos “grandes agrários” e de defesa das ocupações nas áreas aráveis

particular o PCP, reafirmando igual possibilidade de constituição para associações de agricultores de cariz apertado. Os dois pontos seguintes exigiam a estabilização de preços dos produtos agrícolas e o pagamento dos subsídios relativos à campanha de 1974/75 porque, como refere o investigador Ricardo Noronha, houve uma subida de preço dos combustíveis, adubos, rações, assim como o tabelamento dos preços (Noronha, 208:2011).

No antepenúltimo e penúltimo ponto, uma referência aos técnicos do CRRA de Santarém, acusados de responsáveis pelos incidentes em Santarém no dia 6 de novembro de 1975, que causaram a morte de duas pessoas. Foi exigido o saneamento imediato destes mesmos técnicos do CRRA e de todos os organismos de coordenação económica relativos às questões agrícolas, ou seja, além do CRRA, o IRA e o Serviço de Apoio e Desenvolvimento Agrário, (SADA)<sup>48</sup>, que são acusados de “estarem ao serviço de partidos políticos”. Por fim, apesar de não tomarem uma posição hostil contra o VI GP e o próprio Ministro da Agricultura e Pescas, Lopes Cardoso, tomaram uma posição hostil contra António Bica, subsecretário de Estado da Reforma Agrária, militante do PCP, considerado o “inimigo número um”, sendo exigida a sua demissão, que acabou por acontecer a 2 de janeiro de 1976.

Nos dias seguintes ao plenário e do dia 24 de Novembro de 1975, Lopes Cardoso cometeu um erro, porque pensou que o movimento de agricultores que tinha começado a germinar em Rio Maior era “um plenário de latifundiários” (Burguete, 1978: 90), com base nos exemplos da Frente Independente Alentejana (FIA)<sup>49</sup> e ALA<sup>50</sup>. Além da reafirmação dos

---

não utilizadas. Constituíram-se nos distritos do Alentejo, com exceção de Setúbal. A eliminação dos intermediários na venda de produtos agrícolas, a necessidade de seguro para proteger a produção agrícola e a regulamentação do arrendamento rural foram algumas das suas reivindicações (Almada, 1984: 79). O MES, PCP, MDP/CDE e a FSP tomaram posições conjuntas com as ligas. O que distinguiu as ligas dos sindicatos foi a questão da proletarianização, de forma constante invocada pelos sindicatos, que terá afastado os camponeses do STA, mas sobretudo das ligas pela constante associação com o “proletariado” (Barreto, 1984:88).

<sup>48</sup> O SADA foi constituído por técnicos sem ligações sociais aos “grandes agrários, caciques e notáveis”, teve como função a defesa dos interesses dos pequenos agricultores pelo poder público, em todos os concelhos dos distritos do norte, com exceção de Leiria, Porto e alguns situados no distrito de Castelo Branco. Foi criado a 1 de abril de 1975 e dissolvido em novembro de 1976 (Baptista: 1978:138-139).

<sup>49</sup> Segundo entrevista de Filipe Benjamim Santos, gerente comercial e dirigente do PS em Évora, a FIA foi criada por cerca de 300 pessoas, denominando-se “apertado”, ao demarcar-se das organizações partidárias existentes no Alentejo, PS, PPD, PC e MDP/CDE, numa tentativa para conquistar simpatia na população residente no Alentejo, e tal como indica o nome, tentar a independência do Alentejo face ao poder de Lisboa, apesar de muitos dos seus integrantes residirem em Lisboa. O jornalista Inácio Teigão afirma numa crónica que os objetivos da FIA eram feudais, ou seja, que os latifundiários continuassem com a propriedade das herdades. Para tal, o modus operandi passava por aproveitar a influência que estes e os pequenos agricultores, que tinham subscrito o programa da FIA, ainda detinham nas comunidades alentejanas para evitar perder “as posições de privilégio que se tinham habituado” (Expresso, 1974:78,20). Surgiu a 12 de julho de 1974, mas na edição de 13 de julho de 1974, Filipe Benjamim Santos informou que a FIA já tinha cessado a sua atividade. O jornalista Manuel Madeira Piçarra, diretor do jornal Diário do Sul como “testa de ferro” (Expresso:78:20-21).

pontos do I plenário de 24 de novembro, o II plenário de 14 de Dezembro, em Rio Maior, definiu uma mensagem clara contra Lopes Cardoso porque este recusou dialogar com representantes do então ainda SNA. No mesmo plenário, também foi definida a criação de uma confederação de agricultores. A Confederação de Agricultores de Portugal (CAP) foi criada um mês depois, a 22 de janeiro de 1976. A tentativa de boicote de que Lopes Cardoso foi alvo na sessão de esclarecimento a 26 de fevereiro de 1976 revela que o ministro se tinha tornado o “alvo a abater” por parte da CAP. Lopes Cardoso deixou o MAP nesse ano, em colisão com as opções políticas da direção de Mário Soares patentes no II Congresso do PS, que se realizou a 30 de Outubro de 1976.

### **3.1.8. Caracterização sociológica da CAP**

De acordo com António Barreto, a CAP representou uma “contra-ofensiva dos proprietários e lavradores” a nível nacional. Os limites geográficos entre o minifúndio e o latifúndio, principal característica pela qual foi delineada a ZIRA a partir do Decreto-Lei 236-B/76 de 5 de abril, estiveram presente na sua estratégia porque “Rio Maior, Marvão, Castelo Branco, etc.” foram locais estratégicos para mobilizar os agricultores para a CAP (Barreto, 1984:85), ao contrário da FIA que se limitou ao Alentejo e da ALA que além do Alentejo, se movimentou no Ribatejo.

Sobre a constituição social da CAP, António Barreto refere que apesar de se encontrarem “grandes agrários, homens do antigo regime, latifundiários, comerciantes abastados”, o grosso das suas mobilizações eram “rostos feiços, populares bem mais consentâneos com a imagem de um campesinato rude, disposto a defender o que é seu, mas que o é por causa do seu trabalho” (Barreto, 1984:85).

Eduardo Freitas, João Almeida e Manuel Villaverde Cabral num estudo sobre “Capitalismo e classes sociais nos campos em Portugal” realizado em 1976, dividiram classes

---

<sup>50</sup> A fundação da ALA, em maio de 1974, Beja, permitiu agrupar grandes, pequenos e médios proprietários “que controlavam as organizações políticas, agrícolas e corporativas” no salazarismo/estado novo (Baptista, 1978:15; Piçarra, 2012:75). Apesar de também se encontrarem pessoas de baixos e médios rendimentos provenientes de atividades agrícolas, a sua constituição derivava da necessidade da classe alta agrícola dialogar com outras classes para manter a sua posição no setor agrícola ao procurar “aliar o campesinato pobre à grande burguesia agrária” (Cardoso, 1976: 45). O seu modus operandi passava pela constituição concelhia para melhor coordenar as suas ações (Baptista, 1978:15), no sul. As opções de apoio político da ALA também não se revelaram frutíferas porque a 15 de setembro de 1974, a associação “reunida em Santarém, decidiu convocar uma manifestação junto ao Palácio Nacional de Belém no dia 29”, de forma a coincidir com a manifestação da “maioria silenciosa”, o que não chegou a acontecer em virtude das barricadas à entrada de Lisboa. Assim, atendendo à sua simpatia com os setores spínolistas, a sua perda de influência ocorre em sintonia com o 11 de março. Os seus principais dirigentes foram Raul Rosado Fernandes e Fernando Picão Caldeira (Cervelló, 1994:3).

e frações de classes nos campos em cinco: os “proprietários fundiários absentistas”, os “empresários capitalistas”, o “campesinato”, o “semiproletariado” e o “proletário rural”. Entre os “proprietários fundiários absentistas” estabeleceram uma distinção com base na dicotomia Norte-Sul, ou seja, a “burguesia nortenha” composta pelos proprietários que recebem “rendas correspondentes a relações de produção” e a “burguesia sulista” em que as “rendas correspondem a relações de distribuição”. Em relação aos “empresários capitalistas” os três sociólogos distinguem entre “rendeiros e proprietários” que constituem a “grande e média” burguesia rural agrária.

Mais uma vez, para caracterizar o campesinato, consideram a existência de “frações superiores” que, grosso modo, são “empresas patronais” com propriedades que tendem a aumentar de dimensão e a implementar mecanização, privilegiando o mercado em detrimento do autoconsumo; possibilitando o trabalho irregular remunerado aos “semiproletários”, ao contrário das “frações inferiores” ou também denominado de “campesinato pobre”, que se caracteriza por possuir empresas familiares, em que se privilegia o autoconsumo em detrimento do mercado e a “força de trabalho não remunerada”. O “semiproletariado” tem uma situação laboral instável uma vez que ou também trabalha para as “frações superiores” do “campesinato”, ou “na indústria transformadora ou construção civil”, fazendo da sua exploração agrícola a “sua salvação”. Em relação ao “proletário rural”, existem muitas semelhanças com o “proletário urbano”. Aliás, muitos dos proletários urbanos foram trabalhar para as herdades ocupadas na Reforma Agrária. No entanto, os autores referem uma diferença significativa que se acentuou aquando das ocupações de terra, a partir de 1974, dividindo-a em dois tipos, o “proletário fixo” e os “trabalhadores eventuais”, uma vez que foram estes últimos que estiveram no movimento de ocupação de terras, ao invés de alguma relutância por parte dos proletários fixos (Almeida et al., 1976:19-23).

Desta forma, analisando de forma comparada os estudos sociológicos, é possível verificar que o grosso da constituição da CAP foi o “campesinato”, quer o que possuía “empresas patronais”, quer o que possuía empresas familiares, assim como os semiproletários, em que a tipificação dos três sociólogos coincide com a reportagem efetuada no jornal Diário Popular, de 29 de julho de 1975, pelo jornalista César da Silva. Na visita às empresas “Carnes Nobre” e “Sitrol”, nota que os empregados “todos têm os seus porcos e as suas vacas nas terras onde plantam vinhas e produtos hortícolas, colhem trigo, etc.”, mas com a nuance de em Rio Maior terem uma situação laboral estável que, difere do resto do país (Diário Popular, 11704, 7).

No entanto, em menor número mas com mais poder e dinheiro, os latifundiários, ou a “burguesia sulista”, também estiveram envolvidos no surgimento da CAP, como refere Barreto, assim como a “burguesia nortenha”, que em grande parte, corresponde aos “grandes agrários”. Os “comerciantes abastados”, que Barreto refere, correspondem, grosso modo, à burguesia rural, em número superior que os latifundiários e com menos hectares para cultivar.

Há alguns aspetos utilizados por José Manuel Mendes e Ana Maria Seixas no seu estudo “Acção política e protesto em Portugal: Os movimentos sociais ao espelho dos media (1992-2002)”, que podem ser extrapolados para uma análise sobre o surgimento da CAP: o localismo, o papel do jornalismo, a capacidade de mobilização e a violência. Os movimentos de agricultores em Rio Maior começaram por ter um carácter local, circunscrevendo-se à área de influência do concelho de Rio Maior. No entanto a projeção mediática gerada através da cobertura jornalística, produziu uma publicação quase diária de comunicados desde partidos, forças armadas, poder local, população local, que projetaram uma questão de âmbito local a problema nacional.

A capacidade de mobilização foi considerável, os relatos indicam 300 pessoas mobilizadas de véspera nos acontecimentos de 13 de julho de 1975, que aumentam para cerca 30000 no II plenário, num momento em os acontecimentos de Rio Maior já detinham valor notícia assegura nos meios de comunicação social. A dimensão violenta do movimento contra a Reforma Agrária nunca foi assumida pelo movimento de agricultores, não obstante o assalto ao CT do PCP e da sede da FSP marcarem o início da “planificação sistemática das acções” contra os partidos de esquerda (Cervelló, 1994: 13).

## **3.2. A AÇÃO DA IGREJA**

### **3.2.1. A Igreja até ao 25 de Abril em três eixos – Norte, Rio Maior e Sul**

A 16 de maio, de 1954, Carlos Alberto Delgado, uma criança, com onze anos, disse ter visto no lugar da Asseiceira<sup>51</sup>, na altura inserido na freguesia Rio Maior, a figura da “Virgem Maria”. As supostas aparições permitiram romarias de pessoas curiosas (Duarte, 1979: 160). O avolumar de pessoas à Asseiceira obrigou a Igreja a tomar uma posição perante o sucedido. Ao contrário do que tinha sucedido com Fátima, em entrevista realizada a 21 de Outubro de 2012, de forma a poder salvaguardar a ordem social, Augusto Figueiredo, o atual presidente

---

<sup>51</sup> Asseiceira não foi caso isolado de ritual de aparições. De acordo com Luís Aparício, desde Fátima até à Asseiceira, há registo de seis aparições marianas durante o Estado Novo (Aparício, 2005)

da Junta da Freguesia da Asseiceira, refere que as pessoas da Asseiceira foram excomungadas porque queriam o reconhecimento das aparições. Como consequência não houve batizados, casamentos e catequese até 1997. O padre António Pereira Quartilho, que foi enviado para Rio Maior com o objetivo de construir uma igreja, chegou a proibir as romarias à Asseiceira. Perante esta situação, as pessoas da Asseiceira insurgiram-se, tendo a sua população e de toda a região envolvente de Rio Maior, assumido tal acontecimento como seu património. O presidente da Junta da Freguesia refere que o reconhecimento das aparições da Asseiceira só foi conseguido depois de abaixo-assinados, com muita relutância da Igreja de Portugal, uma vez que o direito canónico obriga ao reconhecimento de cultos marianos com mais de 50 anos.

As “aparições” da Asseiceira são um exemplo paradoxal das tentativas da Igreja e do Estado Novo controlarem qualquer acontecimento que pudesse perturbar a ordem social estabelecida, ainda que para isso a Igreja rejeitasse manifestações de fé. Tal opção perante a sociedade insere-se “na defesa da ordem, da autoridade e de um Estado forte” (Brito, 1996: 435)

As práticas religiosas na representação do Norte e no Sul diferem pela sua intensidade. Em relação ao Sul, Descamps observa que «depois da República, as práticas religiosas foram abandonadas em muitas vilas e aldeias, particularmente no Sul e a oeste uma vez que “as pessoas não se casam na igreja e mesmo muitas vezes nem pelo civil, porque isso custava 180\$“ (1975, apud Nazareth: 49). Michael Vester, ao analisar a influência do PCP no Alentejo, refere que “do ponto de vista cultural e emocional, ele [PC] ocupa o espaço social que noutros locais é preenchido pela Igreja Católica” (2007: apud Almeida, 309).

O espaço de influência social representado no Norte é preenchido pela Igreja. Nos cadernos de apontamento de Manuel Cruz Fernandes, participante numa Campanha de Dinamização Cultural em Castro de Aire, definia a atividade do clero como fomentadora de “ignorância política e desinteresse pelas realidades sociais” porque procurava “a eternidade de resignação e da exploração psicológica e física” (2008, apud Almeida: 834-835).

### **3.2.2. O 25 de Abril e a redefinição da Igreja**

O 25 de Abril de 1974 obrigou a Igreja a redefinir o seu papel na sociedade portuguesa, sobretudo a sua relação com o poder político. O historiador José Medeiros Ferreira refere que uma das principais alterações na estrutura social, depois de 1974, foi a relação entre Estado e a religião, sobretudo com a Igreja Católica (Ferreira, 2001:219-223).



Além das mudanças de organização social, também as mudanças de valores foram reconhecidas pelo próprio bispo do Porto, António Ferreira Gomes, ao afirmar que “uma revolução pelos meios de força” deve ser seguida “duma revolução dos comportamentos e costumes” para que a autenticidade da subversão da ordem criada não seja contestada (1975, apud Araújo, 333). De forma evidente, os significados de política e moral misturam-se na construção de uma nova organização social dentro do poder eclesiástico.

Ao contrário de muitas outras revoluções ou mudanças políticas, nem os responsáveis portugueses nem os da Santa Sé estabeleceram uma nova concordata, uma vez que a de 1940 foi revista tendo o casamento religioso sido a questão mais discutida, e desse modo “evitou-se despertar o fantasma do anticlericalismo republicano (e do clericalismo integrista), como havia sido na I república” (Catroga, 2010:368), o que não significa que não tenham ocorrido desajustados com a Igreja na sua redefinição na sociedade, a seguir ao 25 de Abril.

O primeiro conflito que envolveu estruturas da Igreja, com outros atores de mutação social, foi a proibição de reportar a chegada de Mário Soares, Álvaro Cunhal, José Mário Branco e Luís Cília a Portugal, nos noticiários da Rádio Renascença (RR), nos dias 28 e 29 de abril de 1974. Os trabalhadores entraram em greve, e depois da intervenção do MFA, dois administradores foram nomeados pelos trabalhadores (Cruzeiro et al., 1997:92).

No dia 27 de maio de 1975, as instalações da Rua do Capelo, em Lisboa, foram “ocupadas” por um grupo de 20 trabalhadores da RR, número reduzido em comparação com o número de trabalhadores que se opôs à ocupação, cerca de 80, ainda assim suficiente para desafiar a hierarquia da Igreja, o que levou os trabalhadores da RR no Porto a cortar o sinal a partir de Lisboa, e começassem a emitir para todo o território a sua programação (Santos, 2005: 192-193).

O mesmo órgão de comunicação social teria o seu emissor rebentado à bomba, a 7 de novembro de 1975, decisão tomada pelo VI GP, em virtude das dificuldades em restituir as instalações à Igreja. António Costa Pinto ao analisar o que aconteceu na RR considera que esta chegou, inclusive, a ser “porta-voz da extrema esquerda” (Pinto: 1999:37).

Dois outros focos de tensão entre a Igreja e o poder político militar, foi a vigilância do COPCON ao santuário de Fátima em 13 de Outubro de 1974 porque tal peregrinação poderia ser o embrião de “forças reacionárias” que seria necessário enfrentar, denúncia que partiu do PS. Em pleno “Verão Quente”, o bispo de Braga, Francisco Maria da Silva, foi revistado por militares do COPCON, de partida para o Brasil, depois de uma denúncia anónima que garantia o transporte de armas e dinheiro por parte do prelado (Santos, 2005:148-149).

### **3.2.3. A Igreja e a sua influência política**

De forma a perceber como a Igreja redefiniu a sua influência é necessário analisar como a sua influência se notou nos partidos políticos e a sua posição nas eleições para a Assembleia Constituinte a 25 de Abril de 1975.

A influência dos valores ditos cristãos foi misturada com a dialética revolucionária ao nível do discurso partidário, como aconteceu, por exemplo, com o PDC ao referir-se a necessidade de uma “revolução, embora pacífica” (PDC, 1974:24), defendendo o socialismo cristão como modelo de organização social para Portugal (Cervelló, 1993:191). O PDC acabaria por ter uma importância reduzida até 1976, visto que as suas listas de candidatos nas eleições para a Assembleia Constituinte em 25 de Abril de 1975 foram impedidas de concorrer “sob acusação de actividades atentatórias contra o Processo Revolucionário em Curso” (Cruzeiro et al.,1997: 200), em concreto o envolvimento do seu secretário-geral, Sanches Osório, na tentativa de golpe de 11 de março de 1975. O CDS, que tinha feito as suas listas em parceria com o PDC, refê-las com militantes e “independentes”. O partido liderado por Freitas do Amaral também se assumiu como defensor dos valores ditos cristãos, assim como Francisco Sá Carneiro frequentou a Ação Católica. Por outro lado, a denominação “católicos progressistas” referia-se a pessoas que tinham entrado em rotura com a Igreja, sem no entanto deixar de defender “valores cristãos”. Pereira de Moura, líder do MDP/CDE e Maria de Lurdes Pintassilgo foram os rostos mais visíveis.

Se por um lado alguns representantes hierárquicos mostraram a sua preocupação face à eventualidade de instauração de uma ditadura comunista em Portugal, por outro lado vários focos eclesiais denunciaram tal posição. Em 1974, António Ferreira Gomes, num encontro com responsáveis editoriais de boletins paroquiais, ou seja, pessoas que escreviam imprensa lida por pessoas católicas, analisou o conceito de “comunismo” ao exprimir a sua preocupação pela possibilidade de Portugal organizar-se de forma semelhante com “situações que já outros povos experimentaram e de que terão enormes dificuldades em arrancar-se” (1975, apud Araújo:53). Como responsável pela Igreja no Porto, como voz influente no interior da Igreja Católica e em virtude do seu afrontamento a Salazar, as suas observações eram escutadas por diversos setores sociais, não necessariamente católicos. Mas, outras vozes mais radicais surgiram, como, por exemplo, o arcebispo primaz de Braga, Francisco Silva, chegou mesmo a declarar que iria a Fátima se o que ele entendia por comunismo fosse vencido (Walraff, 1976:11-15).

Numa leitura sobre a participação social nas mutações sociais, a Conferência Episcopal da Metrópole considerou que a “nova” organização social devia repudiar os

“figurinos estranhos” à realidade portuguesa, ou seja, a Igreja alinhava na ideia de mudança, mas que o exercício do poder não fosse exercido com base em ideias de organização social que não tinham sido utilizadas na sociedade portuguesa (Conferência Episcopal da Metrópole, 1974:13).

Nas eleições para a Assembleia Constituinte a 25 de abril de 1975, a Igreja pronunciou-se sobre a orientação de voto dos “crentes”. Nos recortes de jornais sobre a Igreja que se encontram no Centro de Documentação 25 de Abril, as edições do Times, Guardian e o Financial Times de 14 de abril de 1975 referem que os responsáveis da Igreja optaram por aconselhar os “fiéis” nas missas que estes estavam “moralmente” proibidos de votar em partidos contrários aos ideais cristãos, ou seja, de cariz ateuista, como, por exemplo, o PCP. No entanto, tal prática não era defendida por todos os responsáveis eclesiásticos, porque em Braga, “três padres progressistas” denunciaram que o arcebispo, Francisco da Silva e outros padres, ameaçaram os católicos para votarem no CDS, caso contrário seriam considerados hereges e cumpririam penas no inferno (Alves, 2009).

Uma notícia de 14 de janeiro de 1975 faz referências a pressões exercidas sobre os párocos de Braga e Bragança para alertarem “os fiéis das suas paróquias contra os partidos de esquerda”. Na edição do jornal A Capital de 11 de novembro foi publicado um comunicado da JS de Sacavém, que informa que na freguesia de S. Pedro, Barcelos, um padre terá aconselhado durante numa missa os fiéis a rezarem para que “os socialistas nem os comunistas” entrassem na igreja. Um outro comunicado da autoria do PS do Norte, a 19 de novembro de 1974, acusa um “certo clero reaccionário” de propagandear boatos como, por exemplo, “Os socialistas são comunistas encapotados que vos querem tirar as vossas casas e os vossos filhos”, “A liberdade que eles apregoam é para poderem abusar das vossas mulheres e das vossas filhas” e “O Marcelo deixou cofres do Estado cheios de dinheiro e de barras de ouro. Estes “gajos” [ministros do Governo provisório] já deram cabo de tudo e devem milhões de contos ao estrangeiro. Vocês não votem nos socialistas”.

#### **3.2.4. Os acontecimentos de Rio Maior e a influência da Igreja**

A relação da Igreja com o meio social de Rio Maior não obedece, de grosso modo, à influência da Igreja tanto no Norte como no Sul. Numa série de reportagens publicadas no Diário Popular, o jornalista César da Silva deslocou-se ao meio social ribatejano de forma a compreender os acontecimentos de Rio Maior surgidos, em Julho. Na primeira reportagem entrevistou um camponês que quando confrontado com alguma questão que não sabia responder, invocava Deus, classificando a sua ação no mundo como socialista (Diário

Popular, 1975:11703, 9). As representações do “Norte trabalhador e católico contra o Sul do universo urbano da capital e do Alentejo arabizante, não cristianizado e “vermelho”” (Pinto: 1999,37) inviabilizavam qualquer representação de Deus como socialista. Tal representação do agricultor aparece como um “meio-termo”.

A constituição da diocese de Santarém, a partir do território que estava englobado na diocese de Lisboa, coincide com o início dos acontecimentos de Rio Maior. No entanto, a ação da Igreja, ou concretamente, de responsáveis eclesiais é paradoxal. Se por um lado, houve missas que eram autênticos comícios anticomunistas, como conta Augusto Figueiredo na entrevista realizada a 21 de Outubro de 2012, por outro lado, o padre Armando, responsável máximo eclesial em Rio Maior a partir de 1968, defendeu os mineiros de Rio Maior nas lutas em que reivindicaram melhores condições de trabalho, recorda Rui Andrade em entrevista realizada a 14 de Maio, tendo sido os mineiros, segundo Fernando Duarte, a maior “célula secreta” do PCP em Rio Maior, a partir da década de 50 (Duarte, 1979: 177 - 218).

Também José Manuel Casqueiro, líder da CAP, estava ao corrente da ação da Igreja. Em entrevista concedida no âmbito da tese de doutoramento de Maria Antónia Almeida sobre a Reforma Agrária em Avis em 29 de Julho de 1998, o secretário-geral da CAP José Manuel Casqueiro, refere que determinados setores da Igreja planearam juntamente com os setores militares e políticos o golpe de 25 de Novembro (2007, apud Almeida: 278). Um dos factos que comprova que a Igreja estava ao corrente do 25 de Novembro foi o toque dos sinos a rebate nas diversas igrejas, nas freguesias e na cidade de Leiria. A Base Aérea 5, em Monte Real, foi uma das ocupadas pelo paraquedistas, tendo os sinos tocado, como nunca tinha acontecido, nem voltou a acontecer, refere o dirigente do PPD de Leiria, Tomás Oliveira Dias (Dias, 1996:33).

### **3.2.5. A Igreja e a violência de norte a sul**

É interessante notar o discurso utilizado no séc. XIX pelos proprietários das terras ao culpabilizavam os camponeses de todos os males, não sendo assim possível o desenvolvimento agrícola. (Casção e Vaquinhas, 1993: 479). Ao extrapolar tal ideia para 1975, nota-se que as pessoas que ocuparam as terras foram muitas vezes apelidadas de “parasitas”. A questão central que motivou tal repulsa perante o slogan “a terra a quem a trabalha” foi o questionar da propriedade privada, motivo pelo qual a Igreja devia atuar uma vez que “o bastião principal contra o qual os comunismos se lançam é a propriedade privada. Destruí-la é destruir o homem“, na ótica do arcebispo de Braga (1976, apud Wallraff:17). O

raciocínio do arcebispo de Braga obedece ao seguinte silogismo - no Sul as terras foram ocupadas, na Rússia as terras foram ocupadas em todo o país, logo as terras serão ocupadas em Portugal como foram na Rússia.

A defesa da propriedade privada por parte da Igreja foi elo de ligação com o MDLP. Alpoim Calvão, um dos operacionais do MDLP, refere que a defesa intransigente da propriedade privada permitiu uma ligação entre a Igreja e as organizações de extrema-direita, que a viam como “a grande campeã da liberdade do povo” (Calvão, 1976:47). Pode-se aferir que na ótica destes dois atores de mutação social, a ideia de liberdade é suportada pela propriedade, ou seja, sem propriedade não há liberdade.

Tal influência notou-se sobretudo nas dioceses localizadas a norte do rio Tejo. Waldemar Paradela de Abreu refere que figuras eclesíásticas das dioceses de Lamego, Bragança, Vila Real e Braga cooperaram no Plano Maria da Fonte, que tinha como objetivo organizar o “povo para a guerra civil” (Abreu, 1983:14). Em entrevista concedida ao historiador catalão Sánchez Cervelló, Paradela de Abreu acrescentou que também as dioceses de Aveiro, Guarda e Leiria cooperaram no plano (Cervelló, 1993:138). Também em Viana do Castelo, Coimbra, Viseu e Castelo Branco decorreram “manifestações em favor da Igreja” “iniciadas pelo MDLP”, portanto as únicas dioceses localizada a norte do rio Tejo onde não há registo de manifestações convocadas em estreita colaboração da Igreja com grupos de extrema-direita foram Porto e Santarém.

**Imagem 12 -Divisão do território por dioceses<sup>52</sup>**



<sup>52</sup> Imagem extraída no Web site Geocities.ws em: <http://www.geocities.ws/atoleiros/Dioceses.htm>.

A diocese de Santarém foi criada em 1975, portanto, até 1975, Rio Maior esteve inserido na diocese de Lisboa. A necessidade de reordenamento da diocese de Lisboa já estava prevista anteriormente, mas é possível estabelecer ligações entre esta decisão e os acontecimentos sociopolíticos de 1975, uma vez que a Igreja criou duas dioceses durante o “Verão Quente” e a Santa Sé nomeou os bispos de Santarém e Setúbal, em meados de julho de 1975, assim como a substituição do bispo na diocese de Portalegre e Castelo Branco, no período que coincide com a organização planeada de ações de violência contra os partidos de esquerda (Diário de Notícias, 1975: 39218, 4). Uma vez que a Igreja, assim como organizações a si ligadas detinham pouca influência no Alentejo (Barreto, 1984:43), tentou aumentar a sua influência no Sul?

Atente-se no caso do concelho de Setúbal. Neste distrito, apesar da hostilidade da maioria da população em relação a representantes do clero, não só mas também em virtude de ser considerada a “cidade vermelha”<sup>53</sup>, o primeiro bispo de Setúbal, Manuel Martins, é referido em inúmeros jornais como “bispo vermelho”, devido à sua ação junto da população.

### **3.3. A VIOLÊNCIA IDEOLÓGICA**

#### **3.3.1. A representação do inimigo – do antifascismo ao anticomunismo**

De forma a perceber a origem do “anticomunismo” em Portugal, é pertinente recuar até um discurso de André Navarro, deputado da União Nacional, proferido no parlamento em 2 de Junho de 1959. O orador refere que o êxito da política do Estado Novo, quer na sua “essência” e quer ainda nos “seus princípios”, se deve ao seu carácter “anticomunista”, atribuindo ainda à “campanha antissalazarista da oposição portuguesa” o facto de Portugal ter sido um dos “pioneiros do anticomunismo na Europa” e Salazar ser o “representante máximo dessa luta” (s/d, apud Pereira).

De acordo com Cervelló, o programa do MFA que entrou em rutura com o passado ao nível da organização social que estava estabelecida em Portugal, influenciou outros atores de mutação social a “demonstrar a sua desvinculação do “Estado Novo””, tais como empresas e pessoas em nome próprio que “encheram com anúncios pagos os jornais para desmentir a sua presumível relação com a DGS<sup>54</sup> e para se demarcarem da ditadura” (Cervelló, 1993:191). O

---

<sup>53</sup> Ao desconhecer-se a proveniência de tal expressão, sabe-se que se refere às diversas ações coletivas de radicais de esquerda e anarquistas que começaram pelo menos a partir da I República. Setúbal é também conhecida por ser a “Barcelona” portuguesa.

<sup>54</sup> Direcção Geral de Segurança

historiador Diego Cerezales afirma que entre 1974-1976, a percepção de inimigo se deslocou do “eixo fascismo/anticomunismo” em que estava dividida a sociedade para o “eixo comunismo/anticomunismo”, a seguir às eleições para a Assembleia Constituinte a 25 de Abril de 1975, porque os dois partidos maioritários assumiram o anticomunismo como prioritário na sua “estratégia política e discurso” (Cerezales, 2003b:1135).

Josep Sanchez Cervelló refere as quatro componentes que orientaram as ações políticas e violentas imbuídas de espírito anticomunista, partindo da premissa de que o comunismo difundido a partir de Moscovo podia implantar em Portugal uma nova ditadura<sup>55</sup>. O “anticomunismo primário” que rotulou de igual maneira ações em que participavam militantes do PC, de outros partidos de extrema-esquerda e também militares de esquerda, “explodia quando grupos direitistas, em dias de romaria ou festas locais, faziam inflamados discursos nacionalistas e cristãos” seguindo-se o assalto e a destruição dos CT do PCP e de outras organizações.

Além da Igreja, o movimento anticomunismo apoiou-se em três outras componentes – “a ajuda operacional, técnica e económica de Espanha”, a “colaboração com os militares contrários ao 25 de Abril” e a “concordância de todas as forças políticas desde os socialistas até à direita, maioritárias nos distritos do norte e do centro”. Desde modo, a hegemonia do eixo anticomunista sobrepõe-se no Norte, o que explica a subversão que existiu perante as leis emanadas de Lisboa por parte da população que residia a cinquenta quilómetros a norte de Lisboa, circunscrevendo-se o poder do governo “às áreas da grande Lisboa, à sua área industrial e ao Alentejo” (Cervelló, 1993: 237 - 238). Tal facto agudizou-se com a posse do V GP, o mais à esquerda na sua composição<sup>56</sup>, porque, para além do “anticomunismo”, recolheu fraco apoio pelas forças militares, partidárias e pelo próprio PCP (Varela, 2012;153).

Depois do golpe “Palma Carlos”, da “maioria silenciosa” a 28 de setembro de 1974, do 11 de Março de 1975, era necessário um plano mais profundo, que fosse à raiz da sociedade de forma a levar em diante os objetivos de condicionar as ações partidárias de esquerda ou quaisquer outras contrárias aos valores da propriedade privada, ou seja, a ida à mais pequena paróquia conversar com o elemento mais influente na quase totalidade das freguesias do Norte – o padre. Segundo Paradela de Abreu, para transmitir a mensagem aos representantes de Deus, a estratégia a utilizar era clara - “a linguagem da violência”. Como precaução, Paradela de Abreu refere que além do contacto com o padre, para ter grande

---

<sup>55</sup> Veja-se sobre esta questão as observações que Raquel Varela efetua no seu artigo “ O PCP quis “tomar o poder””? (Varela, 2012:139-160) e no livro A história do PCP na Revolução dos Cravos (Varela, 2011)

<sup>56</sup> O V GP foi composto por sete militares, seis independentes, quatro militantes do MDP/CDE e um do PCP.

capacidade de mobilização, as forças de extrema-direita e a Igreja tinham de ter perceção quem era afinal o “povo do norte”. De acordo com Abreu, gente simples e individualista (Abreu, 1983: 11-56).

Um dos exemplos de ações planeadas pela extrema-direita foi o plano Maria da Fonte. Parabela de Abreu, um dos operacionais desse plano, conta que o primeiro passo foi contactar os bispos das diversas dioceses existentes no Norte, tendo aderido os de Braga, Bragança, Lamego, Leiria, Guarda e Aveiro. No entanto, mais do que contactar os bispos, eram necessárias figuras importantes na hierarquia eclesiástica, os chamados “operacionais” e nesse sentido, um dos responsáveis pelo plano “Maria da Fonte”<sup>57</sup>, contactou de forma direta com o “cónego Aníbal, de Lamego; o cónego Ruivo, de Bragança; um representante do Bispos de Bragança; [...] o monsenhor Sarmento, de Vila Real de Trás-os-Montes e o cónego Melo, de Braga” (Abreu, 1983:14).

Os elementos da Igreja e Carlucci estabeleceram contactos. O embaixador dos EUA em Lisboa, conta que bastava almoçar com o arcebispo de Braga para perceber a sua visão sobre o comunismo, e chega a afirmar que a “contrarrevolução começou com os padres das aldeias do Norte de Portugal” (2007, apud Sá: 202).

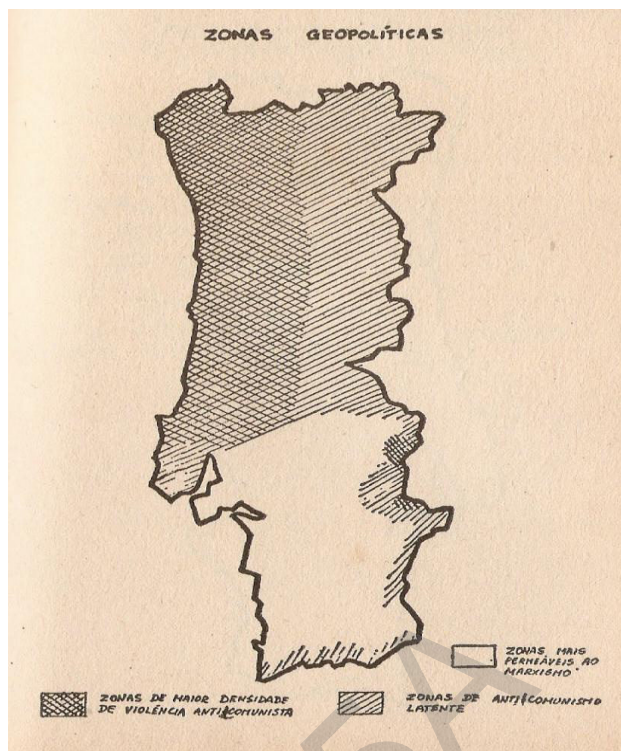
Por outro lado, os operacionais “anticomunistas” contactaram com militares, como, por exemplo, o antigo membro da Junta de Salvação Nacional, Calvão de Melo. Num encontro que decorreu no dia 30 de Outubro de 1975, em Braga, os militares e civis reuniram-se com o mesmo objetivo - conciliar sinergias na atuação dos padres nas suas paróquias, dos operacionais de distintos pontos e dos “chefes locais”, por outras palavras as pessoas que tinham influência em determinado meio social (Abreu, 1983:159).

---

<sup>57</sup> Atente-se na recuperação de levantamentos populares, Maria da Fonte em 1848, como meio de mobilizar e valorar as ações violentas.



### Imagem 13 - Geografia da violência<sup>58</sup>



No dia 13 de julho de 1975, no mesmo dia que tinha início os acontecimentos de Rio Maior, em Aveiro, na manifestação de apoio à Igreja com o bispo “à cabeça”, este apelou à realização de manifestações por parte dos católicos do Minho ao Algarve. Esta foi uma das cinco manifestações efetuadas por católicos em apoio à Igreja (Vida Mundial, 1975: 1874: 50-52). As manifestações em apoio à Igreja foram aproveitadas pelos grupos terroristas para atacarem as sedes dos partidos de esquerda (Gomes, 1981:209), como, por exemplo, o centro de trabalho do PCP foi assaltado a seguir à manifestação de apoio ao episcopado de Braga (A Capital: 1975: 2608, 8).

Outros dos instrumentos utilizados foi o toque dos sinos a rebate, que está associado ao anúncio da morte de alguém, tendo sido extrapolado o seu uso como meio utilizado nas ações comunistas, de forma a transmitir a mensagem que algo de prejudicial para a população podia acontecer se esta não se mobilizasse, como, por exemplo, nas três noites negras de Leiria<sup>59</sup>. O estratega do plano “Maria da Fonte” confirmou que o toque dos sinos a rebate

<sup>58</sup> Mapa de operacionais do MDLP que se localiza no livro do jornalista alemão Gunter Wallraff (Wallraff, 1976:127).

<sup>59</sup> Os três dias seguidos que tal expressão enuncia, refere-se ao título da reportagem que Sttau Monteiro escreveu sobre os assaltos aos partidos de esquerda em Leiria, entre 24 e 26 de Agosto de 1974.

tinha mais consequência, entenda-se mobilizar mais pessoas, que as comunicações de rádio utilizadas naquela altura (Abreu, 1983:144).

### Quadro 3 – Geografia das ações violentas no Norte e Sul em 1975<sup>60</sup>

<b>Tempo/ Espaço<sup>61</sup></b>	<b>1º Semestre</b>	<b>2º Semestre</b>	<b>Total alvos</b>
<b>Esquerda Norte</b>	10	190	200
<b>Direita Norte</b>	4	0	4
<b>Esquerda Sul</b>	1	13	14
<b>Direita Sul</b>	7	1	8

No primeiro semestre, os alvos à esquerda e à direita equivalem-se uma vez que até ao 11 de Março, a hegemonia política não estava bem definida, tampouco tais ações coletivas foram objeto de planeamento. Até às eleições de 25 de Abril de 1975, os partidos de direita foram os principais alvos. Depois das eleições, deu-se um volte face, ainda que não substancial, tendo os alvos transferindo-se da direita para a esquerda. A motivação de tais ações foi de cariz popular, mas com influência caciquista, assim como os primeiros testes do ELP. Mais tarde, o MDLP adotou o mesmo procedimento. Em relação à localização dos alvos, existiu um número quase residual em relação a alvos de direita no Norte e no Sul em relação a alvos de esquerda. A dicotomia entre o Norte e o Sul, que se confunde com a disputa entre a direita e a esquerda, foi equilibrada no primeiro semestre de 1975. A partir do assalto à sede da FSP e ao CT do PCP, em Rio Maior, seguiram-se mais 188 acontecimentos violentos a alvos de esquerda, incluindo-se no “Norte” duas ações que tiveram lugar em Algoz (Silves) e Faro, fora da ZIRA, e as ações violentas nos arquipélagos. Considera-se o PS de esquerda nesta análise porque quatro das suas sedes foram alvos, tendo sido o “anticomunismo” o motivo de tais ações. Quando se referem alvos, significa que foram tentativas falhadas ou consumadas. Considerou-se os dados válidos quando estes apareceram em mais que duas fontes credíveis. De forma natural, em virtude das diversas informações díspares, existe possibilidade de erro, sobretudo nas datas<sup>62</sup>. Outros atos de violência não foram considerados

60 Consultar anexo - Cronologia de manifestações de natureza política violentas em 1975.

61 O sul compreende à ZIRA, assim como o distrito de Lisboa. O Norte corresponde ao restante território acima da ZIRA e do distrito de Lisboa, à área fora da ZIRA localizada no Algarve e aos arquipélagos da Madeira e Açores.

62 Ver anexo - Cronologia de manifestações de natureza política violentas em 1975.

por dois motivos: não foi possível confirmar o prevaricado e outras ações violentas foram dirigidas a sindicatos e outras associações coletivas.

### **3.3.2. 13 de Julho - padrão de violência?**

Na crónica “A violência alastra entre um povo rural”, de José António Saraiva, publicada a 21 de agosto de 1975 na *Vida Mundial*, o ensaísta afirma que as ações violentas planeadas contra os partidos de esquerda no Centro e Norte, inserem-se numa “estratégia global da direita” integrando-se “inúmeras forças, advertidamente e não”.

À pergunta, se os acontecimentos de Rio Maior foram “um acidente isolado”, responde que não, porque passados uns dias, acontecimentos semelhantes ocorreram no Cadaval<sup>63</sup> e na Lourinhã<sup>64</sup>, ao mesmo tempo que outras ações violentas tinham lugar no Norte contra os partidos de esquerda, em especial contra o PCP<sup>65</sup>.

Outro motivo foi o modo de exploração das atividades produtivas relacionadas com a agricultura, tal como Rio Maior. Há um motivo que não coincide com o exemplo do 13 do Julho, que diz respeito à influência que o PC detinha nas estruturas de administração local. Na crónica já citada de António José Saraiva, este constata que a influência do PC na Comissão Administrativa de Alcobaça foi um dos motivos que determinou que a 22 de julho de 1975, o CT do PCP fosse incendiado, assim como as próprias instalações da Câmara Municipal atacadas. Também a ação violenta contra o centro do PCP e a sede do MES do Bombarral, a 6 de agosto de 1975, foram motivadas pela influência que os partidos de esquerda tinham na Comissão Administrativa. Assim como nos acontecimentos de Rio Maior, a terminologia utilizada pelo PCP nos seus documentos publicados para esclarecer os acontecimentos é semelhante com o “caso Rio Maior” porque a Direção da Organização Regional do Oeste – Ribatejo, do PCP, considerou que o assalto ao CT de Alcobaça e a Câmara Municipal foram efetuadas por um “bando de fascistas”.

O historiador catalão não tem dúvidas em considerar o assalto ao CT do PCP “como o início da escalada anticomunista do “Verão Quente”” porque “ainda que anteriormente se tivessem verificado agressões contra militantes de esquerda, a novidade a partir daqui foi a planificação sistemática das acções” (Cervelló, 1994:12).

Na edição de julho/agosto de 1975, na revista conimbricense de arte e cultura *Vértice*, Orlando de Carvalho afirma que “a onda de autêntico vandalismo que, de Rio Maior a Aveiro,

---

<sup>63</sup> O CT do PCP no Cadaval foi alvo de violência na noite de 17 de Julho de 1975.

<sup>64</sup> O CT do PCP na Lourinhã foi alvo de violência nas noites de 15 e 17 de Julho de 1975.

<sup>65</sup> Ver anexo - Cronologia de manifestações de natureza política violentas em 1975.

a Braga, a Famalicão, a Viseu, a Alcobaça, ao Bombarral, aos Açores” despertou “os mais sórdidos despeitos da burguesia ou a inocente ignorância do lumpenproletariat,“ classificando-a como “terror ideológico e homicida”, criticando as “forças de ordem” pois “raramente intervêm” (Vértice, 378-379: 427).

Mário Ventura Henriques, numa crónica intitulada “Os acidentes de Rio Maior”, publicada a 17 de julho de 1975 no Diário de Notícias, afirma que entre Rio Maior e Luanda “a reacção estendeu um eixo de esperança” com o propósito de acabar com a revolução e garantir uma “ordem tradicional”. O jornalista considerou a população de Rio Maior “simpática” e laboriosa pelo que culpar os “caciques locais, os comunicados partidários ou o alheamento das autoridades” é dividir as “forças progressistas” num local acidentado geograficamente. Segundo o próprio, o problema é mais profundo porque a população de Rio Maior foi manietada “para uma manobra mais vasta e tenebrosa”, que de forma implícita o cronista relaciona com meios violentos, ou seja, “extensos perigos que preparam o salto sobre a Revolução portuguesa”, assim como se estava a implementar um clima de terror em Angola que visava “a verdadeira independência” face ao imperialismo (Diário de Notícias, 39217, 7).

### **3.3.3. A violência em Rio Maior**

Na reportagem publicado pelo jornal O Diário, a 5 de maio de 1976 sobre Rio Maior, o jornalista escreve que as “forças de esquerda são obrigadas a viver na clandestinidade”, e mesmo o PS, já estava a ter ação política de forma semiclandestina (O Diário, 73,1).

A memória da violência perante o clima que se instalou em Rio Maior é considerável nos militantes dos diversos partidos de esquerda. Rui Andrade, antigo militante do MDP/CDE, refere na entrevista supracitada, que muitas pessoas conotadas com a esquerda tiveram de sair de Rio Maior, não só as pessoas que iam participar na reunião no GL, mas também pessoas que habitavam em Rio Maior. O militante socialista Nuno Carvalho lembra na entrevista já referida, que José Joaquim Paulo, pessoa conotada com o PCP que geria a empresa “Claras”, a rodoviária de Rio Maior, foi alvo da tentativa de um incêndio. Ao militante socialista Arlino Santos telefonaram-lhe e disseram que o “melhor seria sair de Rio Maior”, conta na entrevista já mencionada.

Na reportagem já citada do jornal O Diário, Nuno Carvalho refere que a CAP aterroriza Rio Maior (O Diário, 1976: 73,1). Questionado pelo jornalista Gunter Wallraff sobre se detinham força no Sul, Luís, operacional do MDLP, referiu que a organização de extrema-direita controlava as associações de agricultores de Rio Maior, Coruche Santarém e Elvas (Wallraff, 1976:62). O militante comunista, João Narciso recorda na entrevista já

mencionada que era impossível ter uma vida tranquila na rua, visto que a toda a hora se ouvia “aquele gajo não está aqui a fazer nada, é um comunista, tem de sair daqui parta fora”. Na entrevista já referida, o agricultor Nazaré Gomes admite excesso de violências com os comunistas de Rio Maior, que no seu entender, não eram os culpados, observando mesmo que se relacionou “bem com quase todos”.

Além de pessoas que tiveram atividade política, também houve “casos de jornalistas espancados, outros obrigados a sair da vila” conta o jornalista na reportagem supracitada (O Diário, 73,4). Na entrevista já citada Rui Andrade recorda que José João Louro, jornalista de uma agência internacional, que trabalhava em Lisboa, e esteve a reportar os acontecimentos de Rio Maior, foi perseguido.

Já depois da barricada de 24 de novembro, no dia 11 de dezembro de 1975, pode ler-se na ata da reunião que o CR discutiu o possível plenário de agricultores de dia 14 de dezembro de 1975, tendo sido referido que a Intersindical receava uma pressão forte que exigisse a demissão do CR, de Costa Gomes e Melo Antunes. O Primeiro-ministro Pinheiro de Azevedo propôs evitar a manifestação. Na mesma reunião, Sousa e Castro condenou as declarações de Galvão de Melo proferidas enquanto segurava uma moça no comício em Rio Maior, pelo que o CDS foi notificado para ter uma postura pacífica de “construção pelo socialismo”.

### **3.4. O BOATO É UMA ARMA?**

#### **3.4.1. O boato e a imprensa**

O poder do boato foi erigido através da sua moldagem no espaço público e também na opinião pública através da comunicação “boca-a-boca”. Rodolfo Bogonha divide o boato em dois tipos: “espontâneo e fabricado com o objectivo de propaganda ou contrapropaganda”. O descontrolo e influência do boato no espaço público como meio de pressão no poder político e de mobilização social que pode levar mudança política no sistema político é de tal consideração que em 1942, os EUA criaram a Agência de Informações de Guerra (OWI) com o objetivo de desmentir os boatos (Bogonha, 993:150)

Em 1975, a imprensa no geral, os jornais em particular, eram reconhecidos como meios privilegiados de transmitir informação em virtude da sua luta pela liberdade de expressão, mas também da “sacralidade” da palavra. O boato relacionou-se com a imprensa através de duas funções distintas: ou a imprensa ajudava na propagação do boato fomentando-o no espaço público ou o boato já estava de tal forma consolidado que podia insurgir-se contra a imprensa, desconsiderando-a.

De forma a perceber a dimensão do boato entre 1974 -1975, em Portugal, o jornalista Adelino Gomes, aquando da reportagem sobre a tentativa de putsch a 11 de março de 1975, afirmou que tinha sido lançado o boato de um atentado contra Spínola por parte da Liga de União e Acção Revolucionária (Santos, 2006:157). A 5 de agosto de 1975, o Banco de Portugal desmentiu o boato sobre uma “eminente bancarrota”. O objetivo de tal boato foi exclusivamente de motivação política, contra a “banca nacionalizada” (Noronha, 2011: 570-571). Uma trabalhadora agrícola telefonou para o patrão e aconselhou-o a retirar os seus pertences da propriedade, pois havia boatos que esta seria ocupada, sabendo ela que a propriedade seria ocupada no dia seguinte (2007:apud Almeida:322).

### **3.4.2. O poder da palavra nos acontecimentos**

Nos acontecimentos de Rio Maior, a construção de diferentes interpretações tornaram acontecimentos de dimensão concelhia num problema que passou a envolver diversos atores de mutação social a nível nacional, visto que o PS, FSP, COPCON, da 5ª Divisão, o PCP, o PPM, a empresa “Carnes Nobre”, Amílcar Barbosa responsável pela empresa “J.T. Barbosa”, o jornal O Comércio do Porto, o “povo de Rio Maior” e a Comissão Administrativa de Rio Maior reagiram aos acontecimentos através de comunicados e inclusive, até um comunicado redigido por representantes das Comissões de Trabalhadores de cinco jornais, Diário de Lisboa, O Século, A Capital, O Jornal do Comércio e Diário Popular foi publicado.

José Meira Burguete, militante do PS de Rio Maior transcreveu no seu livro alguns dos comunicados que foram emitidos sobre os acontecimentos de Rio Maior. Em relação à reunião em Rio Maior da LPMA de Santarém, dia 13 de julho de 1975, assim que começa o assalto à sede do PCP, é lançado o primeiro comunicado por parte do PS de Rio Maior, que crítica de forma negativa o sectarismo evidenciado pelos militantes do PCP de Rio Maior e da União das LPMA do Ribatejo, porque tanto os militantes como a Liga não convidaram outras forças políticas, nem agricultores para a reunião. No entanto, repudiou a violência registada no CT do PCP (Burguete, 1978:30-31).

Na ânsia de acompanhar os acontecimentos, militantes do PS deslocaram-se ao posto da GNR, ao que lhes foi dito que tinham sido apreendidas armas no carro de um militante do PC. De seguida, o PS de Rio Maior lançou um segundo comunicado intitulado “Povo de Rio Maior não é reaccionário”, em que eram reiteradas críticas à secção local do PC sobretudo em não ter procurado cooperação com outras forças partidárias, uma vez que o PS e o PCP “sempre trabalharam na maior união”, em Rio Maior. No terceiro comunicado, o PS de Rio Maior relaciona os acontecimentos de Rio Maior com a situação sociopolítica nacional porque

argumenta que o PC de Rio Maior não procurou aproximar-se do PS de Rio Maior para realizar a reunião em virtude de uma campanha contra o PS promovida pelo PC nacional, inclusive no interior das classes trabalhadoras, alegando “que a saída do Governo representou uma “actividade contra-revolucionária””<sup>66</sup> (Burguete, 1978: 32 – 33).

Um dos partidos visados com a destruição da sua respetiva sede foi a FSP. A secção de Rio Maior emitiu um comunicado disponível na edição do Diário Popular de 14 de julho de 1975. O partido surgido depois de uma dissidência no interior do PS, no congresso que colocou em disputa Manuel Serra e Mário Soares, realizado entre 13 e 15 de dezembro de 1974, atribuiu às “forças reacionárias” a origem dos acontecimentos, ou seja, à ação caciquista das empresas Carnes Nobres e dos “Barbosas”, uma alusão clara à empresa de vinhos J.T. Barbosa, assim como aos “partidos fascistas que lhe dão cobertura” e das forças “sociais democratas” como, por exemplo, o PS e o PPD, esclarecendo que todo o seu recheio foi destruído (Diário Popular, 1975:11691,9).

O PCP não reagiu de imediato, só dia 15 de julho de 1975. Sobre o assalto ao seu CT, a Comissão Política do Comité Central do PCP não quis referir o que aconteceu em específico no seu CT, preferindo englobar o assalto, a consequente destruição de documentação e dos jornais Diário de Lisboa e Diário Popular no dia seguinte, numa análise à situação sociopolítica do país, considerando que a direção do PS fomentou um “clima de tensão e violência”.No seguimento das acusações do PC, a secção do PS de Rio Maior defendeu-se ao referir que nada “teve com os acontecimentos, atribuindo os mesmos a exclusiva iniciativa popular”, acrescentando que protegeu militantes do PC que se refugiaram na sede socialista, num comunicado que se encontra também no livro do militante socialista (Burguete, 1978: 36).

Num outro comunicado emitido pela FSP a nível nacional, este partido fez a analogia entre o início dos acontecimentos de Rio Maior e a manifestação convocada pelo PS em que os manifestantes apoiavam a decisão do PS de sair do IV GP<sup>67</sup>, englobando os acontecimentos de Rio Maior no objetivo de “paralisar o país” através de “apadrinhamento” de uma “série de acções reaccionárias”, pode ler-se na edição de 15 de julho de 1975 no Diário Popular (Diário Popular, 11692, 45).

Ao que se constata o PPM não tinha expressão em Rio Maior. No entanto, também “marcou terreno” ao lançar um comunicado de louvor perante o assalto às sedes do PCP e da FSP e da destruição dos jornais. Engloba tais ações na luta “de um Portugal verdadeiramente

---

<sup>66</sup> O PS abandonou o IV GP a 10 de Julho, três dias antes do início dos acontecimentos de Rio Maior.

<sup>67</sup> O PS saiu do IV GP a 10 de Julho de 1975, três dias antes do início dos acontecimentos de Rio Maior.

livre e próspero”, denunciando o caráter partidárias das LPMA, finalizando com uma saudação que remete Rio Maior a um exemplo que deve ser seguido em todo o país através das exclamações “O Povo de Rio Maior venceu!” e “Portugal vencerá” (Burguete, 1978:38).

Na edição de 16 de julho de 1975, o Jornal de Notícias publicou um esclarecimento da 5ª Divisão em que os acontecimentos de Rio Maior são referenciados, de forma subentendida, como o início de ações planeadas, a julgar pelo título utilizado pelo diário - “prevê-se uma escalada das forças reacionárias que poderá atingir o absurdo de pôr em causa a legitimidade revolucionária do MFA” (Jornal de Notícias, 44, 2).

A Comissão de Trabalhadores das “Carnes Nobre” e Amílcar Barbosa, responsável da J.T. Barbosa, reagiram através de comunicado à acusação do comunicado da FSP, secção de Rio Maior, que tinha afirmado que os caciques destas duas empresas tinham fomentado a barricada à frente do GL e o posterior assaltos ao CT do PCP e à sede da FSP. A Comissão de Trabalhadores da empresa “Carnes Nobre” aprovou o conteúdo do comunicado em plenário, em que desmentiu a sua participação nos acontecimentos (Burguete, 1978: 40-41).

Amílcar Barbosa, responsável da “J.T. Barbosa”, também declinou qualquer intervenção nos acontecimentos. Em resposta a um aviso que também foi endereçado à indústria das “Carnes Nobre”, emitida pela intitulada Brigada Revolucionária (BR)<sup>568</sup>, Amílcar Barbosa esclarece que vivia amedrontado com a culpabilização que estava a ser alvo pela sua suposta participação nos acontecimentos do 13 de Julho, colocando-se à disposição do povo para o julgar, por exemplo, em “Tribunal Popular”<sup>69</sup> (Burguete, 1978: 42).

Nas edições de 16 de Julho de 1975, tanto o Diário Popular como o Diário de Lisboa, os jornais queimados em Rio Maior a 14 de julho de 1975, publicaram um comunicado redigido por representantes das Comissões de Trabalhadores de cinco jornais, Diário de Lisboa, O Século, A Capital, O Jornal do Comércio e Diário Popular. O comunicado refere que a queima de jornais só interessava a quem não está interessado em construir uma “sociedade socialista”, por isso, sem interesse para a população de Rio Maior. O comunicado estabelece ainda relação entre a decisão de “institucionalizar o poder popular através de assembleias democráticas de base”, decisão da Assembleia do MFA a 8 de julho de 1975, e os

---

<sup>68</sup> Entre 1975 e 1976, muitas “supostas” organizações foram inventadas para situações pontuais com objetivos específicos. A falta de informação sobre a BR5 poderá indicar que esta foi uma delas.

<sup>69</sup> Recorde-se que o “Caso José Diogo” foi resolvido em “Tribunal Popular”. José Diogo foi um operário agrícola que na sequência de uma discussão com o latifundiário e antigo presidente da câmara municipal de Castro Verde, Columbano Líbano Monteiro, porque este estava a desrespeitar a Convenção de Trabalho Rural assinadas entre a ALA e os sindicatos agrícolas, esfaqueou-o, tendo Columbano recusado tratamento e falecido. Condenado por um “tribunal burguês”, a pressão popular teve como consequência a realização de um “tribunal popular” que o ilibou de qualquer responsabilidade na morte de Columbano Monteiro.



acontecimentos de Rio Maior, uma vez que estes tinham como objetivo “destruir as conquistas já alcançadas pelo Povo português” (Diário Popular, 11693: 17; Diário de Lisboa, 18816: 5). Já antes, na edição de 15 de julho de 1975, O Comércio do Porto tinha mostrado solidariedade com os colegas jornalistas “atingidos pela atitude, impensada ou criminosa, de pessoas de Rio Maior ou qualquer outra parte”, não obstante inexatidões poderem constatar nas notícias (O Comércio do Porto, 42:7).

Sobre os ângulos de abordagem jornalística que poderão ter levado à recusa de informação das pessoas de Rio Maior que se consumou com a queima do Diário de Lisboa e o Diário Popular, no dia 14 de julho de 1975, o Diário de Lisboa utiliza como título “reaccionários destroem sedes do P.C.P. e da F.S.P”, na notícia sobre a barricada à frente do GL e do assalto ao CT do PCP e à sede da FSP (Diário de Lisboa, 1975:18814, 20) e o Diário Popular atribuiu a “conhecidos caciques da região” os assaltos (Diário Popular, 1975:11691, 9). O significado da palavra “cacique” é pejorativo porque implica uma relação de subordinação de alguém perante outrem, perceção de realidade social contrária à visão das pessoas que participaram na barricada ao GL, porque na sua ótica, participaram porque estavam a defender o seu modo de vida e não aceitaram que essa mesma defesa fosse adjetivada por expressões hostis, como, por exemplo, “reação”, “reacionários”, “albergues de pides” ou “quintal de caciques”, expressões utilizadas nos conteúdos jornalísticas não só desses dois jornais, mas também no Jornal de Notícias, A Capital, Diário de Notícias, O Século.

O PPD só reagiu a seguir à reunião que teve lugar no edifício da Câmara Municipal de Rio Maior, na noite de 15 de julho de 1975. Em comunicado que pode ser lido na edição de 17 de julho do Jornal de Notícias e na edição de 19 de Julho de 1975 do Correio do Ribatejo, semanário regional que a população de Rio Maior tinha acesso, o PPD, além de condenar a violência ao CT do PCP e da sede da FSP, observa que foi a primeira vez que ações violentas contra pessoas e sedes partidárias, foram tratadas através de uma reunião fomentada pelo Ministro da Administração Interna, o militar António Metelo, o que não se tinha verificado noutros ataques a sedes partidárias, não obstante, terem ocorrido onze ações violentas até à data<sup>70</sup> (Jornal de Notícias, 45, 3; Correio do Ribatejo, 4394, 2-12).

Até o próprio COPCON, que interveio nos acontecimentos, em comunicado publicado nas edições do Diário Popular, no Diário de Notícias, no jornal O Século a 16 e no Correio

---

<sup>70</sup> Ver anexo “Cronologia de manifestações de natureza política violentas em 1975”.

do Ribatejo a 19 julho de 1975, pronunciou-se sobre os acontecimentos, ao referir os motivos que estiveram na origem. O primeiro foi o carácter sectário da reunião convocada por militantes do PC uma vez que “a população de Rio Maior acusa não ter sido dada a devida publicidade a esta reunião, que foi apenas de conhecimento individual de alguns militantes do PC, ficando assim impedida de participar num assunto que lhe dizia diretamente respeito”. A falta de informação contribuiu para um agudizar da situação, uma vez que na entrevista supracitada de Nazaré Gomes, este agricultor conta que souberam da realização da reunião na véspera, mobilizaram-se e reuniram-se todos em frente às instalações do GL.

O segundo motivo está relacionado com o poder do boato, não só a possível ocupação do GL, mas também a ocupação dos minifúndios dos agricultores de Rio Maior, tema nunca referido no Decreto-Lei nº 406 de 29 de julho de 1975.

O terceiro motivo foi a “exploração do anticomunismo”, que se constata nas entrevistas de Joaquim Nazaré Gomes, Alberto Costa e José Pulquério, que responderam afirmativamente à pergunta se recebiam uma ditadura comunista, em Portugal. O quarto motivo foi o confronto hermenêutico que os comunicados anteriormente analisados possibilitaram ao representar de forma distinta os acontecimentos, neste caso, o choque entre os comunicados emitidos pelo PCP e pela FSP que foram lidos via rádio e TV, que por conseguinte influenciaram a “espera às viaturas” onde eram transportes os vespertinos Diário de Lisboa e Diário Popular (Diário Popular, 1975: 11693, 17; Diário de Notícias, 1975: 39216, 4; O Século, 1975: 33424, 1-4; Correio do Ribatejo, 1975: 4394, 12).

A própria Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Rio Maior, emitiu um comunicado a 17 de julho de 1975, em que a principal nota de destaque recai no tratamento jornalístico que os acontecimentos de Rio Maior foram sujeitos nos órgãos de comunicação social, a saber a RTP, EN, RCP e o jornal A Capital, considerando-o o tratamento jornalístico aceitável e apelando para um “ambiente de calma, trabalho e são coexistência entre todos”, uma vez que o ambiente em Rio Maior “esteve escaldante, tendo a população enfurecida perseguido e atentado contra a integridade física de alguns militantes do P.C. e F.S.P” (Correio do Ribatejo, 1975: 4394, 2).

Um comunicado assinado como “povo de Rio Maior”, que segundo esclarece a notícia de 19 de julho do Correio do Ribatejo, foi redigido por agricultores e militares com participação direta nos acontecimentos. No comunicado, que também se publicou nas edições de 16 de julho de 1975 do Diário Popular e do O Século, o “povo de Rio Maior” indignou-se com a “humilhante e insidiosa adjectivação através da Rádio, da TV e da Imprensa” em relação às tomadas de posição nos “assuntos de interesse local que a ele e só a ele dizem

respeito”. As notícias dos jornais são visadas, como, por exemplo a designação de “albergue de pides” e “quintal de caciques”, assim como os comunicados do PCP e da FSP que acusam de influenciarem os órgãos de comunicação social (Diário Popular, 1975:11693, 17; O Século, 1975: 33424, 4; Correio do Ribatejo, 1975: 4394, 2).

A imensidade de comunicados de que foram objeto os acontecimentos de Rio Maior no mês de julho de 1975 voltaria a repetir-se em menor escala nos dias seguintes à barricada de 24 de novembro de 1975. Entretanto ressurgia em Rio Maior, a 22 de novembro, um jornal que se assumiu como uma voz de Rio Maior em relação aos acontecimentos que estavam a ser publicados – o jornal regionalista do concelho de Rio Maior, *Vida Social*<sup>71</sup>, que alterou a sua designação para *O Zé* em 1976.

A secção do PS de Rio Maior também foi a primeira estrutura partidária a emitir um comunicado, que se encontra de forma parcial na edição de 3 de dezembro de 1975 do jornal *Vida Social*, afirmando que “o Povo do Concelho de Rio Maior teve grande influência no abortar da tentativa golpista do 25 de Novembro”, atribuindo tal tentativa a um “grupo minoritário, movido pela loucura da implantação por meios violentos de um sistema que contrária a vontade, a tradição e os sentimentos do povo português” (*Vida Social*, 2, 2).

Nas página do mesmo jornal, também a Comissão de Vigilância Portuguesa, (CVP), na edição de 3 de dezembro de 1975 do jornal *Vida Social*, engrandeceu a barricada ocorrida no dia 24 de novembro em Rio Maior, classificando-a como “vila da liberdade”, propondo mesmo a realização de uma manifestação de abrangência nacional em louvor do “Povo de Rio Maior”, uma “recolha de fundos destinados a dar ao Povo de Rio Maior um bom estabelecimento de ensino secundário e um bom hospital” e que cada município renomeie ou batize uma rua com a expressão “RIO MAIOR – A VILA DA LIBERDADE” (*Vida Social*, 1975: 2,2).

O jornal *Vida Social* refere que chegaram muitos telegramas ao GL e à Câmara Municipal de Rio Maior, a louvar “as suas corajosas iniciativas em prol da Revolução do 25 de Abril”. Do Norte vieram dois de Bragança, um Braga, Valença e São João da Madeira, assim como dois de Lisboa (*Vida Social*, 1975: 2,3)

---

<sup>71</sup> O jornal *Vida Social* foi recuperado depois de algum tempo de interregno. O periódico surgiu em 1956 com o nome de *Jornal de Rio Maior*, tendo alterado a sua designação para *Gazeta Regional* em 1959. No seu dicionário político sobre o 25 de Abril, John Andrade considera *O Zé* como “o porta-voz da resistência popular anti-comunista a norte do Tejo” (Andrade, 2002:435).

### **3.4.3. Boatos em Rio Maior**

Nos comunicados atrás analisados é possível identificar alguns boatos com papel provavelmente significativo nos acontecimentos. O primeiro dos quais, que os “comunistas” vinham tomar o GL de forma a preparar as ocupações de propriedades. Este boato advém do Decreto-Lei nº 406-A/75 de 29 julho conhecido como o Decreto-Lei da Reforma Agrária, aprovado em conselho de ministros por elementos de diversos partidos políticos como o PPD, o MDP/CDE e o PCP, ter permitido múltiplas interpretações, mas também deturpações utilizadas pelos diversos setores sociais que disputaram o domínio da atividade agrícola, como, por exemplo, ao não reconhecer a existência de dois meios distintos para a atividade agrícola, o que viria só a acontecer um ano depois com a delimitação clara da ZIRA através do Decreto-Lei Nº 236-B/ 76 de 5 de abril, que reconheceu “duas zonas social e economicamente diferenciadas do ponto de vista agrícola”, o minifúndio e o latifúndio.

O boato das expropriações de terras a pequenos e médios agricultores, que se localizam sobretudo no Norte, foi denunciado pela LPMA do Centro e Sul num encontro em Lisboa, a 24 de Outubro de 1975. Até à data de 13 de julho de 1975, em matéria de expropriação agrária, o Decreto-Lei 407-A/75 de 30 de Junho, nacionalizou alguns prédios rústicos, mas nenhum em Rio Maior. Só um prédio rústico acabaria por ser expropriado em Rio Maior, a 29 de janeiro de 1975<sup>72</sup>. Nuno Carvalho, militante socialista, conta na entrevista já mencionada que teve muitas discussões no centro de Rio Maior com pessoas com influência no meio social, com o objetivo de desmentir o boato que as propriedades de Rio Maior seriam ocupadas, sendo certo que “não havia no concelho propriedades com aquela dimensão”, acrescentando que “é difícil os pequenos agricultores não se manifestarem quando estão convictos que as suas propriedades estão em perigo”. O militante comunista na altura e agora, João Damiano, em entrevista supracitada, confirma que o boato de que ocupação do GL por parte dos ”comunistas de Alpiarça” se destinava a preparar as ocupações de terra como se registaram em algumas herdades do Alentejo, foi posto a circular em Rio Maior.

Sobre a mobilização que o movimento de agricultores conseguiu em Rio Maior contra a LPMA, conotada com o PC e toda a esquerda, atente-se na reportagem do Diário Popular de 28 de julho de 1975. Um camponês de Rio Maior confrontado sobre o escoamento do seu vinho responde que “a Rússia quer lá o vinho de Portugal a dois mil réis o litro. [...] É o que dizem para aí”. Pode depreender-se nesta observação que o boato serviu para representar o anti (comunismo). Numa entrevista realizada em 21 de Outubro de 2012, Augusto Figueiredo

---

<sup>72</sup> Pelo que foi possível apurar, foi a Quinta do Brinçal.

refere que a “contradição objetiva entre a posse e o domínio da terra dos grandes proprietários, contraponto com os pequenos proprietários no norte do concelho” influenciou que os agricultores que cultivavam minifúndios no norte do concelho aderissem “mais facilmente a esse embuste, a essa mentira que os comunistas queriam roubar as terras e tomar posse das mesmas”.

Outro dos boatos foi sobre a possibilidade de mudar a moeda em Portugal. Na entrevista já referida, João Narciso recorda-se que um dos assaltantes da sede da FSP, mostrou dinheiro diferente do Escudo e afirmou em voz alta que aquele era o dinheiro que os “comunistas” queriam por a circular no território português. Este boato está de forma íntima ligado à nacionalização da banca através do Decreto-Lei nº 5/75 de maio, tendo sido utilizado para alarmar os depositantes, em particular “núcleos de emigrantes” do Norte, com as fortes ligações com os bancos Borges & Irmão e o Banco Português do Atlântico, (Noronha, 2011: 53), que de longe acabaram por financiar e participar nas ações violentas contra os partidos de esquerda (Wallraff, 1976:109)

A aversão que se nota contra os jornais nos acontecimentos de Rio Maior está relacionada com o boato de que a imprensa foi tomada por parte dos “comunistas”. Esta questão estava presente no espaço público devido ao “caso República”, que começou a 19 de maio de 1975. Devido à projeção de Mário Soares como Ministro dos Negócios Estrangeiros, do I ao III GP, o secretário-geral do PS a partir do caso República, transmitiu a ideia que os “comunistas” controlavam a imprensa estatizada, o que mereceu o destaque de órgãos de comunicação social estrangeira (Soares, 1976:136). Em relação ao jornal República, o jornalista Francisco B. Fonseca refere numa crónica publicada na revista Visão História, a 9 de julho de 2010, que foi a UDP que passou a ter um papel preponderante no jornal (Visão História, 9, 74 -77).

O boato do controlo da imprensa estatizada por parte dos “comunistas”, juntamente com a postura hostil do Diário de Notícias, Diário Popular, O Século, Diário de Lisboa que se verifica, como, por exemplo, na utilização de termos como “reação”, teve o efeito perverso, uma vez que contribuiu para a difusão da mensagem “anticomunista” nos acontecimentos de Rio Maior ao mobilizar a população contra os jornais, o que se consumou no dia 14 de julho com a queima do Diário de Lisboa e do Diário Popular. A reportagem do jornal O Diário de 5 de abril de 1976, refere que num relógio que se encontrava à frente do edifício da Câmara Municipal tinha sido colocada uma faixa com a seguinte mensagem “ O Povo de Rio Maior ordena saneamento da falsa informação” (O Diário, 73, 4).

Como forma de proteger a integridade física contra o boato, surgiram nos jornais declarações a desmentir a filiação de pessoas ao PCP, como, por exemplo, José Frazão Simões, na primeira pessoa desmentiu “o boato posto a circular nesta vila de que sou filiado do partido Comunista e que estive implicado na denúncia dos nomes das pessoas que no passado domingo, dia 13, deram origem aos incidentes ocorridos em Rio Maior” (Burguete, 1978: 39).

Por outro lado, foi posto a circular o boato de que o II plenário de agricultores de Rio Maior, realizado a 14 de Dezembro de 1975, seria no sentido de propagar violência. No dia 12 de dezembro de 1975, ocorreu uma reunião do Quartel-general da Região Militar de Lisboa para avaliar o plenário de agricultores de dia 14 de dezembro em Rio Maior, presidida por Vasco Gonçalves, tendo contado com a presença de Lopes Cardoso e Marques Júnior em representação do CR. Esta reunião entre instâncias políticas e militares realizou-se porque foram os “boatos postos a circular [...] alarmistas e infundados” em relação aos propósitos dos agricultores, tendo estes confirmado que o propósito do plenário era “a discussão das propostas a apresentar ao ministro da Agricultura”, refere o comunicado da Região Militar de Lisboa (RML) que suportou a notícia publicada na edição de 13 de dezembro de 1975 do Expresso (Expresso, 159, 12).

### **3.5. O SUL “PROGRESSITA” E O NORTE “REACIONÁRIO”?**

#### **3.5.1. Eleição para a Assembleia Constituinte**

As eleições para a Assembleia Constituinte a 25 de Abril de 1975 foram realizadas num clima de incerteza, uma vez que a correlação de forças, pela primeira vez na organização social de Portugal foi exercida de forma hegemónica pela esquerda, a partir de 11 de março de 1975, emanação de poder baseada na “legitimidade revolucionária”, que poderia ser posta em causa pela “legitimidade das urnas” (Rosas, 2004: 11). No entanto, no interior da esquerda, a necessidade de “tomar opções políticas claras”, atendendo ao rumo dos acontecimentos e à própria “legitimidade das urnas”, “poderia originar discórdia e radicalização de posições” (Cruzeiro, 1999: 329).

Ainda antes da tomada de posse do CR, a 20 de março de 1975, dois dias antes os elementos do CR decidiram suspender o PDC, a AOC e o MRPP “sob acusação de actividades atentatórias contra o PREC” (Cruzeiro et al, 1993: 200). Depois desta ação contra os partidos, como forma de não menosprezar a atividade partidária, mas também em virtude da promessa de eleições livres, o MFA assinou com o CDS, o PCP, a FSP, o MDP/CDE, o PPD e o PS o documento plataforma de acordo constitucional (PAP) ou pacto MFA/partidos.

Este documento assinado a 11 de Abril de 1975, serviu para reafirmar o programa do MFA antes das eleições de 25 de abril de 1975, de forma a continuar a “revolução, política, económica e social iniciada com o 25 de Abril de 1974, dentro do pluralismo político e da via socializante”. Note-se que esta tentativa de unidade entre os poderes políticos e os poderes militares tencionava “levar a cabo em liberdade mas sem lutas partidárias estereis e desagregadoras, um projecto comum de reconstrução nacional”. Este documento estabelecia ainda cooperação na elaboração da constituição entre as forças armadas e a Assembleia Constituinte, através da criação de “uma comissão do MFA para acompanhar os trabalhos da Constituinte”, o que comprova a “missão exclusiva” dos parlamentares de discutir como se deveria reorganizar a estrutura e transformação social MFA/Partidos, 1975:2).

#### Quadro 4 - Geografia de voto nas eleições para a Assembleia Constituinte em 1975<sup>73</sup>

Partido <sup>74</sup>	Norte <sup>75</sup>	%	ZIRA	%	Lisboa <sup>76</sup>	%	Sul <sup>77</sup>	%	Total <sup>78</sup>	%
CDS	334460	11,2	21618	2,4	60168	5,3	81786	4	416246	8,3
FEC	22901	0,8	2976	0,3	5355	0,5	8331	0,4	31232	0,6
FSP	37069	1,2	14112	1,6	15126	1,3	29238	1,4	66307	1,3
LCI	5710	0,2	1387	0,2	3738	0,3	5125	0,3	10835	0,2

<sup>73</sup> Elaborado a partir da consulta de documentos que continham na totalidade ou em parte os resultados para a Assembleia Constituinte em 1975 (Resultados da Assembleia Constituinte, 1975; Macedo, 1985; Comissão Nacional de Eleições, 1995).

<sup>74</sup> Considera-se o CDS, o PPD e o PPM partidos de direita e a FEC, FSP, LCI, MDP/CDE, MES, PCP, PS, PUP e UDP de esquerda. Só um trabalho profundo conseguiria uma análise rigorosa do espectro político. Neste caso, a escolha reflete sobretudo as opções dos votantes com um claro pendor ideológico até porque na sua quase totalidade o poder legislativo transfere-se para a Assembleia da República só em 1982, aquando da primeira revisão constitucional, passando a ser exercido na sua plenitude por este órgão, ou seja, presume-se que os votantes exerceram o seu voto consoante a sua perceção de idealidade, e não com influência de antigas experiências, com exceção do I, II, III e IV GP.

<sup>75</sup> Considera-se o Norte todo o território de Portugal continental, com exceção da ZIRA e do restante distrito de Lisboa.

<sup>76</sup> Distrito de Lisboa. Não estão incluídos os concelhos da Azambuja e de Vila Franca de Xira uma vez que os seus resultados já estão inseridos no quadro referentes à ZIRA.

<sup>77</sup> Considera-se o Sul a ZIRA mais o distrito de Lisboa que não esteve contemplado na ZIRA.

<sup>78</sup> Os votos nos arquipélagos dos Açores, Madeira, Macau, Moçambique e círculo de emigração não foram contabilizados, assim como os brancos e nulos.

## Rio Maior e a dicotomia Norte – Sul entre 1974 e 1976

MD P/C DE	125207	4,2	54209	6	49928	4,4	104137	5,1	229344	4,6
MES	30620	1	13405	1,5	13122	1,2	26527	1,3	57147	1,1
PCP	177358	6	307554	34	222192	19,4	529746	25, 9	707104	14
PPD	1076354	36	72113	8	186442	16,3	258555	12, 6	1334909	26, 5
PPM	20041	0,7	3013	0,3	9428	0,8	12441	0,6	32482	0,6
PS	1135161	38	397690	44	557655	48,8	955345	46, 7	2090506	41, 5
PUP	9473	0,3	3665	0,4	-		3665	0,2	13138	0,3
UDP	12473	0,4	11981	1,3	20373	1,8	32354	1,6	44827	0,9
Total	2986827	59, 3	903592	18	1143527	22,7	2047250	40, 7	5034077	10 0

Os resultados das eleições para a Assembleia Constituinte indicam a construção e representação do “Alentejo operariado” ao considerar-se a classe operária relacionada com os ideais de esquerda. Os partidos de esquerda obtiveram cerca de oitenta e três por cento de votos e os de direitas dezassete na zona Sul. A discrepância atenua um pouco em treze dos quinze concelhos de Lisboa, numa relação entre setenta e sete para a esquerda, vinte e três para a direita. Na ZIRA, os partidos de esquerda alcançam oitenta e nove por cento dos votos. De quaisquer das maneiras, a esquerda obtêm uma clara hegemonia, mas ressalve-se que o partido chave uma vez que foi o mais votado e obteve uma votação considerável tanto no norte, trinta e oito, como no sul, quase quarenta e sete foi, o PS<sup>79</sup>.

Os resultados eleitorais não indicam uma clara dicotomia entre os distritos de Lisboa e Porto<sup>80</sup>, uma vez que a relação esquerda direita é de setenta e quatro/vinte e seis em Lisboa e de sessenta e dois/trinta e oito no Porto.

<sup>79</sup> Não é objetivo do trabalho analisar se o PS terá respeitado a sua ideologia de forma a ter ação política de esquerda. No entanto, atendendo ao desenrolar dos acontecimentos, o PS foi o partido que mais influência teve para os mudar.

<sup>80</sup> Nas eleições para a Assembleia Constituinte a 25 de Abril de 1975, sem contar com os votos nulos e brancos, no concelho de Lisboa o CDS teve 40078 (7,2), a FEC 2438 (0,4), a FSP 6420 (1,2), a LCI 1466 (0,3), o MDP



Em Rio Maior, nas eleições para a Assembleia Constituinte em 1975, o CDS obteve 837 votos (7,4%), a FSP 367 (3,2%), o MDP/CDE 247 (2,2%), o MES 193 (1,7), o PCP 562 (5%), o PPD 4182 (36,9), o PPM 210 (1,9), o PS 4645 (41%) e a UDP 98 (0,9%). Na comparação de valores entre esquerda e direita, a relação foi de cinquenta e quatro para quarenta e seis, valor distante da diferença da ZIRA, oitenta e nove para onze, mas aproximado do resultado da zona norte onde a diferença é entre cinquenta e dois e quarenta e oito, ainda com supremacia da esquerda.

### **3.5.2. Cerco ao Parlamento e a definição de dois blocos?**

De forma a compreender a discrepância entre os votos no Norte e no Sul, atente-se na análise de duas ideias que tiveram como objetivo dividir Portugal e que foram também construídas no espaço público – a “comuna de Lisboa” e a tentativa de transferir a Assembleia Constituinte para o Porto. Estas questões não foram características do clima sociopolítico de 1975 uma vez que na sua génese esteve a dicotomia entre Lisboa e Porto, mas o contexto sociopolítico moldou a importância das duas cidades consoantes os interesses dos diversos atores de mutação social.

A expectativa criada nos diversos processos de mudança de organização social no território a que corresponde Portugal advém da importância das duas cidades com mais população serem centros de atividade revolucionária como demonstra um estudo comparativo sobre as origens de tal atividade da autoria de Maria Eugénia Mata, onde é referido que em cinquenta e uma tentativas de mudança de regime, vinte e cinco envolveram atividade revolucionária em Lisboa e onze no Porto (Mata, 1991: 765-767).

A origem da expressão “comuna de Lisboa”<sup>81</sup> é da autoria de Francisco Sá Carneiro, quando se pronunciou sobre o cerco à Assembleia Constituinte entre 12 e 13 de novembro de 1975. O líder do PPD advogou que o cerco à Constituinte foi “um ensaio geral para a tomada de poder, de forma violenta” por parte da esquerda. A violência a que se Sá Carneiro se refere foram os “instrumentos de trabalho” de trabalhadores rurais, em cooperação com “comissões de trabalhadores e de moradores”, apoiados por conselhos revolucionários, cujo objetivo seria

---

23973 (4,3), o MES 6590 (1,2), o PCP 92968 (16,7), o PPD 100414 (18), o PPM 4492 (0,8), o PS 268929 (48,2) e a UDP 10440 (1,9). No concelho do Porto o CDS teve 20973 (10,2), a FEC 2670 (1,3), a FSP 1149 (0,6), a LCI 991 (0,5), o MDP 4221 (2,1), o MES 2303 (1,1), o PCP 19582 (9,6), o PPD 56374 (27,5), o PPM 1316 (0,6), o PS 93522 (45,7), o PUP 528 (0,3) e a UDP 1232 (0,6).

<sup>81</sup> A expressão “Comuna de Lisboa” foi utilizada por Henrique de Sousa e Melo para titular a sua obra sobre o cerco ao Parlamento. O autor apresenta o livro como “Os dramáticos acontecimentos iniciados nos primeiros dias de Novembro de 1975, revelados e ficcionados pela primeira vez na literatura portuguesa!”.

ocupar e destruir os ministérios, de forma a criar a “comuna de Lisboa” (Castanheira e Gomes, 2006:394)

A construção idealizada da “comuna de Lisboa” parte de uma ideia central - a concentração dos diversos órgãos de poder político e militar em Lisboa, serem favoráveis a setores de esquerda. A “comuna de Lisboa” fora representada como meio de dinâmica operária, não só a industrial como a agrícola. Mais a mais que as diversas referências têm como base a ideia do “centralismo democrático”, característico dos países situados na Europa do Leste, ideia essa construída com recurso a analogias factuais que representaram Lisboa como uma comuna, como, por exemplo, os saneamentos efetuados aos donos de indústrias em Portugal atingiram essencialmente a “área industrial de Lisboa e Setúbal”, não se tendo registado no setor “têxtil nortenho” (Pinto, 1999:37).

A expressão refere-se à cidade de Lisboa e a sua área envolvente representada como o foco de poder. Encontra-se num dos organizadores do plano “Maria da Fonte”, uma observação que ajuda a perceber a construção idealizada do Sul - “Portugal não podia ser um país comunista e tinha em Lisboa um governo pró-comunita”, ou seja, apesar das características do Norte referentes à Reforma Agrária e à influência da Igreja não terem colhido importância acima do rio Tejo, tais palavras refletem a ideia de contágio, uma espécie de “doença”, em que Lisboa precisava de tomar medicamentos, para que se pudesse libertar, não dos mouros como há cerca de oitocentos anos, mas sim do “comunismo” (Abreu,1983:11).

Em Setúbal ocorreu um acontecimento que influenciou a representação da “comuna de Lisboa” não só na cidade de Lisboa, mas também na área envolvente. Aquando da visita da astronauta russa Valentina Terechkova a Setúbal, no mastro reservado para a bandeira de Portugal encontrava-se a da URSS, referiu Otelo na décima sexta ata, na reunião de 4 de Junho de 1975 do CR, que se encontra no Arquivo da Associação 25 de Abril. No início de agosto, aquando da constituição do V GP, Costa Gomes perguntou a duzentos militares presentes da Região Militar de Lisboa (RML) se queriam a renomeação de Vasco Gonçalves como primeiro-ministro. Só dois responderam que não de acordo com Cruzeiro (2007, apud Sá: 328).

No seguimento do cerco, também o VI GP decidiu entrar em greve, decisão tomada em sintonia com o “Grupo dos Nove”, podendo ser considerada uma tomada de posição contra as “forças esquerdistas que obstruíam a acção do Executivo” (Moura, 2012:303). Três dias depois, outra manifestação promovida pelo Secretariado Provisório das Comissões de Trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa e das UCP do Alentejo (Cruzeiro et al., 1997:

288), teve uma leitura marcadamente ideológica, uma vez que criou expectativa que algo acontecesse em virtude do extremar de posições entre as forças políticas e da ansiedade que os anúncios constantes de golpe criaram no espaço público, nos dias anteriores ao 25 de Novembro.

A possibilidade de se formar uma “comuna de Lisboa” pairou na estratégia das forças armadas. Por exemplo, Tiago Sá refere que na ótica do “Grupo dos Nove”, caso Lisboa fosse tomada pelas forças militares conotadas com a esquerda não era possível Eurico Corvacho permanecer comandante da RMN, uma vez que era necessária distância territorial das forças “moderadas” face a Lisboa, de forma a estabelecer o seu “quartel-general” no Norte (Sá, 2007:379).

A ideia de transferir a Assembleia Constituinte para o Porto surgiu no seguimento da greve dos operários da construção civil, a 12 de novembro de 1975. No prosseguimento da greve, o Parlamento foi cercado durante trinta e seis horas. No dia 14 de novembro, “os líderes, as direções partidárias e os grupos parlamentares do PS, PPD e do CDS” transferiram-se para o Porto (Cruzeiro et al, 1997:286).

Na sessão de trabalhos da Assembleia Constituinte a 18 de novembro, Mário Sottomayor Cardia, deputado do PS, recuperou a ideia referida no comício do PS no fim de semana anterior no Porto, de se considerar “a possibilidade de transferência dos legítimos órgãos de soberania democrática para outro ponto do território nacional” uma vez que “os responsáveis militares” não permitiram a saída de deputados das instalações da Assembleia Constituinte, excetuado os do PCP, MDP/CDE e o da UDP, não tendo existido condições para “o normal funcionamento das instituições do poder central”. Ainda no mesmo dia, Manuel Gusmão classificaria tal proposta de ridícula porque fazia lembrar a tentativa de instauração da monarquia do norte. Também no PCP, Octávio Pato, na sessão de dia 20 de novembro de 1975, respondeu que a transferência da Assembleia Constituinte e do GP para o Porto iria dividir o país em dois. O deputado da UDP, Américo Duarte, direcionou a sua intervenção para a mesma questão, ao constatar que a mudança promovida pelo PS, PPD e CDS através de uma moção que argumentava que em Lisboa não havia condições de funcionamento da Assembleia Constituinte era uma maneira de dividir o povo.

Em 1975, a disputa política internacional fez-se entre o bloco capitalista e o comunista, pelo que a ideia de divisão estava presente. As duas superpotências, EUA e a União das Republicas Socialistas Soviéticas, estavam interessadas em manter a sua influência nas suas áreas correspondentes. Contudo, a ideia de guerra motivada pela divisão de países ainda “pairava no ar”, apesar do término da guerra na Coreia e do Vietname. Na Europa, a

própria Alemanha estava dividida. É neste contexto que, sendo Portugal membro da Organização do Tratado Atlântico do Norte (OTAN), era de crucial importância para o “bloco ocidental” manter a sua influência em Portugal, uma vez que Espanha, território onde se esperavam mudanças de organização sociopolítica por contágio de Portugal, não pertencia à OTAN.

A possibilidade de transferir a Assembleia Constituinte para o Porto insere-se num plano denominado como “plano Callaghan”, que Tiago Sá, na sua investigação sobre as relações de Portugal com os EUA, refere que desde setembro de 1975, o “líder” do bloco capitalista, juntamente com o Reino Unido a RFA e a França, tinham intenções de apoiar os “moderados” em Portugal caso Lisboa se tornasse uma comuna e as unidades militares e forças políticas afetadas se deslocassem para o Norte (Sá, 2007:398). O próprio Mário Soares numa entrevista a Cervelló, confirmou que o primeiro ministro britânico Callaghan enviou um espião britânico com o objetivo de analisar como a Inglaterra poderia “ajudar” Portugal em caso “do país ficar dividido ao meio”, e por conseguinte, de uma deslocação e concentração no Norte da resistência anticomunista, de forma a “chegar armas ao norte, no caso de ser necessário” (Cervelló, 1993:249) caso tivesse existido uma divisão clara entre o Norte e o Sul.

#### Imagem 14 – Norte e Sul



(S/a, Expresso, 1975:147,8)

#### 3.5.3. Rio Maior, a fronteira

O 25 de Novembro não dividiu o país nem iniciou uma guerra civil, mas podia ter acontecido. Os paraquedistas que saíram da BETP em protesto contra a substituição de Otelo por Vasco Lourenço e contra Morais e Silva, Chefe de Estado-Maior da Força Aérea,

ocuparam as bases aéreas de Tancos, Monte Real e Montijo e tomaram o comando da 1ª Região Aérea em Monsanto.

No cruzamento de dados entre a comunicação de Maria Manuela Cruzeiro sobre o 25 de Novembro “25 de Novembro – Quantos golpes afinal?”, a cronologia Pulsar da Revolução e o estudo de Tiago Sá sobre as relações luso americanas em 1975, constata-se que havia uma clara divisão nas Forças Armadas, em que sobretudo as unidades militares de Lisboa tomaram posição a favor da luta dos paraquedistas, outras mantiveram uma postura expectante e as forças militares que fizeram o golpe de 25 de Novembro, que incluíram a Região Militar Centro (RMC) e a Região Militar Norte (RMN), tiveram como principal força militar os Comandos, que atacaram à Base de Monsanto, o RALIS, a Escola Prática de Administração Militar (EPAM), o Regimento de Artilharia da Costa (Oeiras) e o Regimento da Polícia Militar (RPM) (Cruzeiro, 2005, Cruzeiro et al. 296-302) (Sá, 2007:387-389).

#### Quadro 5 - Divisão política das forças armadas no 25 de Novembro

Pró paraquedistas	Posição neutral	Contra paraquedistas
EPAM, PM, RPM, BETP, RAC, COPCON, RAL	Estado-maior da Armada, Alfeite, Forte de Almada (fuzileiros sem participação)	CA, Paraquedistas (Cortegaça), Artilharia Cascais, EPI de Mafra, EPC de Santarém, RMC, RMN

No romance Comuna de Lisboa publicado em 1977, de Henrique de Sousa e Melo, a personagem Raul delimita com os seus amigos um plano para sair da “comuna de Lisboa” caso as previsões de Sá Carneiro se concretizassem. Duas pessoas iriam para Rio Maior com “rádios transmissores [...] para alertarem o Norte, o seu povo, o seu Exército” com o objetivo de “fronteirizar” e dividir o país em dois (Melo, 1977:53). A mesma ideia é referida pelo historiador Rui Tavares, no blogue Barnabé, pois, caso o “país entrasse em guerra civil”, partir-se-ia na fronteira entre os concelhos de Rio Maior e Azambuja (Tavares, 2004).

Rio Maior encaixaria na ideia de fronteira. De forma concomitante com as ações das forças militares, depois da realização do I plenário de agricultores, estes cortaram a EN1, ação civil que consumou o corte do país em dois. Além do fornecimento à “Covina”, empresa de vidros da Marinha Grande, as linhas de alta tensão “padrão” de 220 e 400 Kv passavam por Rio Maior (O Jornal, 1976:73,4)

A hipótese de mudar o Regimentos de Comandos para Rio Maior foi ponderada pelo menos por Jaime Neves, comandante dos Comandos e Alberto dos Santos Goucha, presidente da Comissão Administrativa de Rio Maior. Em declarações ao Correio do Ribatejo de 20 de dezembro de 1975, Jaime Neves confirmou que caso a “situação se tornasse insustentável” na capital, Rio Maior “seria o tal último reduto da fronteira” (Correio do Ribatejo, 1975: 4415, 20). Na entrevista supracitada, Arlino Santos recorda-se que Alberto Goucha se deslocou a Lisboa para conversar com Jaime Neves, assim como este almoçou com Alberto Goucha no mesmo dia que decorreu o II plenário de agricultores, 14 de dezembro de 1975.

De facto, além dos acontecimentos de Rio Maior, as características geomorfológicas do concelho foram tomadas em consideração uma vez que no concelho de Rio Maior, o norte “está delimitado pela serra e apresenta um grande número de grutas e algares naturais, que facilitam a defesa e o abrigo” (Pinto, 2006: 9). Nuno Carvalho conta na entrevista já mencionada, que devido ao pré-estado de guerra civil, a mudança dos comandos para Rio Maior esteve eminente, e poderia não se ficar só por esta unidade militar, acrescentando que um desfiladeiro em que só é possível a passagem terrestre de carros porque é rodeado de serra estava assinalado e inclusive sido estudado como se poderia fornecer água e combustível.

As implicações do surgimento do movimento de agricultores num contexto de Reforma Agrária que questionou o sistema de organização social centrado na propriedade privada, tiveram como consequência, a partir de 1976, o abrandamento da própria e a discussão pública entre a CAP e o Ministro da Agricultura e Pescas, Lopes Cardoso, numa relação de forças semelhante. Muito se deveu à projeção que os acontecimentos de Rio Maior tiveram no espaço público e, por conseguinte, a própria CAP.

Entre este movimento e a Igreja, a defesa da propriedade privada foi o elemento comum, mas a ação eclesial em Rio Maior não foi determinante para a mobilização. Face à violência que se registou no “Verão Quente” e Rio Maior, há um elemento crucial - o assalto ao CT do PCP e à sede da FSP indicam o “início da escalada anticomunista do “Verão Quente”” (Cervelló, 1994:12).

As movimentações populares dos acontecimentos de Rio Maior foram efetuadas a partir de alguns boatos relacionados sobre a atividade agrícola e o controlo da comunicação social. Por outro lado, também existiu o boato que os agricultores de Rio Maior planeavam propagar violência. Toda esta disputa civil começou a definir-se nas eleições para a Assembleia Constituinte a 25 de Abril de 1975, tendo sido o seu auge os acontecimentos ocorridos em novembro ao nível de todo o território a que corresponde Portugal. O cerco ao Parlamento indica que dois blocos estavam em constituição e que Rio Maior, quer pelo

Os acontecimentos de Rio Maior e a dicotomia Norte –Sul entre 1974 e 1976

Rio Maior e a dicotomia Norte – Sul entre 1974 e 1976

tratamento militar e político de que foi objeto, apareceu com a possível representação de fronteira.

CD25A

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os acontecimentos de Rio Maior tiveram algum impacto na definição da organização social de Portugal, no período entre 1975 e 1976. Ao contrário do que foi afirmado na altura, catalogar os acontecimentos como uma obra da “reação” resulta numa observação simplista. Num processo de mudança na sociedade portuguesa, o período que envolve os acontecimentos em Rio Maior abordados neste trabalho coincide com o Processo Revolucionário em Curso e o “Verão Quente”, onde o confronto de interesses e de ideias foi uma constante. Isto faz desta pequena vila um expoente maior da fratura que se foi então produzindo na sociedade portuguesa. Um facto a reter que poderá vir a justificar um estudo interdisciplinar mais detalhado.

Ao longo deste estudo foi entretanto possível destacar dois factos: o terem marcado o início da contrarrevolução, a nível civil, e a representação política de uma clivagem entre o Norte e o Sul que se construiu com base nos diferentes aspetos inerentes à vivência humana.

Para sustentar a tese de início da contrarrevolução, ao nível civil, por outras palavras, a perda de apoios, por parte dos setores próximos da iniciativa revolucionária, de uma importante parcela da população, atente-se aos seguintes aspetos.

Uma das principais características que o 25 de Abril trouxe foi a possibilidade de uma Reforma Agrária, que pudesse questionar a noção de propriedade privada. Em Rio Maior surgiu um movimento contrário às ocupações de herdades, que começou a tomar forma com a barricada popular nas imediações do Grémio da Lavoura. É também a primeira ação coordenada contra as ocupações de terras, como refere António José Saraiva (Vida Mundial, 1975: 1871: 47), ainda antes da Reforma Agrária ser legislada pelo Decreto-Lei nº 406-A/75 de 29 de julho. A mobilização à frente do Grémio da Lavoura de Rio Maior, deu-se porque a Liga dos Pequenos e Médios Agricultores, organização que tinha marcada a reunião, estava conotada com os setores de esquerda, tendo sido a reunião divulgada pelos agricultores de Rio Maior, como uma tentativa de tomada de poder dos “comunistas”. Tal aconteceu porque o contexto social de Portugal, à época, era de disputa no espaço público. Os boatos surgiram como uma das armas, utilizados por diversas forças, que os moldavam consoante o objetivo.

Carlos Caseiro, autor de um livro sobre a CAP, refere que os acontecimentos de 13 de julho de 1975, propiciaram o início das reuniões do SNA, que mais tarde deu origem àquela organização (Caseiro, 2000:40), tendo esta confederação de agricultores influenciado o recuo



da Reforma Agrária, num primeiro momento e protagonizado um dos confrontes entre civis e pessoas que exerceram cargos políticos mais considerável – sobretudo nas pessoas de José Manuel Casqueiro e Lopes Cardoso.

Apesar do movimento de agricultores não ter surgido num concelho abrangido pela ZIRA, uma das ocupações que se tornou emblemática da Reforma Agrária, a herdade da Torre Bela, ocorreu num concelho que faz fronteira com Rio Maior, a Azambuja, abrangido pela ZIRA, o que impulsionou o boato de que as pequenas propriedades de Rio Maior seriam ocupadas. Desta maneira, mobilizou o “campesinato” e o “semiproletariado”, bem como grosso da sua população, em torno desta disputa.

Graças a este boato a revolução perdeu grande base de apoio, de que é exemplo o “campesinato” e o “semiproletário”, a fação mais numerosa na agricultura. Estas duas fações não reconheciam à Reforma Agrária benefícios, mas antes pelo contrário, como mais um problema a acrescentar.

No entanto, é preciso ressaltar que as pessoas que participaram nos acontecimentos de Rio Maior foram motivadas pela ideia de revolução, uma vez que se movimentaram consoante a sua perceção da realidade. Naturalmente há aqui um confronto face à representação pelos diversos setores sociais que intervieram nos acontecimentos perante a possibilidade de “ditadura comunista” face à “democracia” associada à “liberdade”.

A repercussão do “caso de Rio Maior” permitiu que a vila fosse considerada o início do Norte de Portugal. Chegou, inclusive, a ser colocada uma placa, na EN1, a indicar “Aqui Começa Portugal”. A importância mediática dos acontecimentos foi aproveitada por pessoas que tiveram poder no Estado Novo, para os tentar moldar consoante os seus interesses. Numa visita a Rio Maior, Carlos Champalimaud, da família de António Champalimaud, um dos “donos de Portugal”, afirmou a necessidade de fazer de Rio Maior uma “vila livre [...] seria o rastilho para derrubar o 25 de Abril” (O Diário, 1975: 73,4).

Não foi possível concluir que a extrema-direita terrorista esteve na origem do que aconteceu em Rio Maior mas, antes, que tirou partido do desenrolar dos acontecimentos, para veicular a sua mensagem anticomunista e levar avante os seus objetivos, que passavam por erradicar o poder “comunista”, disseminado de Lisboa. No entanto, questionado pelo jornalista alemão Gunter Wallraff, o oficial Luís, um colaborador próximo do general Spínola, afirmou que era a extrema-direita que o dirigia a associação de agricultores de Rio Maior, Coruche, Santarém e Elvas, pela mão do MDLP (Wallraff, 1976:62 – 94), ficando esta possibilidade de análise em aberto.

O 13 de Julho de 1975 foi identificado por Josep Sanchez Cervelló “como o início da escalada anticomunista do “Verão Quente”” de 1975 (Cervelló, 1994: 12), uma vez que, situações semelhantes registaram-se com regularidade até final de novembro, tendo os acontecimentos de Rio Maior, sobretudo os que tiveram lugar em julho, sido utilizados como referência para outras ações contra os partidos de esquerda.

A representação a que foi sujeita a clivagem territorial entre o Norte e o Sul resulta da influência sobrevalorizada do *modus vivendi*, no período que medeia entre 1974 e 1976, por ter sido explorado pelos diversos atores de mutação social as dicotomias existentes no território a que corresponde Portugal, quer geográficas, quer sociológicas, quer culturais e económicas.

A ideia de divisão entre o Norte e o Sul esteve bem vincada em dois acontecimentos: as eleições para a Assembleia Constituinte a 25 de Abril de 1975 e o cerco ao Parlamento em novembro do mesmo ano. Os resultados das eleições indicam substanciais diferenças entre o que é considerado Norte e o Sul. No entanto, as populações no Norte não votaram tão à direita como seria de esperar, o que poderá ter influenciado a hostilidade que se verificou no Norte contra os partidos de esquerda, no “Verão Quente”.

Num contexto de disputa, que já indicava que um confronto de grandes dimensões poderia ocorrer entre diversas facções, no cerco ao Parlamento começaram-se a definir dois blocos antagónicos, cuja sua representação foi construída na base das diferenças relativas ao *modus vivendi*.

Nessa lógica de divisão, o concelho de Rio Maior pode ser classificado como a fronteira entre o minifúndio, característico do Sul, e o minifúndio no Norte. A barricada de 24 de novembro, a maior ação civil concomitante com o 25 de Novembro (Cervelló, 1994:16), deu forma à construção de dois espaços públicos antagónicos entre o Norte e o Sul, através do corte das vias de comunicação e nas suas consequências, que os elementos do Conselho da Revolução tiveram presente quando se reuniram com os representantes dos agricultores.

A ação da Igreja teve influência na construção de dois blocos divergentes. Como havida sido comprovado por Cervelló (1993), alguns setores da Igreja estiveram envolvidos nos ataques planeados contra instalações e pessoas de partidos de esquerda, sobretudo no Norte. No entanto, o caso paradigmático do bispo de Setúbal, Manuel Martins, assim como a reduzida influência de estruturas eclesiásticas sólidas, na então criada diocese de Santarém, permite concluir que nestes locais, os responsáveis eclesiásticos tomaram posições que foram ao encontro das expectativas da população. Só assim se compreende que o padre Armando Delgado, responsável eclesiástico máximo em Rio Maior, apesar de ter permitido missas com

conteúdos anticomunistas, se tenha colocado ao lado dos mineiros de Rio Maior em 1968, mineiros que tinham sido célula secreta do PCP, segundo Fernando Duarte (Duarte, 1979: 177- 218). Portanto, em Rio Maior não houve uma relação de causa - efeito da Igreja nos acontecimentos, ao contrário de outras localidades a norte, em que nas manifestações de apoio à Igreja, seguindo-se ações violentas contra sedes partidárias.

A violência ideológica também se insere num contexto de disputa pela influência social no território. Tendo surgido como forma de representar o inimigo, como se verificou, entre o anticomunismo e o antifascismo, o que se acirrou, ainda mais, no “Verão Quente” com as ações regulares, de carácter “anticomunistas”, sobretudo no Norte.

Pode-se atestar a importância geoestratégica de Rio Maior, pela posição que o comandante dos Comandos, Jaime Neves, assumiu ao colocar a hipótese de mudar esta unidade militar e outras, para um desfiladeiro na Serra de Aire e Candeeiros, o que sugere que mais militares, com patentes superiores, que estiveram no lado dos “moderados” no 25 de Novembro, poderiam ter um plano para deslocar unidades militares, favoráveis aos “moderados”, caso aquilo que eles entendiam como “comuna de Lisboa” se tivesse implementado. Portanto, Rio Maior era um centro fulcral em termos de geoestratégica - tinha mais importância do que seria de supor, à primeira vista. Desta maneira, este trabalho atesta a importância dos acontecimentos de Rio Maior na definição de organização social do território de Portugal no ano pós-revolucionário de 1976.

O presente estudo, não sendo exaustivo na sua abordagem analítica, graças principalmente ao tempo limitado em que foi produzido, propõe à história política e social do Portugal contemporâneo o reconhecimento de uma movimentação que, de uma certa forma, “cristalizou” alguns dos mais importantes conflitos e contradições sociais em curso na época que se seguiu imediatamente à Revolução do 25 de Abril.

## **BIBLIOGRAFIA**

### **1. Entrevistas**

Alberto Costa a 20 de Outubro de 2012

Anónimo a 10 de Maio de 2012

Arlino Santos a 15 de Maio de 2012

Augusto Figueiredo a 21 de Outubro de 2012

João Damiano a 18 de Maio de 2012

João Narciso a 18 de Maio de 2012

Joaquim Nazaré Gomes a 20 de Maio de 2012

José Pulquério a 10 e 18 de Maio de 2012

Nuno Carvalho a 15 de Maio de 2012

Rui Andrade a 14 de Maio de 2012

### **2. Legislação**

Decreto-Lei nº 482/74 de 25 de Setembro

Decreto-Lei nº 132-A/75 de 14 de Março

Decreto-Lei nº 135-A/75 de 15 de Março

Decreto-Lei nº 236-B/76 de 5 de Abril

Decreto-Lei nº 201/75 de 15 de Abril

Decreto-Lei nº 251/75 de 23 de Maio

Decreto-Lei nº 406-A/75 de 29 de Julho

Decreto-Lei nº 406-B/75 de 29 de Julho

Decreto-Lei nº 407-A/75 de 29 de Julho

Decreto-Lei nº 407- A/75 de 30 de Junho (Retificações)

Decreto-Lei nº 77/77 de 29 de Setembro

Decreto-Lei nº 586/75 de 18 de Outubro

### **3.Arquivos**

Centro de Documentação 25 de Abril

Recortes de imprensa sobre a Igreja e Espólio de António Lopes Cardoso

Diário da Assembleia Constituinte

Seção do PCP de Rio Maior

Arquivo de recortes de imprensa

### **4. Documentários**

FREITAS, Alípio e LINDOLFO, Mário (coord.), 1994, À procura do socialismo. Fernando Alves (loc.), Departamento de Arquivos e Documentação da RTP, DPAP, Banda sonora de Zeca Afonso, Acedido a 13 de Novembro de 2012, em: [http://www.youtube.com/watch?v=KKHoo\\_g-8ts](http://www.youtube.com/watch?v=KKHoo_g-8ts).

### **5.Publicações periódicas**

A Capital, Avante, Combate, Correio do Ribatejo, Correio da Manhã, Dário de Lisboa, Diário de Notícias, Diário Popular, Expresso, Jornal de Notícias, Região de Rio Maior, O Comércio do Porto, O Diário, O Jornal, O Primeiro de Janeiro, O Século, O Sorraia, O Tempo, O Zé, Vértice, Vida Mundial, Vida Social, Visão, Visão História.

### **6. Livros e artigos**

ABREU, Paradela de (1983), Do 25 de Abril ao 25 de Novembro, Amadora, Intervenção.

- AFONSO, Aniceto (1997), “A revolução dos cravos”, in João Medina (dir.), História de Portugal – Portugal Democrático, Barcelona, Clube Internacional do Livro.
- ALMADA, Teresa (1984), Diário da Reforma Agrária, 4º volume de a Reforma Agrária, António Barreto (dir.), Nem Martins, Publicações Europa – América.
- ALMEIDA João Ferreira de, CABRAL, Manuel Villaverde e FREITAS, Eduardo de (1976), “Capitalismo e classes sociais nos campos em Portugal”, [Versão eletrónica], Análise social, vol. 12 (45):41-63. Acedido em 12 de Fevereiro de 2013, em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223913374S0qJN1ng0Fp16WE0.pdf>.
- ALMEIDA, Maria Antónia (2007), A Reforma Agrária em Avis, Tese de Doutoramento de História. Acedido em 18 de Novembro de 2013, no Web site do: Repositório Universitário de Lisboa: <http://repositorio-iul.iscte.pt/handle/10071/541>.
- ALMEIDA, Sónia Vespeira (2008), ““*Vítimas do fascismo*”. Os camponeses e a dinamização cultural do Movimento das Forças Armadas (1974-1975)”, [Versão eletrónica], Análise social, vol. 43 (4º): 817-840. Acedido em 12 de Fevereiro de 2013, em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1228400216R0eGX7cd2Fo81BE0.pdf>.
- ALVES, Jofre (2009), “Cronologia do Ano de 1975 – XII”, blogue Abril de novo. Acedido a 5 de Setembro de 2012, no blogue Abril de Novo: <http://abril-de-novo.blogspot.pt/>.
- ANDRADE, John (2002), Dicionário do 25 de Abril, Verde Fauna, Rubra Flora, Lisboa Nova arrancada.
- APARÍCIO, Luís (2005), “Aparições Marianas em Portugal desde 1300”. Acedido a 26 de Novembro de 2012, no Web site da: Associação de Pesquisa Ovni: [http://www.apovni.org/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1:aparicoes-marianas-em-portugal-desde-1300&catid=1:Aparicoes](http://www.apovni.org/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1:aparicoes-marianas-em-portugal-desde-1300&catid=1:Aparicoes).
- ARAÚJO, Miguel de (1975), Os bispos e a revolução de abril, Dicionário político, Lisboa, Ispagal.
- ARCARY, Valério (2012), “A revolução solitária”, in Raquel Varela (coord.), Revolução ou transição? História e memória da revolução dos cravos, Lisboa, Bertrand Editora.
- ARENDT, Hannah (1971), Sobre a Revolução, I. Morais (trad.), 1ª Edição, Lisboa, Relógio D’Água.
- BAPTISTA, Fernando Oliveira (1978), Portugal 1975 – Os Campos, Porto, Afrontamento.
- BARRETO, António (1984), “Classes e Estado: os sindicatos na Reforma Agrária”, [Versão eletrónica], Análise social, vol. 20 (80): 41-96. Acedido a 12 de Fevereiro de 2013, em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223473153H3yJE7un4Pr02OG4.pdf>.

Bibliografia

- BARRETO, António (1994), “Portugal, a Europa e a democracia”, [Versão eletrónica], *Análise social*, vol. 29 (129): 1051-1069. Acedido a 12 de Fevereiro de 2013, em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223378256M5dFA4xr9Oe65QI1.pdf>.
- BICA, António (1975), *Agricultura e Reforma em Portugal 1974*, Porto, Editorial Inova.
- BOGONHA, Rodolfo (1993), “A informação, as relações públicas, as forças armadas e a sociedade portuguesa” [Versão electrónica], *Revista Nação e Defesa*, 68:140-169. Acedido em 12 de Fevereiro de 2013, em: [http://comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/1657/1/NeD068\\_RodolfoBogonha.pdf](http://comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/1657/1/NeD068_RodolfoBogonha.pdf).
- BRITO, J.M. Brandão de (1996), “Igreja Católica”, in Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito (dir.), *Dicionário de história do Estado Novo*, vol. 1, Lisboa, Círculo de Leitores.
- BURGUETE, José Meira (1978), *O caso Rio Maior*, Lisboa, Editorial O Século.
- CALVÃO, Alpoim (1976), *De Conakry ao M.D.L.P.*, Lisboa, Intervenção.
- Câmara Municipal de Rio Maior e Conselho Local de Acção Social do Concelho de Rio Maior (2004), *Diagnóstico social de rio maior*. Acedido a 5 de Outubro de 2012, no Web site da Câmara Municipal de Rio Maior: <http://old.cm-riomaior.pt/NR/rdonlyres/03F418CB-5E2B-4348-AE33-DCE5994FB7EA/0/DiagnosticoSocialLQ.pdf>.
- CAMPOS, Geir (1966), “Sociologia da Política”, in Amaury de Sousa (org.), *Sociologia política*, Rio de Janeiro, Zarah Editores.
- CARDINA, Miguel (2008), *A tradição da contestação*, Tese mestrado. *História das ideologias e Utopias Contemporâneas* (orig.), Coimbra, Angelus Novus.
- CARDINA, Miguel (2011), *Margem de certa maneira: o maoísmo em Portugal, 1964-1974*, Lisboa, Tinta-da-China.
- CARDOSO, António Lopes (1976), *Luta pela Reforma Agrária*, Cândido de Azevedo (coord. e notas), Lisboa, Diabril.
- CASCÃO, Rui e VAQUINHAS, Irene (1993), “Evolução da sociedade em Portugal: A lenta e complexa afirmação de uma civilização burguesa” in José Mattoso (dir.), *História de Portugal O Liberalismo*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- CASEIRO, Carlos (2000), “Nos destinos do Sol, da Água e do Vento”, Edição comemorativa do XXV Aniversário, s.l, Confederação dos Agricultores Portugueses.
- CASTANHEIRA, José Pedro e GOMES, Adelino (2006), *Os dias loucos do PREC*, Lisboa, Expresso - Público.
- CATROGA, Fernando (2010), *Entre Deuses e Césares*, Coimbra, Almedina Editora.

- CEREZALES, Diego Palacios (2003a), *O Poder Caiu na Rua. A Crise de Estado e Acções Colectivas na Revolução Portuguesa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- CEREZALES, Diego Palacios (2003b), “Um caso de violência política: o «Verão Quente» de 1975”, [Versão eletrónica], *Análise Social*, vol. 38 (165): 1127-1157. Acedido em 12 de Fevereiro de 2013, em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218736470C6wLO0on6Gh04BD5.pdf>.
- CERVELLÓ, Josep Sanchez (1993), *A revolução portuguesa e a sua influência na transição espanhola (1961-1976)*, José Colaço Barreiros (trad.), Lisboa, Assírio e Alvim.
- CERVELLÓ, Josep Sanchez (1994), *Cronologia das Organizações de Direita*. Natércia Coimbra e Maria Manuela Cruzeiro (trad.). Acedido a 20 de Fevereiro de 2011, no Web site da: Universidade de Coimbra, Centro de Documentação 25 de Abril: em <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/media/Images/thCervello.pdf>.
- CLEMENTE, Duran (1976), *Elementos para a Compreensão do 25 de Novembro*, Lisboa, Edições Sociais.
- COELHO, Eduardo Prado (1976), *Hipóteses de Abril*, Lisboa, DiAbril.
- Comissão Nacional de Eleições (1995), *Resultados eleitorais: assembleia Constituinte - Assembleia da República*, Fátima Abrantes Mendes (coord.), Lisboa, Comissão Nacional de Eleições.
- Conferência Episcopal da Metrópole (1974), *Carta pastoral do episcopado português*, Lisboa, Edição do secretariado editorial do Episcopado.
- CONGRESSO DA MARIA DA FONTE (1996), *História da Coragem Feita com Coração: Actas, Congresso “Maria da Fonte – 150 anos”*, Póvoa de Lanhoso, Câmara Municipal de Póvoa de Lanhoso.
- CRUZEIRO, Maria Manuela (1989), *25 de Abril de 1974*. Acedido a 12 de Julho de 2012, no Web site do Centro de Documentação 25 de Abril: <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=th2>.
- CRUZEIRO, Maria Manuela, COIMBRA, Maria Natércia e SANTOS Boaventura (1997), *O Pulsar da Revolução, Cronologia da Revolução de 25 de Abril (1973-1976)*, Porto, Afrontamento.
- CRUZEIRO, Maria Manuela (1999), “25 de Abril de 74: O deve e o haver de uma revolução que o foi”, in Antonio Morales Moya e Maria Esteban de Veja (edit.), *Los Finis de Siglo en España y Portugal*, Jaén, Publicaciones de la Universidade de Jaén.
- CRUZEIRO, Maria Manuela (2005), *25 de Novembro – Quantos golpes afinal?*. Comunicação apresentada no colóquio sobre o 25 de Novembro, Lisboa. Acedido a 3



Bibliografia

- de Setembro, no Web site do Centro de documentação 25 de Abril:  
<http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=th10>.
- CRUZEIRO, Maria Manuela (2011), ““Revolução” e Revisionismo Historiográfico. O 25 de Abril visto da História”, in Rui Cunha Martins (coord.), Portugal 1974, Coimbra, Imprensa da Universidade.
- DÂMASO, Eduardo (1997), A invasão spinolista, Lisboa, Círculo de Leitores.
- DIAS, Tomás Oliveira (1999), “Recordar o 25 de Abril”, in Fernando Salgueiro Maia (ass.), 25 Abril por cá – distrito de Leiria imagens e depoimentos, s.l., Edições Magno.
- DUARTE, Fernando (1979), História de Rio Maior, Rio Maior, Ribatejo Ilustrado.
- ESTRELA, A. de Vale (1978), “A reforma agrária portuguesa e os movimentos camponeses. Uma visão crítica”, [Versão eletrónica] *Análise Social*, vol. 14 (54): 219 – 263. Acedido em 12 de Fevereiro de 2013, em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223988882X4iOS7hv6Eo23ZS2.pdf>.
- FERREIRA, José Medeiros (2001), História de Portugal Portugal em Transe, (coord.), vol. VIII, José Mattoso (dir.), Lisboa, Editorial Estampa.
- FREITAS, José M. (1995), “Agrarian development in Beira Alta: the minifundia system”, in *Portuguese studies review*, vol. 4, nº 1: 40-56.
- FONTES, Jorge (2012), “A Extrema-Esquerda na Revolução”, in Raquel Varela (coord.), *Revolução ou Transição História e Memória da Revolução dos Cravos*, Lisboa, Bertand Editora.
- GASPAR, José (1976), Torre Bela – Azagro sociocultural – breve história de uma utopia (im)possível. Acedido a 18 de Novembro de 2012, no Web site da biblioteca online Scribd: <http://pt.scribd.com/doc/91415938/Torre-Bela-AZAGROsociocultural-Breve-Historia-de-uma-Utopia-im-Possivel>.
- GOLDNER, Loren (2011), Ubu saved from drowning: class struggle and statist containment in Portugal and Spain, 1944-1977. Acedido a 17 de Novembro de 2012, no Web site da libcom: <http://libcom.org/library/worker-insurgency-portugal-spain>.
- GOMES, Varela (1981), A contra-revolução de fachada socialista, Lisboa, Ler Editora.
- GONÇALVES, Vasco (1994), “Os Militares e a Revolução de Abril”, in *Vértice*, 2ª Série, 61:79-90.
- JAVALI, Carlos (2003), “A investigação do comportamento eleitoral e Portugal: história e perspectivas futuras”, [Versão eletrónica], *Análise social*, Vol. 38 (167), 545-572. Acedido em 12 de Fevereiro de 2013, em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218790614W0IHT7zh8WY45FT3.pdf>.

- LOPES, Augusto (2005), Trinta anos de poder local democrático em Rio Maior (1974-2004), Rio Maior, Câmara Municipal de Rio Maior.
- MACEDO, Maria João Costa (1985), Geografia da reforma agrária, 4º Volume de A Reforma Agrária, António Barreto (dir.), Nem Martins, Publicações Europa-América.
- MANSINHO, Maria Inês (1979), “Algumas reflexões sobre a liquidação dos grémios da lavoura do Alentejo e Algarve e respectivas federações”, [Versão eletrónica], *Análise Social*, vol. 15 (59): 525-609. Acedido a 12 de Fevereiro de 2013, em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223990167M0tPF9nc0Iq20NS1.pdf>.
- MATA, Maria Eugénia (1991), “A actividade revolucionária no Portugal contemporâneo – uma perspectiva de longa duração” [Versão eletrónica], *Análise social*, vol. 26 (112-113), 755-769. Acedido a 12 de Fevereiro de 2013, em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223042338P7mHK1py1Hn58JS5.pdf>.
- MELO, Henrique de Sousa (1977), Comuna de Lisboa, Lisboa, Agência Portuguesa de Revistas.
- MENDES, José Manuel e Ana Maria Seixas (2005), “Acção colectiva e protesto em Portugal: Os movimentos sociais ao espelho dos media (1992-2002)” [Versão eletrónica], *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 72:99-127. Acedido a 12 de Fevereiro de 2013, em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/10891/1/Ac%C3%A7%C3%A3o%20colectiva%20e%20protesto%20em%20Portugal.pdf>.
- MFA/Partidos (1975), Plataforma Constitucional Partidos-MFA. Acedido a 5 de Setembro de 2012, no Web site do: Centro de Documentação 25 de Abril: <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=estrut20>.
- MOURA, Paulo (2012), *Otelo O Revolucionário*, Alfragide, Edições D. Quixote.
- NAZARETH, J. Manuel (1975), “Sobre as perspectivas demográficas no Sul de Portugal: o declínio da fecundidade: aplicação do método de Coale” [Versão eletrónica], *Análise Social*, vol. 11, nº 41:31-66. Acedido em 12 de Fevereiro de 2013, em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223912216Q3aPQ9gk7Db78NF1.pdf>.
- NORONHA, Ricardo (2011), *A nacionalização da banca no contexto do processo revolucionário português (1974-1975)*. Tese de Doutoramento em História Económica e Social Contemporânea. Acedido a 3 de Setembro de 2012, no Web site do: Repositório da Universidade Nova: <http://run.unl.pt/bitstream/10362/6855/1/ricardo.pdf>.

- Partido da Democracia Cristã (1974), Programa do Partido da Democracia Cristã, s.l., Edições do Partido da Democracia Cristã.
- PEREIRA, José Pacheco (s/d), “Um discurso anti-comunista na Assembleia Nacional em 1959”. Acedido a 17 de Novembro de 2012, no blogue: Estudos sobre o Comunismo: <http://estudossobrecomunismo2.wordpress.com/2005/03/09/um-discurso-anti-comunista-na-assembleia-nacional-em-1959>.
- PEREIRA, Maria da Luz Mendes (1995), Fenómenos de prestígio e ostentação numa sociedade rural a feira do cavalo na Golegã, Dissertação apresentada à Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Departamento de Estudos Portugueses.
- PIÇARRA, Constantino (2012), “A reforma agrária o sul de Portugal (1975)”, in Raquela Varela (coord.), Revolução ou Transição História e Memória da Revolução dos Cravos, Lisboa, Bertand Editora.
- PINTO, António Costa (1999), “Saneamentos Políticos Movimentos Radicais de Direita na Transição para a Democracia, 1974-1976”, in Fernando Rosas (coord.), Portugal e a Transição para a Democracia, I Curso Livre de História Contemporânea Lisboa, 23 a 28 de Novembro de 1998, Lisboa, Edições Colibri.
- PINTO, Ricardo Santos (2006), Rio Maior – Maior Futuro, Paços de Ferreira, Héstia Editores.
- REIS, António (1992), Portugal Contemporâneo, António Reis (dir.), Lisboa, Alfa.
- Resultados da Assembleia Constituinte – 25 de Abril de 1975, Ficheiro de resultados eleitorais. Acedido a 25 de Setembro de 2012, no Web site da: Direção Geral da Administração Interna: <http://www.dgai.mai.gov.pt/?area=103&mid=001&sid=007>.
- RIBEIRO, Orlando (1991), Opúsculos Geográficos, IV Volume - O Mundo Rural, Lisboa, Serviço de Educação Fundação Calouste Gulbenkian.
- RODRIGUES, Vital (1976), Minifúndio e Reforma Agrária e cooperativismo perante a bovinicultura, s.l., Edições Portugal Socialista.
- ROSAS, Fernando (2004), “A Revolução não é uma decisão de estado maior ou do comité central”, in Combate, s.v: 7-12.
- SÁ, Tiago Moreira (2007), Os Estados Unidos da América e a Democracia Portuguesa. As Relações Luso-Americanas na Transição para a Democracia em Portugal. Tese de doutoramento em História Moderna e Contemporânea. Acedido a 3 de Setembro de 2012, no web site do: repositório do Instituto Universitário de Lisboa: <http://repositorio-iul.iscte.pt/handle/10071/679>.

- SANTOS, Paula Borges (2005), Igreja católica, Estado e Sociedade 1968-1975 - O caso Rádio Renascença, Viseu, Instituto de Ciências Sociais.
- SANTOS, Pedro Neves de Carvalho (2006), A intervenção da imagem: encanto e desencanto dos documentaristas da Revolução de Abril (1974-1980). Dissertação de Mestrado em Cultura e Comunicação. Variante de Documentário. Acedido a 18 de Novembro de 2012, no Web site do: repositório aberto da Universidade do Porto: <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/39221/2/tesemestintervencoadaimagem000075228.pdf>.
- SCHMITTER, Philippe C. (1999), “The Democratization of Portugal in its Comparative Perspective”, in Fernando Rosas (coord.), Portugal e a Transição para a Democracia, I Curso Livre de História Contemporânea, 23 a 28 de Novembro de 1998, Lisboa, Edições Colibri.
- SOARES, Mário (1976), Portugal: que revolução?, diálogo com Dominique Pouchin, Lisboa, Editora perspectivas e realidades.
- SOBRAL, José Manuel (2004), “O Norte, o Sul, a raça, a nação – representações da identidade nacional portuguesa (séculos XIX-XX)”, [Versão eletrónica], *Análise Social*, vol. 39 (171): 255-284. Acedido em 12 de Fevereiro de 2013, em: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/aso/n171/n171a01.pdf>.
- SOUTELO, Luciana de Castro (2009), A memória do 25 de Abril nos anos do cavaquismo: o desenvolvimento do revisionismo histórico através da imprensa (1985-1995). Dissertação de Mestrado de História Contemporânea. Acedido em 3 de Setembro de 2012, no Web site do: repositório geral da Universidade do Porto: <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/20320/2/mestlucianasoutelomemoria000085060.pdf>.
- TAVARES, Rui (2004), “Confissões revolucionárias”. Acedido a 18 de Novembro de 2012, no reservatório do blogue Barnabé: <http://weblog.aventar.eu/barnabe.weblog.com.pt/arquivo/2004/04/index.html>.
- TOCQUEVILLE, Alexis de (1989), O Antigo Regime e a Revolução, Laurinda Bom (trad.), Viseu, Editorial Fragmentos.
- VALENTE, Vasco Pulido (1995), “Os levantamentos «miguelistas» contra a Carta Constitucional (1826 – 1827)”, [Versão eletrónica], *Análise Social*, vol. 30 (133):631-651.
- VARELA, Raquel (2011), A história do PCP na Revolução dos Cravos, Lisboa, Bertrand Editora.

Bibliografia

- VARELA, Raquel (2012), “Conflito ou coesão social? Apontamentos sobre história e memória da Revolução dos Cravos (1974-1975)”, Raquel Varela (coord.), in *Revolução ou Transição? - História e Memória da Revolução dos Cravos*, Lisboa, Bertand Editora.
- WALLRAFF, Gunter (1976), *A descoberta de uma conspiração: a acção Spínola*, R.M. Peixoto (trad.), Amadora, Livraria Bertrand.

CD25A